

COLETÂNEA DE TEXTOS DE OPINIÃO
SOBRE ASSUNTOS ECONÓMICOS - PERÍODO
2013 – 2015

António Mendes da Silva Ferraz

*(Professor Catedrático Aposentado da
Escola de Economia e Gestão -
Universidade do Minho)*

2015

NOTA PRÉVIA

Esta coletânea de textos de opinião tem a ver com a visão do autor sobre os mais diversos assuntos de natureza económica, monetária e financeira que tem vindo a acontecer de forma intensa quer a nível nacional quer a nível internacional. Procurou-se dar uma visão alternativa/heterodoxa às interpretações neoliberais/ortodoxas dominantes sobre os assuntos. É composto por um total de 47 textos de opinião.

O período de análise é o de 2013 a 2015 e iniciaram-se logo a seguir a minha aposentação depois de 40 anos de docência e investigação universitária. Os textos de opinião foram o resultado de colaborações com órgãos da imprensa portuguesa, sobretudo a nível regional.

Penso que este trabalho de recolha, organização e divulgação desses artigos de opinião poderá ser interessante tanto para os alunos de LICENCIATURAS: ECONOMIA, GESTÃO E AFINS, como para os alunos de MESTRADOS: ECONOMIA, ECONOMIA MONETÁRIA, BANCÁRIA E FINANCEIRA E AFINS, pelo seu registo histórico, atualidade e por se ter aplicado muito das matérias teóricas lecionadas em unidades curriculares dos cursos, nomeadamente em MACROECONOMIA E ECONOMIA MONETÁRIA.

ÍNDICE DOS ASSUNTOS TRATADOS

- TEXTO N° 1: “O Mundo Mudou: Do Estado Social ao Capitalismo Neoliberal”***
- TEXTO N° 2: “Na Economia (como na vida) Aprende-se com os Erros Passados”***
- TEXTO N° 3: “Crise em Portugal: Existem Medidas Alternativas?”***
- TEXTO N° 4: “Os Novos Movimentos Sociais e Políticos na Europa: Qual o seu Significado?”***
- TEXTO N°5: “O Tribunal Constitucional ‘Chumbou’ Medidas do Orçamento do Estado. E Agora?”***
- TEXTO N° 6: “Descida dos Preços pode Agravar a Crise. Como Entender?”***
- TEXTO N° 7: “O Banco Central Europeu (BCE) Poderia Ser Mais Ousado no Combate à Crise na Eurozona?”***
- TEXTO N° 8: “Capitalismo (Financeiro) Global, ‘Offshores’ e Crise Económica Mundial”***
- TEXTO N° 9: “Criar Emprego em Portugal: Algumas Ideias”***
- TEXTO N° 10: “Desenvolvimento Económico Sustentado Exige combate à Desigualdade e Pobreza”***
- TEXTO 11: “Reflexão Alternativa à Sociedade Atual”***
- TEXTO 12: “Disparidade Regional em Portugal: Um Entrave ao Crescimento Económico”***
- TEXTO 13: “Novo Mínimo Histórico da Taxa de Juro do BCE Beneficia à Economia Portuguesa?”***
- TEXTO 14: “Eurorregião Galiza – Norte de Portugal: Dinamizar a Cooperação Transfronteiriça”***

- TEXTO 15: “Os Novos Movimentos Sociais e Políticos na Europa... Qual o seu Significado?”***
- TEXTO 16: “Recuperação Económica: Marketing Político do Governo?”***
- TEXTO 17: “Recuperação Económica: Marketing Político do Governo (Conclusão)”***
- TEXTO 18: “União Bancária Europeia: Vantagens e Dificuldades”***
- TEXTO 19: “Crise Mundial: Ricos ada Vez Mais Ricos e Aumento da Pobreza!”***
- TEXTO 20: “Estavam (Passos Coelho e o seu Governo) a Espera de Quê?”***
- TEXTO 21: “Ao que Chegamos! O Banco de Investimento Americano ‘Goldman Sachs’ Domina o Mundo”***
- TEXTO 22: “Saída Limpa! Não Brinquem com a Gente...”***
- TEXTO 23: “Poupança Pode Fazer Bem à Economia. Então Porquê Estamos a Poupar Menos?”***
- TEXTO 24: “Sociedade Capitalista Gera desigualdade Social: Uma Evidência Empírica”***
- TEXTO 25: “Novas Medidas Monetárias do ‘BCE’ Poderão Beneficiar a Economia Portuguesa?”***
- TEXTO 26: “Brasil: O Gigante Adormecido Despertou?”***
- TEXTO 27: “Retomar o Investimento Público na Europa?”***
- TEXTO 28: “Ainda o Recente Aumento do Salário Mínimo?”***
- TEXTO 29: “Diversificar o Comércio Externo Português: O Caso do Brasil”***
- TEXTO 30: “Portugal e o Futuro (Pós-Troika)”***
- TEXTO 31: “Corrupção em Portugal: O Caso dos ‘Vistos Gold’”***

- TEXTO 32: “Tratado Orçamental: Mais Austeridade e Menos Crescimento Económico”***
- TEXTO 33: “Bem-Estar Económico em Portugal É um dos Piores da Área do Euro”***
- TEXTO 34: “Combate às Graves Assimetrias Regionais em Portugal: Mais uma Oportunidade Perdida?”***
- TEXTO 35: “Eventual Vitória Eleitoral do ‘Syriza’ na Grécia: uma Esperança de Mudança na Europa?”***
- TEXTO 36: “Não é o ‘Mexilhão’ que Paga a Crise!”***
- TEXTO 37: “Angola: a Crise do Petróleo e o Futuro das Relações com Portugal”***
- TEXTO 38: “Mais ‘Contos de Criança’...”***
- TEXTO 39: “Globalização, Portugal e Visão Alternativa”***
- TEXTO 40: “Por Falar em Direitos Humanos...”***
- TEXTO 41: “Propostas do Governo (PSD/PP) e do Partido Socialista: Diferentes ou Não Tanto?”***
- TEXTO 42: “Modelo de Sociedade Mais Justa é Necessário”***
- TEXTO 43: “Keynes: Não à Austeridade, Sim ao Crescimento Económico”***
- TEXTO 44: “A Crise Desde 2008: Que lições Tirar para o Futuro”***
- TEXTO 45: “Modelo de Sociedade Mais Justo é Necessário”***
- TEXTO 46: “Chegou o Tempo da Mudança?”***

TEXTO Nº 1:

O MUNDO MUDOU: DO ESTADO SOCIAL AO CAPITALISMO NEOLIBERAL

Após a IIª Guerra Mundial e em contraponto à expansão do bloco soviético na Europa e ao receio de surgimento de convulsões sociais na Europa Ocidental, assistiu-se ao desenvolvimento do chamado capitalismo do bem-estar ou estado social.

Este novo paradigma emergente foi fortemente influenciado pelo pensamento “revolucionário” do economista inglês J. M. Keynes que defendia contrariamente ao pensamento clássico ou liberal até então dominante, a inexistência de mecanismos auto-reguladores dos mercados e a ausência de crescimento económico estável nas economias de mercado livre.

As ideias mestras daquele economista assentavam, desta forma, na necessidade de intervencionismo do Estado quer pela adopção de políticas de estabilização económica de forma a salvaguardar as economias, nomeadamente da recessão e do desemprego, quer pela necessidade de regulação dos mercados de forma a evitar desequilíbrios e movimentos especulativos desestabilizadores na economia.

Em linha com este paradigma e sob o impulso dos movimentos sociais emergentes, na Europa Ocidental verifica-se um notável avanço nos direitos trabalhistas, na importância dos sindicatos nas negociações salariais e concertações sociais, no estabelecimento do salário mínimo e do subsídio de desemprego, ou seja, na criação e consolidação de consistentes sistemas de segurança e proteção social.

Desta forma, poder-se-á dizer que na Europa Ocidental as décadas de 50 e 60 do século XX foram períodos caracterizados em geral por elevados níveis de crescimento económico, de bem-estar e de paz social, os chamados “anos dourados”.

Com o advento dos choques petrolíferos de 1973 e 1979, as economias mundiais sofreram uma forte quebra económica e elevada inflação fenómeno que ficou conhecido como “estagflação”. Em consequência, sérias dificuldades começaram a se fazer sentir nas economias e no estado social então vigente na Europa.

Num autêntico espírito revanchista, as forças defensoras do capitalismo neoliberal (os novos liberais) passaram a desferir profundos ataques ao estado social por considerarem que as referidas crises mundiais se deviam fundamentalmente a elevada ingerência do estado nas esferas económicas e sociais (no papel intervencionista e regulador do estado nos mercados livres).

Desta forma, passaram a preconizar “de novo” a ideia de que a ultrapassagem dos problemas deveriam passar pela necessidade de substituição do capitalismo de bem-estar ou estado social por um capitalismo neo-liberal assente na livre iniciativa empresarial, em que o estado se dedicaria tão só a criação de um contexto favorável ao livre funcionamento dos mercados e ao desenvolvimento dos negócios privados.

Porém, é a partir de inícios dos anos 90 do mesmo século, com o desmoronar do chamado bloco socialista na Europa de Leste que o neoliberalismo intenta com muito mais força de forma muito estabelecer a sua agenda ideológica a nível mundial e que, no essencial, visaria em última instância, a abolição do estado social através da adopção de medidas que prosseguiriam a perfeita liberalização e flexibilização dos mercados (de bens e serviços, financeiro e do trabalho) e a desregulação económica e social.

A retórica neoliberal tem vindo a ser muito no sentido da defesa do designado “estado mínimo”. Contudo, a lógica neoliberal não é assim tão simples. O enfoque principal para o neoliberalismo é a provisão pública. A garantia do acesso à saúde, educação e outros bens públicos, através do financiamento público pode não ser um problema, desde que a provisão seja privada e existam mecanismos de concorrência entre os vários agentes envolvidos.

Ora, a realidade tem mostrado que esta visão de funcionamento da economia e da sociedade, pelo contrário, não tem conduzido a “menos estado” (veja-se o sucedido nos Estados Unidos aquando dos governos republicano/conservadores e os seus gigantescos défices gémeos, público e externo).

Na verdade, para o pensamento neo-liberal, o conceito de “estado mínimo” aplica-se sim, mas no sentido da perda de direitos económicos, laborais e sociais arduamente adquiridos pelos trabalhadores dos sectores privado e público e mesmo pelos pequenos e médios empresários “PME”.

Pelo contrário, certamente que o entendimento de “estado mínimo” é bem diferente no conceito neo-liberal para os grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais. Serviços de elevado cariz social (saúde, educação, transportes, etc.) anteriormente prestados pelo estado estão a ser “entregues” (com garantias e elevadas rendas) ao sector privado.

O mesmo sucedendo com as elevadas transferências de verbas do estado (à custa dos contribuintes) como “ajudas” a instituições bancárias e financeiras “falidas”.

Em Portugal, são exemplares, as chamadas parcerias público privadas “PPP” e os casos BPN e BPP.

TEXTO Nº 2

NA ECONOMIA (COMO NA VIDA) APRENDE-SE COM OS ERROS PASSADOS

Como chegamos na economia (como na vida) ao estado em que nos encontramos? Para isso, devemos compreender antes de mais como tudo começou. Assim, como resultado da prevalência a nível mundial do capitalismo neoliberal e primeiramente nos Estados Unidos e com a liberalização e desregulamentação generalizada dos mercados, nomeadamente dos mercados financeiros, verificou-se desde os anos de 2007/2008 ao aparecimento de uma acentuada crise financeira naquele país.

Por um lado, devido a nova prioridade definida e assente na dimensão dos mercados financeiros em vez da regulação e estabilização financeira, assistiu-se nos Estados Unidos ao crescimento descontrolado dos empréstimos bancários aos agentes económicos, principalmente no que se refere aos créditos à habitação, sem que os bancos atendessem a necessidade básica da adopção de atitudes prudentiais e de avaliação dos riscos dos créditos concedidos. Em consequência, e, com o tempo, surgiu como que inevitavelmente a chamada crise do crédito hipotecário de alto risco “subprime”.

Por outro lado, começaram a emergir na economia americana numerosas instituições financeiras de duvidosa actividade e com baixa credibilidade, do tipo “bancos de investimento”, “fundos de pensões”, “fundos de fundos de investimento/pensões” etc., o que deu origem a circulação de uma multiplicidade de títulos financeiros “artificiais”, ou seja, totalmente voltados para o lucro especulativo e sem qualquer substrato económico real de suporte, os chamado “activos tóxicos”.

O avolumar do incumprimento por parte das famílias e empresas à banca, a desvalorização dos activos bancários e financeiros e a muito baixa de liquidez no mercado monetário interbancário nos Estados Unidos, que se seguiram a todo este processo conduziu necessariamente ao aumento exponencial de falências de famílias, empresas e por consequência, de instituições bancárias e financeiras (veja-se o caso do “banco de investimento” Lehman Brothers).

Num contexto de mercados globalizados, a crise financeira americana produziu como seria de esperar fortes efeitos de contágio na Europa. No que se refere a Portugal, os efeitos sentidos foram ainda mais graves devido as fragilidades inerentes à nossa economia, entre outras, os níveis muito baixos de crescimento económico que se tem vindo a verificar após a adesão de Portugal ao Euro, a (ainda) baixa qualificação laboral e a existência (generalizada) de deficiência de organização e de gestão das empresas.

Por sua vez, a falta de liquidez no mercado monetário interbancário na área do Euro “Euribor” e, em simultâneo, a progressiva perda de confiança na economia teve como resultados mais evidentes, o surgimento de fortes restrições à concessão de crédito às famílias e, nomeadamente às pequenas e médias empresas PME (que lembramos são a grande maioria das empresas em Portugal e motor essencial de arranque da nossa pequena economia) e as crescentes insolvências de bancos, famílias e empresas.

O Estado neoliberal na Europa (e em Portugal) actuou então centralmente no sistema bancário e financeiro, de forma a “salvar” instituições bancárias falidas pela má gestão e o uso indevido e muitas vezes fraudulento de fundos financeiros. De que forma? Através da transferência de avultadas verbas do estado para estas instituições insolventes (veja os casos BPN e BPP), ou seja, à custa de enormes sacrifícios dos contribuintes e espante-se para posterior venda dos activos bancários ao desbarato!

A adopção destas medidas juntamente com as garantias e rendas excessivas atribuídas às parcerias público privadas “PPP” pelas autoridades podem explicar, e muito, acerca da actual derrapagem das contas públicas portuguesas e do actual quadro recessivo da economia portuguesa.

ARTIGO Nº 3

A História Não Terminou: Propostas Alternativas de Política Económica para a Europa (e Portugal)

Como resultado da crise financeira e das dívidas soberanas aumentou a especulação nos mercados financeiros da dívida e a inevitável subida especulativa das taxas de juro que foram sucessivas atingindo níveis in comportáveis. Foi o caso de Portugal.

É neste contexto que alguns países devido a dificuldade crescente de se financiarem nos mercados financeiros internacionais recorreram a ajuda externa, ao FMI, BCE e CE “troika”.

Contudo, esta ajuda externa trouxe consigo a contumaz receita neoliberal e monetarista com excessivas medidas de austeridade visando o cumprimento apertado de metas dos défice e dívida pública. Como seria expectável por analogia com situações idênticas em outros países, tal receita só poderia trazer cada vez maiores dificuldades à economia portuguesa, com recessão e mais recessão, com desemprego e mais desemprego, com o não cumprimento sistemático das metas do défice e da dívida pública, com mais e mais pobreza, etc.

O governo português seguindo com excessivo sentido de zelo as recomendações da “troika”, tem vindo a considerar a correcção do défice orçamental e da dívida pública como sendo objectivos prioritários de sua governação. Porém, política económica significa CRESCIMENTO ECONÓMICO (E DO EMPREGO) sob pena de entrarmos em ciclos recessivos sucessivos e cada vez mais gravosos para as populações.

Claro que a solução da crise portuguesa passará, sobretudo, por uma mudança de paradigma na Europa, que a torne mais pró-activa nas políticas de crescimento económico (e do emprego), na regulação económica, bancária e financeira e na salvaguarda no essencial e pese ajustamentos considerados necessários do modelo social europeu.

De igual forma, é necessária vontade política para que o BCE utilize todo o seu potencial de intervenção monetária expansionista, reforçando a solidariedade europeia e criando verdadeiros mecanismos de estabilização económica, monetária e financeira.

Numa perspectiva alternativa às medidas que vem sendo tomadas pelo governo português de sucessivos cortes salariais, das reduções das pensões, do emagrecimento dos sectores sociais da saúde, educação, etc., dos aumentos “enormes” de impostos e da fragilização crescente das prestações sociais de apoio, propomos, para reflexão, entre outras as seguintes propostas de política económica para Portugal:

- 1. Ao seguidismo acrítico do governo português face às condições impostas pela “troika”, contrapomos a necessidade urgente de **RENEGOCIAÇÃO DA AJUDA EXTERNA**, de forma a ajustar de forma mais favorável para Portugal os prazos de pagamento e os juros devidos. Esta medida aliás não é nova (outros países do Euro com dificuldades o fizeram) nem ao contrário do preconizado pelo governo não seria um mero adiar e avolumar das dificuldades.*

O que se passa é que ao aliviar a austeridade que se abate sobre o país, se criaria maior margem de manobra para que a economia portuguesa retome o crescimento económico de que tanto necessita. Só gerando procura interna através do consumo e do investimento é que a economia poderá crescer não ficando demasiadamente dependente das exportações, uma variável económica não controlável pela governação.

- 2. À excessiva austeridade que o governo impõe aos portugueses, contrapomos que política económica central na área do Euro (e em Portugal) seja o **CRESCIMENTO ECONÓMICO (E O EMPREGO)**. A verdade é que sem crescimento económico não há riqueza disponível suficiente no futuro e portanto não haverá recursos para saldar as dívidas do país sob pena de cairmos na chamada espiral recessiva” (sem crescimento os rendimentos diminuem, as receitas de impostos também, novas medidas de subidas de impostos e nova recessão...).*
- 3. À desvalorização interna (cortes nos salários, nas pensões, etc.) que visaria hipotéticos ganhos de competitividade externa (actuando assim como um espécie de substituto da desvalorização cambial que agora não é possível com a moeda única, contrapomos a **VALORIZAÇÃO DO TRABALHO**, o recurso produtivo mais abundante e precioso do país estimulando desta forma a criação de poder de compra interno, o aumento da produtividade por melhores estímulos aos trabalhadores, a travagem da “indecorosa” política de estado de emigração de jovens e de cérebros.*
- 4. À destruição do modelo social existente, contrapomos a*

VALORIZAÇÃO DO ESTADO SOCIAL. *Claro que há sempre ajustamentos a fazer no sentido da poupança e eficiência mas não da sua destruição. Há que separar o “trigo do joio” estabelecendo claramente as formas de financiamento da protecção social distinguindo assim regime contributivo do regime não contributivo para fins de financiamento (subsídios de desemprego, rendimento social de inserção, etc.).*

Nomeadamente quanto ao regime não contributivo eventuais défices seria assumidos por verbas do OE (ou seja, pela colaboração solidária dos contribuintes), ou então, que se defina através da concertação entre governo, estruturas partidárias e sociedade civil as formas alternativas de financiamento da protecção social. Dever-se-á assim evitar a ruptura inter-geracional, entre empregados e desempregados, entre jovens e adultos, entre sector público e privado, de forma a manter a coesão económica e social do país.

5. *Ao estrangulamento por falta de crédito às PME, contrapomos a necessidade de o estado actuar no sentido de que a banca proceda ao FINANCIAMENTO DAS PME. Neste ponto, a Caixa Geral de Depósitos pode ter um papel decisivo.*
6. *À desresponsabilização pelos desmandos bancários e financeiros, contrapomos a necessidade de se promover uma AUDITORIA EXTERNA E INDEPENDENTE àqueles sectores e a eventuais chamadas de responsabilidade ética e judicial aos agentes envolvidos (veja-se o exemplo da Islândia).*
7. *À injustiça tributária existente, contrapomos maior equidade fiscal através, por um lado, de um mais eficaz combate as fraude e evasão fiscal, e, por outro, de uma MAIOR CONTRIBUIÇÃO FISCAL DOS RENDIMENTOS DO CAPITAL face aos rendimentos do trabalho.*
8. *Ao dogma neo-liberal do não investimento público, contrapomos, a necessidade num quadro de crise profunda da realização de INVESTIMENTO PÚBLICO, cujo financiamento poderia ser obtido por uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e pelo recurso aos quadros comunitários de apoio. Seria essencial para a alavancar a economia dado os seus efeitos multiplicadores sobre economia em geral, em áreas como, por exemplo, pequenas obras públicas das administrações centrais e municipais, economia social (artesanato, agricultura biológica, energias renováveis, etc.), na reabilitação e requalificação urbana, etc.*
9. *À concentração das nossas exportações e recursos de financiamento*

*numa área muito restrita de países (na área do Euro), contrapomos por iniciativa estatal e privada para uma maior **DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS**, nomeadamente com os países emergentes e da lusofonia).*

- 10. Aos sucessivos, significativos e muitas vezes cegos cortes nos sectores Prioritários da saúde, do ensino, da investigação e desenvolvimento, contrapomos um esforço suplementar de financiamento desses sectores.*

Um país só se superará numa perspectiva de futuro se tiver uma população saudável, educada, qualificada e sobretudo com maior CONSCIÊNCIA CÍVICA, CRÍTICA E PARTICIPATIVA.

António Ferraz

(Professor Universitário)

TEXTO Nº 3

CRISE EM PORTUGAL: EXISTEM MEDIDAS ALTERNATIVAS?

À crise económica e financeira global veio a se juntar a crise dos défices públicos e das dívidas soberanas, nomeadamente nos países do sul da Europa. Estes factos deram origem a uma forte especulação nos mercados financeiros internacionais e, por consequência, as taxas de juro da dívida pública atingiram níveis mais ou menos inoportáveis, tornando impossível ou quase o acesso aos mercados para o financiamento daquelas economias. Foi o caso de Portugal.

É neste contexto que Portugal solicitou a intervenção da chamada Troika para obter os recursos financeiros de que necessitava para o financiamento da sua economia.

Contudo, esta “ajuda externa” trouxe consigo a imposição de excessivas medidas de austeridade (enormes aumentos de impostos e profundos cortes nas despesas públicas) que teria por objectivo prioritário a redução a muito breve trecho do défice público para níveis inferiores aos 3% do PIB. Como seria expectável por analogia com o que se passou em outros países sujeitos as mesmas receitas da Troika, o que tem vindo a acontecer em Portugal nos últimos anos são cada vez maiores dificuldades económicas e sociais, com destaque para as recessões graves atrás de recessões graves, de desemprego e mais desemprego, de pobreza e mais pobreza.

*Porém, política económica significa **CRESCIMENTO ECONÓMICO (E CRIAÇÃO DE EMPREGO)** sob pena de entrarmos em ciclos recessivos cada vez mais gravosos, não geradores de riqueza que evite o empobrecimento e permita ao país honrar os seus compromissos externos.*

Claro que a solução da crise portuguesa passará, e muito, por uma mudança de paradigma na Europa, que a torne mais pró-activa nas políticas de crescimento económico (e do emprego), onde haja maior convergência real, ou seja, de níveis de desenvolvimento entre os países europeus (em Economia diz-se construir uma área monetária óptima), onde haja regulação dos mercados e onde se garanta o Estado social nos seus aspectos essenciais.

Desta forma, e ao invés das linhas orientadoras da governação portuguesa, sugerimos para reflexão, algumas medidas alternativas para a saída da crise:

- 1. Ao seguidismo acrítico face às condições impostas pela Troika, afirmamos a necessidade urgente de **RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA**, de forma a ajustar mais favoravelmente prazos e juros. Esta medida nem sequer é nova (casos da Irlanda e da Grécia).*
- 2. À desvalorização interna (cortes nos salários, nas pensões, etc.) entendida como substituto da desvalorização cambial (impossível aos Estados-membros com o Euro e utilizada como forma de ganhos de competitividade externa, contrapomos políticas de **VALORIZAÇÃO DO TRABALHO**, o nosso recurso produtivo mais abundante e precioso. Assim criar-se-ia, poder de compra interno, aumentaria a produção nacional, não haveria excessiva dependência face às exportações e, por fim, travaria a indecorosa política de estado de emigração dos jovens maioritariamente qualificados.*
- 3. À “destruição” da protecção social, contrapomos políticas de **VALORIZAÇÃO DO ESTADO SOCIAL** condição fundamental para a coesão económica e social do país. Caberá aos governantes proceder as reformas necessárias ao modelo que evitem desperdícios e ineficiências. Para isso deverá também distinguir os regimes contributivos dos não contributivos. Quanto a este último a que aclarar se o financiamento cabe ao Estado através do seu Orçamento (numa abordagem de solidariedade social) ou então em concertação com as forças interessadas encontrar formas alternativas de financiamento.*
- 4. Ao estrangulamento das PME por falta de crédito, contrapomos a necessidade de o estado actuar no sentido de que a banca proceda ao **FINANCIAMENTO DAS PME**. Neste ponto, a Caixa Geral de Depósitos poderá ter um papel decisivo.*
- 5. Ao dogma dominante do não investimento público, contrapomos, a necessidade num quadro de crise profunda da realização de **INVESTIMENTO PÚBLICO**, cujo financiamento poderia ser obtido por meio de uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, por um maior e mais efectivo combate a fraude e evasão fiscal dos grandes negócios.*

Esse investimento seria essencial para alavancar a economia (os economistas dizem por efeito multiplicador sobre o consumo e o produto. Por exemplo, investimento em pequenas obras públicas das administrações central e municipal, na economia social (artesanato, energias renováveis, cultura, etc.), na reabilitação urbana, etc.

6. Aos sucessivos e muitas vezes cegos cortes nos sectores de bem-estar colectivo: saúde, ensino, investigação, etc., contrapomos um esforço suplementar de financiamento desses sectores.

*Um país só se superará numa perspectiva de futuro se tiver cidadãos saudáveis, educados, qualificados e sobretudo com uma maior **CONSCIÊNCIA CÍVICA, CRÍTICA E PARTICIPATIVA.***

TEXTO 4

OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS NA EUROPA... QUAL O SEU SIGNIFICADO?

Temos vindo a assistir nos últimos anos ao aparecimento na Europa, mormente nos países periféricos do sul, casos da Grécia, Espanha e Portugal, onde tem vindo a ser aplicadas severas medidas de austeridade impostas pela Troika como contrapartida da sua ajuda financeira e visando o ajustamento das contas públicas, de novos movimentos sociais e políticos de contestação.

Na realidade a crise económica e financeira na Europa não deixa de ser em grande medida o resultado da aplicação ao longo das últimas décadas das teses liberais, traduzidas pela liberalização dos mercados, pelo enfraquecimento do papel intervencionista e regulador do Estado, pelo ataque sem precedentes ao estado social vigente e, por consequência, pelo surgimento de recessões económicas persistentes e de níveis inaceitáveis de desemprego. Assim, a falta de crescimento económico e de criação de emprego, conduziram naqueles países a um elevado sentimento de revolta, indignação e mesmo de desesperança.

As revoluções sociais “do passado” pese embora podermos considerar a existência de condições objectivas favoráveis, não são exequíveis por falta de condições subjectivas, nomeadamente as resultantes do fenómeno da globalização, da falta de liderança reconhecida, da existência de estruturas sindicais orgânicas, e, por último, mas não menos importante, pelo sentimento generalizado de que na actualidade as crises económicas e sociais ultrapassam-se com mais e não menos democracia (em novos moldes, mais efectiva e participativa).

Muitos são os que fortemente criticam os novos movimentos sociais e políticos por potencialmente serem geradores de instabilidade imprevisível na vida económica e social. Contudo, movimentos sociais como os M12M em Espanha, M15S e “Que se Lixe a Troika” em Portugal e movimentos políticos inorgânicos como os casos do partido Syriza na Grécia e o M5S de Beppe Grillo em Itália que recentemente recebeu um quarto dos votos nas recentes eleições italianas, não deixam de revelar embora com algum sentido prudencial próprio de fenómenos novos que a cidadania ainda existe, que as pessoas ainda reagem, que contestam a democracia tal como a conhecemos.

Permitem, desta forma, que se discuta alternativas ao modelo dominante, que se pense em um novo paradigma económico e social para o período pós-crise, que esteja centrado nos interesses das pessoas em geral e não nos interesses dos poderes económico e financeiro instalados e onde política económica signifique crescimento económico (e a geração de emprego) com maior equidade social. Tudo o resto é secundário e negociável.

A propósito, os economistas, grosso modo, poderão ser agrupados em duas grandes correntes de pensamento económico, por um lado, os economistas ortodoxos mais ou menos liberais e, por outro, os economistas heterodoxos (muito críticos do sistema vigente), defensores da importância do papel do Estado na estabilização económica e na regulação dos mercados, da defesa do estado social no seu essencial.

Os primeiros partem do pressuposto de que os agentes económicos são “racionais”, isto é, adoptam em todas as circunstâncias comportamentos que maximizem os seus benefícios e que assim a sociedade como um todo ficaria a ganhar em termos de bem-estar.

Os segundos atentos a evolução do mundo percebem que ao contrário do que dizem os ortodoxos, vivemos num mundo onde imperam ambientes económicos e sociais de grande incerteza o que torna mais evidente a imprevisibilidade dos comportamentos humanos na sociedade, ou seja, relevam aquilo que os economistas designam por espírito animal “animal spirits”.

Esta linha de pensamento vai muito de encontro com as modernas descobertas na área das neurociências (destaque aqui para o cientista português António Damásio), em particular, a ideia de que a razão e a emoção estão fortemente conectadas e que, por consequência, não se poderá prever com significativo grau de certeza a forma como os indivíduos reagirão perante os múltiplos estímulos com que se deparam.

Fará sentido em tal contexto de grande incerteza económica e social e de alterações muito rápidas na informação, o conceito ortodoxo de comportamentos “racionais” dos agentes económicos? É quando muito duvidoso.

De certa forma, a heterodoxia económica poderá assim explicar esses novos movimentos sociais e políticos sem ligação às estruturas económicas, sociais e políticas tradicionais, fortemente críticos do sistema e altamente apelativos por uma democracia diferente.

O Mundo mudou é certo....mas, não é menos verdade, que não parou...

TEXTO Nº 5

O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL “CHUMBOU” MEDIDAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO. E AGORA?

A Constituição da República Portuguesa foi aprovada em 1976 por uma Assembleia Constituinte democraticamente eleita no pós-25 de Abril e traduziu uma notável ruptura com a constituição de 1933 até então vigente e que servia de suporte “legal” ao Estado Novo, corporativo e ditatorial.

Ao longo das décadas posteriores à sua aprovação a Constituição da República foi objecto de algumas revisões por forma a acomodar-se às novas realidades, mas mantendo a sua matriz e princípios essenciais, ou seja, o Estado Social, o princípio da igualdade e o princípio da proporcionalidade na aplicação das leis da República.

Assim, tal como no passado, eventuais novas alterações da Constituição só poderão acontecer não por vontade de qualquer governo mas sim pela vontade da expressão popular em eleições livres e traduzidas pela aprovação de uma maioria qualificada dos deputados eleitos na Assembleia da República.

Não existindo tais condições os governos devem governar no quadro da Constituição em vigor. Se não o fizerem apenas cabe ao Tribunal Constitucional (TC) pronunciar-se pela inconstitucionalidade das medidas do governo violadoras da constituição.

Foi o que aconteceu recentemente com algumas medidas do Orçamento de Estado para este ano. A culpa é única e exclusiva do governo que não soube ou não quis acautelar esta hipótese de “chumbo”. São as medidas do governo que se devem ajustar à Constituição e não o contrário, sob pena da criação de instabilidade normativa e real o que não é aceitável num quadro democrático. Aliás se não fosse assim a credibilidade externa do país sairia necessariamente abalada.

Esta Constituição foi transversal aos ciclos económicos que foram surgindo naturalmente ao longo dos anos quer em períodos menos bons e que foram ultrapassados quer em períodos de crescimento económico e de bem-estar.

Não deve ser assim assacada à lei fundamental do país, as crises mundiais, os desvarios e incompetências dos governos, a aplicação de medidas excessivas de austeridade com as consequentes quebras na produção, aumentos inaceitáveis no desemprego e na pobreza, bem como o facto de Portugal ser o país mais desigual na distribuição dos rendimentos na União Europeia.

O que se seguiu a decisão do TC foi um violento ataque do governo a esta instituição de direito importantíssima para o normal funcionamento do estado democrático e a aceitação emburrada da mesma já que ameaçou os portugueses num puro estilo de “vendetta” com mais e mais medidas de austeridade (enfim, mais da mesma receita, sempre os mesmos sacrificados e consequentemente sempre os mesmos efeitos nefastos no país), nomeadamente na área do Estado Social, como sejam a Segurança Social, a Saúde e a Educação.

Contudo, cada vez mais entende-se que não é este o caminho a seguir sob pena por certo de mais quebras na riqueza do país, mais desemprego, mais pobreza e mais instabilidade económica e social num ciclo vicioso sem fim à vista.

O que fazer então?

Embora sendo uma questão com a sua complexidade (a de conciliar disciplina orçamental com crescimento económico) deixamos aqui algumas ideias:

- (1) Portugal como país soberano deve renegociar com os seus credores, a Troika o processo de ajustamento orçamental em curso tornando-o mais flexível e compatível com a recuperação económica do país;*

(2) Implementar medidas de crescimento económico através de investimento público de pequena e média dimensão dada a queda significativa e sucessiva no investimento privado (obtendo recursos, entre outras vias, pela eliminação de “gorduras” e desperdícios em sectores e despesas não essenciais do Estado, revendo as altas remunerações dos gestores de empresas públicas e, por fim, revendo as rendas elevadíssimas das PPP);

(3) Criar condições para que a banca conceda créditos às PME e, desta forma, se estimule o investimento privado.

Os recursos financeiros da banca para este objectivo poderiam provir dos empréstimos obtidos pelo sistema bancário a uma taxa de juro muito baixa (atualmente nos 0,75%) em operações normais e não convencionais do Banco Central Europeu, exigindo-se a sua aplicação ao menos em parte no financiamento das PME; do retorno em alguma medida das avultadas aplicações financeiras dos bancos em títulos públicos e privados nacionais e internacionais mais ou menos especulativas, que assim poderiam financiar a atividade produtiva (estamos ou não em situação de emergência nacional? E sendo assim não toca a todos o sacrifício?

E o que dizer dos escandalosos rendimentos anuais de alguns gestores bancários?); poder-se-ia ainda explorar em termos negociais com a “troika” a utilização da verba de 12 mil milhões de euros que se encontra destinada à recapitalização dos bancos portugueses e que efetivamente não está a ser utilizada, para o financiamento das PME (porquê só ajuda e mais ajuda aos bancos!).

(4) Porque não a implementação de estímulos fiscais para que a poupança nacional se transforme em capital social das PME (por exemplo, através da emissão de ações).

(5) Porque não utilizar os fundos comunitários estruturais e de coesão disponíveis para o investimento geral?

Uma última nota, entenda-se que numa economia em crescimento funciona aquilo que os economistas designam por “estabilizadores automáticos, isto é, automaticamente as receitas do Estado aumentam e as despesas públicas diminuem, convergindo estes dois factores para a própria melhoria do défice orçamental.

TEXTO Nº 6

DESCIDA DOS PREÇOS PODE AGRAVAR A CRISE. COMO ENTENDER?

No passado geralmente um dos problemas com que as economias se depararam em determinados períodos foi o da subida persistente do nível dos preços. Porém, a inflação tem custos económicos e sociais e, por isso, deve ser combatida.

Por exemplo ela leva a perda de poder de compra dos rendimentos fixos, nomeadamente dos salários, torna menos atractiva a realização de poupanças pelas pessoas (caso não haja correcção das taxas de juro), e menos poupança significa menos recursos disponíveis para o investimento e menos investimento significa menos crescimento económico. Por fim, os nossos produtos (exportações) tornam-se relativamente mais caros para o exterior, ou seja, perdemos competitividade preço externa.

No actual contexto de forte crise económica na Europa o problema é outro e ainda mais ameaçador pelos seus efeitos perniciosos para a economia e a sociedade que é o risco da descida prolongada dos preços, aquilo que em “economês” se designa por deflação.

Informação estatística do INE de Lisboa sobre a evolução recente dos preços em Portugal aponta para uma variação dos preços no consumidor em Fevereiro passado e em termos homólogos (taxa de inflação relativamente ao mesmo mês do ano anterior) de zero por cento. Por sua vez, a variação média dos preços (resultado da média das taxas homólogas dos últimos 12 meses) permanece com uma tendência de baixa, 2,5 % (contra os 2,3% em Janeiro).

Esta tendência recente de baixa dos preços não resulta da descida acentuada dos preços internacionais dos bens alimentares e petrolíferos como aconteceu em 2009. A sua raiz prende-se fundamentalmente com a forte recessão económica da economia portuguesa (descida sobre descida do PIB e aumento acentuado no desemprego) que tem vindo a levar a sucessivas e acentuadas quebras na procura agregada interna.

A este facto deve-se adicionar a política seguida pela governação de desvalorização do trabalho, ou seja, da adopção de uma política de redução de custos não centrada no aumento da produtividade mas sim nos baixos salários.

A continuar esta tendência de descida dos preços (deflação) num quadro de grave crise económica torna-se cada vez mais problemática a recuperação da actividade económica do país.

Mas quais são em resumo as principais ameaças da deflação?

- 1. Altera a distribuição do rendimento de forma grave, beneficiando quem possui rendimentos estáveis e prejudicando a parte crescente da população activa (veja-se o crescimento do trabalho temporário) que possuem rendimentos precários.*
- 2. Com a deflação os consumidores tendem a adiar a compra de bens e serviços e os investidores a aquisição de bens de capital na mira de que no futuro os preços sejam menores. Tudo isso implica no presente a uma acentuada redução da procura interna quando a economia está em dificuldades e portanto o esperado seria que acontecesse o contrário.*

Com a deflação corre-se assim o risco de se entrar numa espiral recessiva (a crise se manterá por muito tempo e com efeitos cada vez mais gravosos no nível de vida das pessoas e no aumento do desemprego).

- 3. Por fim, uma das consequências mais nefastas da descida prolongada dos preços é o aumento real das dívidas, como sejam os casos, do crédito à habitação ou as dívidas das empresas aos bancos, devido a baixa dos preços nominais, enquanto o valor total da dívida permanece constante.*

Assim, a deflação redistribui o rendimento em desfavor das famílias ou empresas endividadas a favor do sistema bancário, especialmente.

Refira-se por último, que o risco de recessão com deflação é mais evidente atendendo a que fazemos parte da União Económica e Monetária Europeia (UEM) e, por conseguinte, deixamos de ter total autonomia em termos de política monetária (existência de uma moeda única, o Euro e de uma política monetária do BCE, comum) e são fortes as limitações da política orçamental quer por força do Pacto de Estabilidade e Crescimento definido pelo Tratado de Maastricht quer pelos actuais condicionalismos resultantes dos processos de resgate em vigor.

TEXTO Nº 7

O BANCO CENTRAL EUROPEU (BCE) PODERIA SER MAIS OUSADO NO COMBATE À CRISE NA EUROZONA?

O desempenho económico na área do euro manteve-se fraco revelando evidentes dificuldades de retoma económica nos primeiros meses deste ano com destaque para o crescimento económico negativo nos países do sul da Europa e que se encontram em maior ou menor medida sujeitos a programas de ajustamento (Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Chipre).

Isto acontece quando os demais maiores Bancos Centrais mundiais (Estados Unidos, Reino Unido e Japão) de forma mais agressiva avançam com medidas monetárias visando estimular as suas economias.

Recentemente o BCE referiu que “está preparado para agir”, nomeadamente com a possibilidade novas descidas da taxa de juro do BCE (atualmente em 0,75%, contra os 0 a 0,25 dos Estados Unidos, 0,5% do Reino Unido e os 0 a 0,1% do Japão) e com a aplicação de novas medidas monetárias não convencionais (o que sucedeu, no passado recente, por duas vezes, já com o italiano Mário Draghi na liderança do BCE).

Isto é, não está posta de parte a hipótese de o BCE avançar brevemente com novas e significativas operações de injeção de liquidez no sistema bancário da área do euro, em montantes ilimitados, à taxa de juro de referência do BCE e com prazos mais dilatados que o normal (três anos!) numa tentativa de alavancar a atividade económica europeia.

Esta posição expressa a cada vez maior preocupação do BCE quanto a evolução da economia da área do euro e não tanto com a possibilidade de aumento da inflação (dado que os preços em média tem vindo a descer na área do euro, em grande medida fruto da recessão económica e dos elevados níveis de desemprego).

Nesta perspectiva a implementação pelo BCE de medidas mais ousadas de expansão monetária não poria em causa a meta económica da estabilidade dos preços definida como prioritária na área do euro.

No entanto sérias reservas se colocam à eficácia dos instrumentos monetários disponíveis pelo BCE quer devido as dificuldades económicas na área do euro quer devido ao mandato do BCE definido pelo Tratado da União Europeia (TUE) e considerado por muitos como restritivo.

A questão fundamental é então saber o que pode e o que quer fazer o BCE. Baixar novamente a taxa de juro de referência do BCE para novos níveis históricos é possível e expectável a curto prazo. Porém, será uma medida suficiente? A realidade tem-nos mostrado que não.

Isto é, tornar mais barato o preço do dinheiro no mercado monetário interbancário da área do euro não induz automaticamente a que os bancos concedam mais crédito e a mais baixas taxas de juro para financiar as atividades económicas, nomeadamente no que se refere às famílias e às PME.

Por um lado, porque os bancos são agora mais exigentes na concessão de crédito avaliando com maior rigor os riscos, exigindo mais garantias e aumentando os seus “spreads” (margem de lucro). Podemos dizer que os bancos mostram” receio em conceder crédito porque julgam que podem não vir a ser reembolsados”.

Também preferem aplicar os seus fundos em títulos da dívida pública soberana considerados “seguros”, mesmo que tal implique o recebimento de juros reais negativos (quando a taxa de juro é inferior ao valor da inflação, como por exemplo, comprando títulos da dívida pública alemã).

Por outro lado, com a grave crise económica instalada e a acentuada quebra da procura interna, no consumo e no investimento, a procura de crédito por parte das famílias e empresas tende a diminuir.

Se o BCE avançar com a descida da sua taxa de juro de referência (o que efetivamente sucedeu em 2 de Maio passado quando o BCE desceu a sua taxa de juro de referência para o mínimo histórico de 0,5%), a mesma deverá ser acompanhada, em particular, nos países do sul da Europa, como é o caso de Portugal, por medidas monetárias complementares de intervenção e não convencionais.

Porém, é necessário que não se fiquem à semelhança das intervenções anteriores por fortes injeções de liquidez no sistema bancário (aos bancos que apresentem garantias, os chamados colaterais) e por avisos de possibilidade de intervenção do BCE nos mercados secundários dos títulos da dívida pública soberana dos países sob programa de ajustamento (uma forma de tentar combater a especulação financeira e desta forma pressionar no sentido da baixa as taxas de juro a que os países em maior dificuldade tenham de pagar pelo seu financiamento externo).

O BCE deverá ser mais ousado nas suas intervenções monetárias visando a retoma da economia da área do euro, como tem vindo a suceder com outros grandes bancos centrais mundiais.

Assim, nos Estados Unidos, no Reino Unido (que se encontra fora do euro) e no Japão, os Bancos Centrais tem assumido o financiamento direto aos governos comprando títulos da dívida pública soberana e também comprando ativos aos bancos uma forma mais eficaz de injetar liquidez na economia, nomeadamente adquirindo em pacotes os créditos que os bancos nacionais concedem às PME. É aquilo que em “economês” se designa por alívio quantitativo e que a teoria económica receita em situações económicas muito graves.

Mas poderá sê-lo tendo em conta o mandato do BCE definido pelo TUE? A resposta é não. Nos Estados Unidos, por exemplo, as metas monetárias indicadas para a atuação da Reserva Federal (o Banco Central Americano) são o elevado emprego e a estabilidade dos preços, sem quantificar explicitamente estas metas, pelo contrário, na área do euro a Política Monetária Única (PMU) define e quantifica de forma clara como sendo prioritário em termos de objetivo de política monetária a estabilidade dos preços, ou seja, que a inflação média na Eurozona a longo prazo se situe abaixo (embora próximo, para evitar riscos de deflação) dos 2%.

Assim, todos os outros possíveis objetivos finais da política monetária do BCE como seja o crescimento económico e o elevado emprego não poderão conflitar com a meta prioritária da estabilidade dos preços.

Será assim, necessário redesenhar a construção da União Económica e Monetária (UEM) em geral e o mandato do BCE em particular, para que o BCE possa ter mais e mais ousados instrumentos de intervenção monetária visando o relançamento económico na Eurozona à semelhança do que se passa com os outros grandes Bancos Centrais mundiais.

TEXTO Nº 8

CAPITALISMO (FINANCEIRO) GLOBAL, OFFSHORES E CRISE ECONÓMICA MUNDIAL

Nos últimos trinta anos, com a predominância do capitalismo (financeiro) global e, por consequência, com a desregulação dos sistemas financeiros e o fim do controlo dos movimentos de capitais a nível mundial, apareceram e se expandiram de forma muito significativa os chamados paraísos fiscais ou “offshores”. Inesperadamente ou não as fontes estatísticas mundiais revelam que a maioria dos “offshores” se situam em territórios de alguns países mais desenvolvidos.

Mas quais são os aspectos mais nocivos da existência desses paraísos fiscais a nível mundial? Entre outros, destacamos os obstáculos às investigações judiciais e à cooperação contra a fuga ao fisco, a fraude e o branqueamento de capitais.

Estes efeitos nocivos implicam no florescimento generalizado da atividade criminosa, da economia paralela e obrigam os Estados por desvios avultados de recursos financeiros devidos ao fisco a terem de adotar medidas mais severas de austeridade às populações (através dos cortes salariais, das reduções na proteção social e do aumento dos impostos) de forma a compensar o agravamento dos défices e as dívidas públicas soberanas devido àqueles desvios e em tempos de crise.

Podemos considerar de acordo com um estudo da OCDE (2009) três grandes tipos de regiões “offshores” a nível mundial:

(1) Os que potencialmente são um abrigo de atividades criminosas e que fogem à colaboração com as entidades judiciais, casos da Costa Rica, Malásia, Filipinas e Uruguai);

(2) Os que tomam uma atitude de cooperação com a justiça mas que efetivamente não as concretizaram, casos de numerosos países e territórios de países, como, por exemplo, Andorra, Aruba, Bahamas, Bahrain, Bermudas, Gibraltar, Ilhas Caimão (Reino Unido), Ilhas Virgens (Reino Unido), Maldivas, Panamá, Tonga e Vanuatu e (3) os que são

entendidos (e efetivamente assim praticam) como cooperantes com as autoridades judiciais e fiscais dos vários países (mas onde não se exclui totalmente a possibilidade de serem utilizados por atividades menos claras e sob a mira judicial, como aconteceu em Portugal com os casos do sistema bancário, nomeadamente o BCP, BPN e BPP).

Pertencem a este último grupo países como África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Ilhas Jersey, Irlanda, Itália, Japão, Madeira (Portugal), México, Rússia, Seychelles, Suécia e Reino Unido.

A propósito segundo dados fornecidos pelo Economist (2009), os principais paraísos fiscais são europeus, e muitos deles como vimos na União Europeia. Relevo para o caso das ilhas Caimão uma região “offshore” integrada no Reino Unido (onde num dado prédio dessas ilhas estavam registadas cinquenta mil empresas internacionais).

Em Portugal, como referimos existe em atividade um centro “offshore” na Madeira. Assim, de acordo com o Relatório do Orçamento de Estado para 2009 houve um desvio fiscal em IRC na ordem dos 1796 milhões de euros (o que significa que aconteceram operações económicas isentas de IRC no valor de cerca de 7000 milhões de euros, cerca de 4% do PIB português).

Na generalidade das investigações judiciais sobre crimes financeiros em Portugal e na última década foram referidas a utilização das sociedades “offshore” para esconder operações ou para avançar com práticas ilegais (como foi referido anteriormente tais situações sucederam nas investigações aos bancos nacionais, BCP, BPN e BPP).

Por sua vez, uma informação recente conjunta do Expresso e do International Consortium of Investigative Journalists (Washington, Estados Unidos) nos dá conta de como portugueses, ingleses, russos e turcos criaram sociedades “offshores” com moradas em Lisboa e outras cidades do país.

A solução para este cancro financeiro mundial exige vontade política a nível mundial no sentido da sua abolição.

Na Madeira (Portugal), poder-se-ia, por exemplo, criar a curto prazo um imposto específico sobre as empresas que não tem vindo a pagar qualquer imposto, que não procederam as devidas declarações de impostos e que não tenham tido nenhum trabalhador empregue na Madeira (?) de forma a minorar as elevadas fugas aos impostos aí verificadas ao longo dos anos.

TEXTO Nº 9

CRIAR EMPREGO EM PORTUGAL: ALGUMAS IDEIAS

A taxa de emprego, que é definida pela parte do emprego na população total que possui entre 15 e 65 anos, em Portugal tem vindo a baixar significativamente ao longo dos últimos anos como resultado da crise económica global e das políticas de austeridade impostas pelos credores internacionais: no 1º trimestre de 2013 foi de 49,5% (contra os 67,9% em 2009).

A população empregada no país no 1º trimestre de 2013 foi de 4 433,2 mil pessoas com uma redução homóloga (face ao 1º trimestre de 2012) de 4,9% e trimestral (face ao último trimestre de 2012) de 2,2% (menos cerca de 230 mil e 99 mil pessoas, respectivamente).

Em conjugação com este fenómeno também o desemprego tem vindo a aumentar de forma sucessiva e acentuada nos últimos anos (em particular, o chamado desemprego estrutural e de longo prazo).

No 1º trimestre de 2013 a taxa de desemprego em Portugal foi de 17,7% (subindo para os 17,8% em Abril, fonte: Eurostat). Este valor é superior em 2,8% ao do trimestre homólogo de 2012 e em 0,8% ao do trimestre anterior. Desta forma, a população desempregada no período em análise foi de 952,2 mil pessoas (para uma população ativa de 5 385,4 mil pessoas).

Ainda para o 1º trimestre de 2013 a taxa de desemprego na zona do euro foi de 12,2% (contra os 11,8% em 2012), isto é, 19,4 milhões de pessoas se encontram desempregadas, das quais 3,6 milhões são jovens (menos de 25 anos), enquanto na União Europeia-27 foi de 11% (contra os 10,8% em 2012), ou seja, 26,5 milhões de pessoas. De realçar que a taxa de desemprego em Portugal só foi superada na área do euro pela Grécia (27%) e Espanha (26,8%).

Por sua vez, e bastante preocupante foi o desemprego juvenil (jovens até aos 25 anos) com uma taxa de 42,5% uma das mais elevadas na Europa.

Em termos regionais as taxas de desemprego também tem vindo a revelar uma tendência crescente. As taxas de desemprego mais elevadas (superiores à média nacional) foram registadas no Algarve (20,5%), na Madeira (20,0%), em Lisboa (19,5%), no Norte (18,6%) e no Alentejo (18,5%).

Acrescente-se que, por um lado, o salário médio em Portugal tem vindo a baixar face à média europeia (salário médio esse que já era um dos mais baixos entre os países do euro antes da atual crise) e, por outro lado, a nossa economia tem vindo há já bastantes anos a divergir em termos de crescimento económico com à média das economias europeias em que estamos integrados.

A estratégia económica a adotar em Portugal deverá assim passar pela prossecução de dois objectivos prioritários e complementares: por um lado, gerar emprego e baixar o desemprego, e, por outro lado, melhorar a produtividade da nossa economia (debilidade estrutural maior da nossa economia), condição essencial para o crescimento económico e consequentemente para a melhoria do nível de vida dos portugueses no futuro.

(I) O Desemprego e a Vulnerabilidade do Emprego

O aumento dramático do desemprego em Portugal como vimos é em grande parte fruto da crise económica global instalada desde 2007/2008 e das políticas de acentuada austeridade prosseguida pelo governo português com base no memorando de entendimento com a chamada Troika.

O desemprego de longa duração tem vindo a aumentar ao longo dos anos, sendo no 1º trimestre de 2013 de 58,9% da população (15 e mais anos) contra os 50,8% no mesmo trimestre do ano anterior. Em suma quase 60% dos desempregados está sem trabalho há vários anos e tem poucas expectativas de voltar a trabalhar.

A isto deve-se adicionar o facto de existir uma vulnerabilidade social mais ampla, resultante do tipo de qualificações e de emprego que predomina na nossa economia.

Em Portugal, a população entre os 20 e os 24 anos que completou o ensino secundário ainda está muito longe da média na União Europeia (no 1º trimestre de 2013 verificou-se uma diminuição de 223,7 mil empregados com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico).

A falta de qualificações é umas das explicações fortes do desemprego e da baixa produtividade numa economia que se reestrutura no contexto de uma cada vez mais forte concorrência no mercado global.

Note-se, por fim, que o trabalho no país é muito vulnerável, não apenas pela falta de qualificação mas também pelo tipo de vínculo contratual. No 1º trimestre de 2013 o trabalho temporário atingiu a cifra de 11,7% e o nível de autoemprego foi de 17,2% (ambos em termos do emprego total e dos mais elevados da Europa).

(II) Os Custos do Desemprego

O custo económico direto do desemprego na economia nacional pode ser agrupado em três grandes valências:

(a) O valor dos bens e serviços que deixam de ser produzidos pelo efeito da redução do emprego e do aumento do desemprego (de forma meramente aproximada com 10% de desemprego seria de 10% do PIB);

(b) O valor do custo da segurança social, devido a baixa de receitas de descontos dos trabalhadores;

(c) O valor das despesas aumentadas para a segurança social por efeito da subida dos subsídios de desemprego e outros apoios sociais.

Também podemos considerar os custos sociais e psicológicos do desemprego, tais como, os aumentos da pobreza, da violência doméstica, da toxicodependência e do suicídio.

(III) Políticas para o Emprego e a Produtividade

Numa situação de crescimento elevado da produtividade (capacidade da economia criar riqueza), será possível existir ou não um efeito de aumento do desemprego, consoante o resultado final sobre o crescimento do PIB (real) e logo da maneira como esse crescimento se propaga sobre toda a estrutura produtiva.

Independente da situação concreta e de forma a garantir um crescimento económico sustentável, será desejável que as políticas económicas do governo se centralizem quer na geração de emprego quer no aumento da produtividade.

O aumento da produtividade resulta da melhoria das qualificações educacionais da população, nomeadamente das gerações mais novas (Portugal embora revelando um processo positivo ao longo das últimas décadas ainda tem um caminho bastante longo para acompanhar os países da União Europeia (em média), da melhoria da qualificação profissional de seus trabalhadores, da melhoria das técnicas de gestão das empresas, de mais investimento em alta tecnologia; de mais inovação, de menos burocracia, de justiça mais célere, de melhor saúde, etc.

Portugal não poderá adoptar uma estratégia de crescimento económico baseada em baixos salários (de terceiro mundo), o que implicaria em um inaceitável recuo civilizacional e altamente redutor do nosso mercado interno (um terço do emprego no país depende da procura externa e dois terços dependem da procura interna), mas sim no estímulo e valorização do emprego e nos aumentos da produtividade geral de nossa economia, tornando-a mais competitiva no mercado global (uma maior dimensão dos sectores de produção de bens transaccionáveis seria também favorável para as nossas exportações).

Para isso deverá gerir de forma mais racional os recursos escassos que dispõe, renegociar o programa de ajustamento atualmente em curso com os credores internacionais de forma a não estrangular as capacidades produtivas da nação, captar poupanças externas através de um ajustamento das finanças públicas razoável e utilizada com bom senso mas conectada com uma política de crescimento económico sustentável, aumentando a atratividade do investimento direto estrangeiro.

A adoção de políticas fiscais de estímulo ao investimento produtivo também seriam positivas.

TEXTO Nº 10

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTADO EXIGE COMBATE À DESIGUALDADE E POBREZA

Portugal é um dos países com maior desigualdade económica e pobreza na União Europeia (UE-27). Esta realidade pode ser aferida através da quantificação quer da parte do trabalho no Produto Interno Bruto (PIB) quer da comparação entre os níveis de desigualdade entre Portugal e a UE-27. Recorreremos na análise as estatísticas do Banco de Portugal, do Instituto Nacional de Estatística de Lisboa e do Eurostat.

Quanto ao primeiro aspeto podemos verificar que a parte das remunerações do trabalho em % do PIB tem vindo a estagnar na casa dos 50% (rácio que atingiu um valor histórico de 68% em 1975 no Pós 25 de Abril).

No que se refere ao segundo aspeto atendemos não tanto a repartição dos rendimentos entre o trabalho e o capital, mas sim a indicadores da distribuição do rendimento na população. Estes confirmam plenamente a ideia de que em Portugal a desigualdade económica tem vindo a aumentar nos anos mais recentes e a pobreza continua a ter um dos níveis mais elevados na UE-27.

Destacamos os conceitos de desigualdade e de pobreza, a saber, a linha ou limiar de pobreza que é definido por 60% da mediana dos rendimentos dos adultos e a taxa de risco de pobreza que mede a proporção da população que ganha menos do que esse valor.

Pese embora a evolução francamente positiva do risco de pobreza e da desigualdade económica em Portugal no Pós 25 de Abril em grande medida fruto da aplicação de políticas públicas de redistribuição de rendimentos e da consolidação do Estado Social, a verdade é que atualmente tal situação tem sofrido um processo de inversão.

Assim, nos anos mais recentes a população que pode ser considerada como estando em risco de pobreza no nosso país tem sido uma das mais elevadas na UE-27.

Em 2011 a população em risco de pobreza em Portugal foi de 17,9% valor próximo do estimado para os dois anos anteriores.

Contudo, o panorama ainda é mais negro se tivermos em conta que a linha de pobreza baixou nos últimos anos de maneira que indivíduos que antes eram considerados pobres, não se tendo alterado ou tendo-se mesmo agravado as suas condições de vida, deixem automaticamente de ser considerados pobres!

Para forma de ultrapassar esse enviesamento é adotar um indicador mais rigoroso que meça a realidade a partir da linha ou limiar de pobreza ancorada em 2009 e atualizada nos dois anos seguintes apenas com base na inflação. Verificamos assim que a taxa de risco de pobreza em Portugal na realidade é mais elevado: 17,9% em 2009, 19,6% em 2010 e 21,3% em 2011 (em 2011, são cerca de 2 milhões de portugueses).

O valor do limiar de pobreza entre 2010 e 2011 reduziu-se de 5 046 euros/ano para 4 994 euros/ano, ou, ainda de 421 euros para 416 euros mensais.

A explicação para tal situação deve-se, por um lado, a razões estruturais assentes em debilidades económicas, nomeadamente nos baixos níveis de produtividade de nossa economia e, por outro lado, a razões conjunturais resultantes da crise económica global e da aplicação do programa de ajustamento económico e financeiro fortemente austero, com subidas “enormes” de impostos, cortes salariais, aumentos inaceitáveis do desemprego e, por fim, reduções significativas nas prestações sociais.

Este panorama é muito preocupante e uma verdadeira inversão civilizacional com subida generalizada do risco de pobreza e do nível de desigualdade em Portugal. Exemplificando, em 2011, a taxa de risco de pobreza “antes de qualquer transferência social” subiu para 45,4% (em 2010 foi de 42,5%)

Ainda em 2011 e quanto ao indicador de desigualdade S80/S20 que faz a comparação da proporção do rendimento total recebido pelos 20% dos indivíduos da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos foi de 5,8 (contra os 5,1 da UE-27).

A situação é ainda mais grave se atendêssemos ao indicador S90/S10, isto é, os 10% da população mais rica recebe rendimentos 10,1 vezes superior aos 10% da população mais pobre.

Concluindo, a implementação de políticas públicas adequadas de combate a desigualdade e pobreza é condição necessária para que se salvguarde a coesão económica e social do país e assim possamos retomar o trilho do desenvolvimento económico tornando ao mesmo tempo Portugal numa sociedade mais inclusiva e menos desigual.

TEXTO Nº 11

REFLEXÃO ALTERNATIVA À SOCIEDADE ATUAL

O Pós “Maio de 1968” têm sido de intenso debate na área da análise social. Entre os pensadores sociais alternativos destacamos Nicos Poulantzas e Suzanne de Brunhoff. Temos as seguintes três afirmações heterodoxas para reflexão sobre a sua consistência e atualidade.

1. O Capitalismo é uma Fase Histórica da Evolução da Sociedade:

As “certezas” sobre a configuração da sociedade no futuro já não existem. Desde o “socialismo real” ao “desenvolvimento local”, do “desenvolvimento não-capitalista” ao “não alinhamento”, tudo se foi desmoronando. As utopias têm dificuldade de aderência à realidade. É difícil distinguir as vantagens do socialismo, que continuarão como referência histórica, dos seus erros e dificuldades.

Contudo, constata-se três factos indiscutíveis:

(a) A humanidade defronta-se com um conjunto de problemas graves (da fome às guerras, da poluição à marginalização, da exclusão social à desvalorização do trabalho, etc.) e uma grande parte deles são resolúveis técnica e cientificamente. É a organização atual da sociedade que constitui um obstáculo;

(b) Na sociedade existem alternativas que se confrontam, por vezes de forma contraditória (como conciliar os direitos humanos formalmente estabelecidos com as profundas desigualdades sociais)?

Como compatibilizar a ética do ordenamento jurídico com a importância da economia paralela no funcionamento das economias desenvolvidas;

(c) Existem manifestações de descontentamento que se continuam a exprimir (contra a imposição de medidas de austeridade empobrecedora e a globalização neoliberal, dos resultados eleitorais que manifestam descontentamento aos movimentos de contestação locais). Não há nenhuma razão histórica para considerarmos que chegamos ao “fim da história”.

2. A Globalização não Significa “Menos Estado” mas “Estado Diferente”

Afirmar que a globalização exige e impõe menor intervenção política é uma afirmação ideológica desligada da realidade, pois aquela tem sido acompanhada de diversas formas de ação política:

(a) Os mecanismos automáticos da economia de mercado livre de superação das crises são desmentidos pela realidade e pela necessidade de tomada de decisões políticas;

(b) O “enfraquecimento” do poder de intervenção dos Estados é uma política deliberada. Tanto é uma decisão política promover uma nacionalização como uma privatização, só com a diferença que a primeira pode aumentar a capacidade de ação política do Estado enquanto a segunda certamente enfraquecerá;

(c) A economia paralela (26% do PIB português em 2012) é fundamental para o capital financeiro e esta situação coloca novas problemáticas éticas, jurídicas e económicas.

3. Estado Capitalista é a Expressão Política da Correlação de Forças Sociais

Uma imanência do capitalismo é aquela que faz com que o Estado seja sempre a representação de interesses (dominantemente de algumas classes sociais embora sempre matizado pela influência de outros grupos e classes) e torna inviável existir uma economia sem Estado.

Não será isso mesmo o que sucede em Portugal quando assistimos a aplicação de medidas de austeridade excessivas com “enormes” subidas de impostos, cortes sobre cortes nos salários e pensões dos trabalhadores? O Estado não tem vindo, pelo contrário, a salvaguardar os poderosos interesses económicos e financeiros instalados?

As maiores empresas portuguesas não têm vindo a transferir avultados capitais para o exterior assim, só para a Holanda (país com impostos sobre os lucros bastante mais baixos) são cerca de 30 mil milhões de euros por ano? Ao transferirem avultados capitais para o exterior (num processo muito semelhante aos da economia paralela) não investindo no país e fugindo ao pagamento de impostos, não estarão a gerar mais injustiça social e efeitos danosos à economia portuguesa?

TEXTO Nº 12

DISPARIDADE REGIONAL EM PORTUGAL: UM ENTRAVE AO CRESCIMENTO ECONÓMICO

Entre os pilares necessários para um crescimento económico sustentável (a médio e longo prazo) num país, estão, por um lado, a coesão social que passa por reduções quer em termos de disparidade na distribuição dos rendimentos quer em termos do nível de pobreza e, por outro, a coesão regional que passa por reduções nas assimetrias do PIB “per capita” (que relaciona o PIB gerado num dado país ou região com a população residente) e da produtividade (determinada pela relação entre o PIB e o emprego num dado país ou região), quer no contexto do país, quer em comparação com a União Europeia.

Tendo por fonte o último relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre Contas Regionais (Base 2006) 2010 e 2011 preliminar, observamos que em 2011, o PIB nacional em termos reais (ajustado da variação dos preços) registou um crescimento negativo de 1,6%.

Analizando as variações daquele indicador económico para as regiões nacionais verificamos que em 2011 o PIB decresceu de forma mais acentuada que a média nacional no Algarve (-2,5%), na Madeira (-2,3%) e em Lisboa (-1,7%). Nos Açores (-0,7%), no Centro (-1,1%), no Alentejo

(-1,3%) e no Norte (-1,5%), a redução da atividade económica foi menor. O Algarve continuou assim a ser a região nacional mais afetada pela situação económica recessiva do País seguida pela Madeira. Nos dois casos, a evolução resultou em grande medida do efeito recessivo relativamente elevado na atividade económica da Construção.

A distribuição preliminar regional do PIB nacional em 2011 (Portugal = 100) correspondeu a 28,3 no Norte; 18,6 no Centro; 37,2 em Lisboa; 6,5 no Alentejo; 4,2 no Algarve; 2,2 nos Açores e 3,0 na Madeira.

Os índices de disparidade regional do PIB “per capita”, quer em relação à média nacional (Portugal = 100), quer dentro das próprias regiões nacionais são muito significativas atingindo valores máximo e mínimo na região de Lisboa (166,5) e da Serra da Estrela (52,1), respectivamente.

No Alentejo as maiores disparidades aconteceram entre o Alentejo Litoral (139,3) e o Alto Alentejo (80,9); na região Centro, entre o Baixo Mondego (100,7) e a Serra da Estrela (52,1) e na região Norte entre o Grande Porto (101,1) e o Tâmega (55,7).

Quanto a produtividade as regiões do Norte e do Centro continuam a não superar a média nacional. A disparidade da produtividade regional tem sido muito significativa. Em 2010, os valores extremos relativamente à média nacional (índice 100) foram observados nas regiões do Alentejo Litoral (162,8) e na Cova da Beira (58,4).

A atividade portuária com elevado rácio capital/trabalho e forte crescimento do VAB (na zona de Sines) justificam a situação favorável do Alentejo Litoral. Quanto à região Norte, os valores extremos quedaram-se pelo Grande Porto (106,9) e a Cova da Beira (58,4).

Em relação à média da União Europeia (UE27 = 100), o PIB “per capita” em Portugal, expresso em PPC (isto é, corrigido pelos diferenciais de inflação entre os países membros), situou-se em 2010 em 80,3% tendo passado para 77,4% em 2011.

Esta evolução negativa é resultado do empobrecimento relativo do país em grande parte devido a adoção de medidas de forte austeridade com aumentos dos impostos, reduções dos salários e pensões e aumento do desemprego.

De forma similar assistiu-se em 2011 a decréscimos no PIB “per capita” em PPC em todas as regiões nacionais face ao ano anterior.

Em jeito de conclusão poder-se-á afirmar que sendo Portugal um dos países da União Europeia com maior grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos e onde cerca de 18% das famílias portuguesas, estão em risco de pobreza (com tendência de pioria deste cenário) não podemos falar claramente na existência de coesão social. Igualmente, agravou-se a disparidade regional seja em termos de produção por habitante seja de produtividade, em particular, entre o litoral e o interior e entre as sub-regiões dentro da mesma região nacional.

Do exposto, e numa perspetiva de crescimento económico sustentável (a médio e longo prazo), podemos concluir que há ainda muito por fazer nesse sentido. Para que tal suceda é urgente uma mudança das políticas e incentivos económicos atuais para que Portugal possa alcançar os necessários e desejáveis graus de coesão social e regional. Haja pois vontade política!

TEXTO Nº 13

NOVO MÍNIMO HISTÓRICO DA TAXA DE JURO DO 'BCE' BENEFICIA À ECONOMIA PORTUGUESA?

Recentemente o Banco Central Europeu (BCE) anunciou um corte para metade da sua taxa de juro de referência, ou seja, da taxa de juro dos seus empréstimos de curto prazo (uma semana) à banca comercial, fixando-a em 0,25%.

Em “economês” significa que o BCE assume agora uma política de taxa de juro zero “ZIRP - Zero Interest-Rate Policy”. Contudo, o BCE vai mais longe ao informar que a sua taxa se manterá baixa durante mais tempo. Com isso pretende favorecer também a descida das taxas de juro de longo prazo (que serve de indicativo ao investimento produtivo).

O que significa então esta descida? Que impacto poderá ter na debilitada economia portuguesa?

A redução da taxa de referência do BCE, bem como, o aumento das operações de injeção de liquidez no mercado monetário interbancário “Euribor” quer normais (operações de financiamento de curto prazo, valor limitado e taxa variável) quer extraordinárias (operações de cedência de liquidez, valor ilimitado, prazo de três anos e taxa fixa) são os canais tradicionais de transmissão da política monetária na economia real.

Com isso, o BCE pretende, por um lado, alavancar a economia real reduzindo o desemprego através do crédito mais barato de forma a elevar tanto o consumo das famílias como o investimento das empresas, ou seja, expandindo a procura interna).

Por outro lado, “criar inflação” tendo em conta o risco de deflação na área do euro onde os preços têm vindo a descer há dois meses consecutivos (a descida sucessiva dos preços gerando expectativas negativas pode criar um ciclo vicioso de recessão e desemprego devido ao adiamento de consumos e investimentos).

Mas será que é isso mesmo que tem vindo a acontecer na nossa debilitada economia? A resposta é não. Porquê?

- 1. O crédito bancário aos agentes económicos não tem vindo a processar-se de forma adequada. O crédito fornecido tem sido escasso, em primeiro lugar, como resultado da aplicação de mais rigorosos critérios de avaliação na concessão de créditos por parte dos bancos comerciais e, em segundo lugar, devido aos elevados “spreads” exigidos para tal fim (taxas de cobertura de risco) o que é visível por comparação com a média europeia (bastante mais baixa).***
- 2. Muitos dos recursos financeiros obtidos pelos bancos são utilizados na sua recapitalização.***
- 3. Também tem vindo a aumentar a compra de títulos da dívida soberana externa por parte dos bancos comerciais quer porque conseguem mais elevadas taxas de juro quer apesar de taxas de juro reais negativas por razões fundamentalmente de segurança e baixo risco (é o caso dos títulos da dívida pública da Alemanha).***

Segundo o Eurostat, verificamos que as baixas anteriores da taxa de referência do BCE, embora tendo tido efeitos positivos em termos de crédito à economia em alguns países do norte da Europa (mais desenvolvidos), tem vindo a apresentar, bem pelo contrário, reduções significativas dos créditos concedidos às famílias e empresas em países periféricos (como em Portugal).

Nestes últimos, podemos dizer que a política monetária expansionista do BCE não tem vindo a chegar à economia real devido a variação negativa dos créditos concedidos pela banca.

Ou seja, há uma elevada fragmentação do mercado de crédito na zona do euro. A variação do crédito bancário desde o 4º trimestre de 2011 e o 1º trimestre de 2013 (em %), foi positivo em países como a Finlândia (+ 6,1), Holanda (+ 5,4), França (+ 3,1) e Alemanha (+ 0,8) e, negativo em países como Portugal (- 7,5%), Grécia (-9,8), Espanha (- 10,6) e Irlanda (- 14). Em média o crédito caiu 1,1% na área do euro.

O que fazer então? Eis algumas ideias:

(1) Criação de expectativas positivas aos agentes económicos (para consumir e investir) o que exige uma alteração da política interna, EM PARTICULAR, quanto a necessidade de valorização do trabalho, de renegociação do programa de ajustamento em vigor (quanto aos juros e prazos) gerando assim folgas necessárias à tomada de medidas de política visando o crescimento económico;

(2) Promoção do investimento público estratégico e criação de incentivos ao investimento privado;

(3) Utilização da CGD como banco do estado na expansão do crédito, especialmente às PME;

(3) Maior ambição do BCE em termos de política monetária expansionista (à semelhança aliás do verificado na Reserva Federal dos EUA e nos Bancos Centrais da Inglaterra e do Japão). Quer dizer, implementando os chamados alívios quantitativos “quantitative easing” (QE), quer através da aquisição pelo BCE de títulos de dívida soberana dos países em maior dificuldade de dívida externa (e, assim, fazer baixar as taxas de juro) quer pela compra de ativos às PME fornecendo-lhes assim os recursos financeiros indispensáveis a sua atividade e expansão e que não tem vindo a conseguir pela via tradicional do sistema bancário.

TEXTO Nº 14

EURORREGIÃO GALIZA-NORTE DE PORTUGAL:

DINAMIZAR A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Antes do 25 de Abril praticamente inexistiam quaisquer tipos de relações entre as duas regiões ibéricas. Com a democratização e a entrada de Portugal e Espanha na União Europeia assistiu-se a um incremento das relações económicas, sociais e culturais (a fala luso-galaica tem sido um facilitador) visando uma maior integração daquelas duas regiões.

A cooperação transfronteiriça tem sido desde então um instrumento importante de desenvolvimento da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal, através do aproveitamento dos recursos endógenos, da criação de um mercado transfronteiriço para as empresas locais, da coordenação de equipamentos e serviços disponíveis e do aumento da competitividade de um e outro lado da fronteira.

O Norte de Portugal pese embora com menor espaço territorial é a região com maior população e com uma maior taxa de atividade no mercado laboral.

Por sua vez, a Galiza tem vindo a mostrar maiores níveis de produtividade e menor grau de assimetria demográfica entre o litoral e o interior. Em ambos os casos, porém, apresentam tendência para a estagnação demográfica. Por seu lado, a taxa de desemprego com é superior na Galiza (18,3% na Galiza, 13% no Norte de Portugal e 9,6% na UE27, em 2011).

Nesta Eurorregião aos principais recursos tradicionais, terra, mar e rios, tem vindo a juntar-se novos sectores de atividade económica que incorporam modernização e inovação, tais como, a indústria transformadora, os serviços, a indústria alimentar (na Galiza – destaque a empresa Pescanova), o material de transporte, têxtil e confecção (destaque para o grupo Zara na Galiza) constituindo, assim, os principais sectores empregadores e com mais elevados índices de produtividade.

O turismo merece uma referência especial pela sua importância económica e potencialidades de atração de pessoas e de capitais, nomeadamente nas vertentes do turismo ambiental e cultural. Como exemplo, citamos a sólida cooperação transfronteiriça para a proteção e valorização do Parque Natural da Peneda-Gêres.

A mobilidade do mercado de trabalho transfronteiriço tem vindo a processar-se ao longo de dois eixos principais: Valença/Tui, que se prolonga até Viana do Castelo e Vigo e Chaves/Verin com menor profundidade de penetração territorial.

Por sectores e resumidamente:

Sector da Agricultura e Pescas: a aparente contiguidade e similaridade do sector agropecuário e da pesca escondem diferenciações significativas, como seja uma menor densidade de área ocupada e de número de explorações na Galiza das explorações de muito pequena dimensão (menos de 1 hectare). Porém, com uma clara supremacia no peso das explorações com mais de 5 hectares e uma maior expressão quantitativa da produção de carne e da fileira de pesca na Galiza.

Sector da Indústria: nas indústrias extrativas ao maior número de empresas e de efetivos empregados no Norte de Portugal, corresponde na Galiza, um valor acrescentado bruto muito superior. Nas indústrias transformadoras ao peso das indústrias têxteis, do vestuário e do couro no Norte de Portugal corresponde na Galiza à também expressiva presença das indústrias alimentares, das indústrias metalúrgicas de base, produtos metálicos, máquinas e equipamentos e material de transporte.

Sector Financeiro: foi a este nível que se assistiu na Euroregião a uma maior inserção do sistema bancário e financeiro no processo de globalização mundial. Na Galiza, contudo, desenvolveram-se instituições financeiras de base regional (as Caixas e alguns bancos).

Em termos de futuro a Euroregião Galiza-Norte de Portugal, continua a ter vastas potencialidades para o seu desenvolvimento no quadro da globalização dos mercados, através do reforço da cooperação transfronteiriça, da valorização e promoção da competitividade das empresas e por meio do conhecimento e inovação.

Assim, as estratégias a adotar devem mirar, no essencial, a redução das assimetrias demográficas (entre o litoral e o interior), em apostar no empreendedorismo e na inovação (com o conseqüente o aumento do emprego) e em tornar a Euroregião em um território atrativo à circulação de pessoas e bens.

A promoção e desenvolvimento do sector turístico é neste contexto um pilar fundamental para o desenvolvimento transfronteiriço, a partir da ideia de preservação ambiental, melhoria da prestação de serviços, equipamentos e infraestruturas.

TEXTO Nº 15

OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS NA EUROPA ... QUAL O SIGNIFICADO?

Temos vindo a assistir nos últimos anos ao aparecimento na Europa, mormente nos países periféricos do sul, casos da Grécia, Espanha e Portugal, países onde estão a ser aplicadas severas medidas de austeridade impostas em termos de ajustamento das contas públicas pela “troika”, de novos movimentos sociais e políticos de contestação.

Na realidade a crise económica e financeira, resultado do avanço ao longo das últimas décadas do liberalismo, traduzidas pelo enfraquecimento do papel intervencionista e regulador do Estado na economia, pelo ataque sem precedentes ao estado social, pelo surgimento de níveis inaceitáveis de recessão e de desemprego e pela falta de perspectivas de crescimento económico (e de emprego), conduziram nessas sociedades a um elevado sentimento de revolta, indignação e mesmo de desesperança.

As revoluções sociais “do passado” pese embora a existência de condições objectivas favoráveis, não são exequíveis por falta de condições subjectivas, nomeadamente as resultantes da globalização mundial, da falta de liderança, da existência de estruturas sindicais orgânicas, e, por último, mas não menos importante, pelo sentimento generalizado de que na actualidade as crises económicas e sociais se ultrapassam com mais e não menos democracia (efectiva e participativa).

Muito do pensamento dominante na Europa é fortemente crítico a estes novos movimentos sociais e políticos por potencialmente serem geradores de forte instabilidade na vida económica e social. Contudo, movimentos como os M12M em Espanha, M15S e “Que se Lixe a Troika” em Portugal, partido Syriza na Grécia e o M5S de Beppe Grillo em Itália onde recentemente obteve um quarto dos votos, não deixam de revelar Em certo sentido que a cidadania ainda existe, que as pessoas ainda reagem, que contestam a democracia meramente formal em que temos vivido.

Procuram, desta forma, alternativas a um modelo “esgotado”, buscando um novo paradigma económico e social pós-crise que esteja centrado nos interesses das pessoas e não nos dos poderes económico e financeiro e onde política económica signifique sim crescimento económico (e a geração de emprego) com maior equidade social. Tudo o resto é secundário e negociável.

Os economistas, grosso modo, podem ser agrupados em duas grandes correntes de pensamento, por um lado, os economistas ortodoxos mais ou menos liberais e, por outro, os economistas heterodoxos (críticos do sistema vigente), defensores da importância da intervenção do Estado e da regulação dos mercados, da existência de uma democracia mais efectiva e participativa que não se esgote no mero acto de votar de quatro em quatro anos.

Os primeiros partem do pressuposto de que os agentes económicos são “racionalistas”, isto é, adoptam em todas as circunstâncias comportamentos visando maximizar os seus benefícios e que assim a sociedade ela própria ficaria a ganhar.

Pelo contrário, os segundos atentos a evolução do mundo percebem que ao contrário do que dizem os ortodoxos vivemos num mundo onde impera ambientes económicos e sociais de grande incerteza o que torna evidente a imprevisibilidade dos comportamentos humanos aquilo que os economistas designam por espírito animal “animal spirits”.

Esta linha de pensamento vai muito de encontro com as modernas descobertas na área da neurociência (destaque aqui para o cientista português António Damásio), entre as quais, destaca-se a ideia de que razão e emoção estão fortemente conectadas e que, por consequência, não se poderá prever com significativo grau de certeza ou probabilidade a forma como os indivíduos reagem perante os estímulos com que se deparam.

Fará sentido em tal contexto de grande incerteza económica e social e de alterações muito rápidas na informação, o conceito ortodoxo de “racional”. É quando muito duvidoso.

De certa forma, os novos movimentos sociais e políticos podem ser explicados pela heterodoxia, movimentos sem ligação às estruturas económicas, sociais e políticas tradicionais, fortemente críticos do sistema dominante e altamente apelativos por uma democracia diferente.

O Mundo mudou é certo....mas, não é menos verdade, que não parou...

TEXTO Nº 16

RECUPERAÇÃO ECONÓMICA: MARKETING POLÍTICO DO GOVERNO?

O governo português tem vindo a anunciar de forma otimista que o ano corrente de 2014 será finalmente o ano da recuperação económica e da saída daquilo que ele próprio designa por protetorado da Troika.

Assim, o produto nacional (PIB) começará a crescer, o desemprego tenderá a baixar e as necessidades de financiamento da nação irão ser satisfeitas pela colocação em condições mais ou menos normais de títulos da dívida pública nos mercados financeiros internacionais.

Para o governo esta linha de pensamento resultaria de alguns sinais supostamente positivos emitidos pela economia portuguesa, a saber:

- 1. A saída da recessão técnica tendo em conta o crescimento do PIB em dois trimestres consecutivos (1,1% e 0,2% nos 2º e 3º trimestres de 2013, respectivamente);*
- 2. O crescimento das exportações de bens e serviços. As exportações já representariam cerca de 40% do PIB português;*
- 3. A baixa sucessiva da taxa de desemprego que de mais de 17% se quedou pelos 15,5% da população ativa (com idade para trabalhar) em Novembro de 2013;*
- 4. A redução do défice orçamental que deverá situar-se nos 5% do PIB (ou mesmo abaixo desse valor) no final de 2013. Ainda de acordo com as metas estabelecidas no programa de ajustamento com a Troika o défice público deverá ser de apenas 4% do PIB em 2015.*

- 5. O pretense “sucesso” da recente emissão de títulos da dívida pública com maturidade de cinco anos (num montante de 3,25 mil milhões de euros) com procura forte e descida da taxa de juro relativamente a emissões anteriores (4,65%).*

Estaremos perante uma realidade ou um mito? Será marketing político do governo?

Vamos então proceder hoje a algumas considerações críticas relativamente aos três primeiros aspetos ficando os dois últimos para um próximo artigo.

- 1. O crescimento do PIB por dois trimestres sucessivos não é de todo conclusivo. Poderá ter um carácter conjuntural devido, por exemplo, a fatores sazonais (os dois trimestres em causa abrangem um período de maior fluxo de turistas no país) ou a uma ligeira melhoria da economia mundial que está longe de estar garantida.*

E mais claramente ainda, após um crescimento do PIB de 1,1% no 2º trimestre de 2013 a economia portuguesa praticamente voltou a estagnar no trimestre imediatamente seguinte (crescimento de apenas 0,2%).

Por sua vez, a continuação da política de austeridade do governo expressa pelo OE-2014 com mais cortes nos salários e pensões, mais agravamento nas contribuições sociais e ausência de investimento produtivo, só poderá conduzir a mais deterioração do poder de compra das famílias, do estoque de capital da nação, enfim da própria economia real.

A procura interna (consumo e investimento) continuará a sofrer restrições elevadas não podendo desta forma cumprir a sua função de estímulo à produção.

Contrariando ainda o otimismo do governo (apesar daquela melhoria trimestral) as previsões económicas anuais ainda continuam a apontar para um crescimento negativo do PIB português na ordem dos 1,5% em 2014.

Para 2015 as previsões apontam para uma recuperação muito ligeira da economia (0,8%) e claramente insuficiente para superar os problemas do desemprego.

- 2. O aumento registado nas exportações de bens e serviços nos três primeiros trimestres de 2013 e em % do PIB fica em parte a dever-se não ao efetivo aumento das exportações mas sim às sucessivas contrações do PIB. Na parte de efetivo aumento ela está muito concentrada nos combustíveis minerais (transformação do petróleo bruto importado em combustíveis refinados e outros produtos derivados).*

É necessário diversificar produtos transacionáveis e países compradores. As exportações portuguesas beneficiaram-se também de alguns ganhos de competitividade resultado da política de desvalorização interna nomeadamente da baixa dos custos salariais.

Porém, um crescimento económico sustentado não pode assentar apenas nas exportações uma variável que o país não domina por depender em muito da evolução da economia mundial mas tem de o ser também na dinamização da procura interna e esta tem vindo constantemente a degradar-se.

- 3. A matemática é mágica! Apesar da criação de algumas empresas em muitos casos duvidosas ou tendo um cunho eminentemente familiar como forma de fuga ao desemprego, ainda são mais do que muitas as empresas que fecham todos os dias.*

Por sua vez, a baixa do desemprego referida deve-se e muito aos milhares e milhares de portugueses, nomeadamente jovens e qualificados que vêm-se obrigados a emigrar. A redução da população ativa (aspecto dramático em termos de futuro) explica a mágica dos números.

Os economistas recorrem muitas vezes a uma lei económica atribuída a Arthur Okun segundo a qual para que a taxa de desemprego desça em 1% é necessário que a taxa de crescimento do PIB supere os 2%!

Mesmo com uma leitura flexível desta lei poderemos concluir que o desemprego efetivo em Portugal não está certamente a diminuir com o fraco desempenho da nossa economia. O que se passa é que a população ativa no país está a cair perigosamente.

TEXTO Nº 17

RECUPERAÇÃO ECONÓMICA: MARKETING POLÍTICO DO GOVERNO? (CONCLUSÃO)

Como referimos no artigo anterior o governo português tem vindo a anunciar de forma otimista que 2014 será finalmente o ano da recuperação económica e da saída daquilo que ele próprio designou por protetorado da Troika.

Para o governo esta linha de pensamento resultaria de alguns sinais supostamente positivos emitidos pela economia portuguesa. Analisamos já as supostas saídas da recessão económica, do crescimento das exportações e da redução do desemprego, hoje iremos traçar algumas considerações críticas aos pontos em falta:

- 1. Estimativas do governo apontam para um défice orçamental em 2013 de 5% do PIB ou mesmo inferior (contra os 10,2% em 2009);*
- 2. O pretense “sucesso” da recente emissão de Obrigações do Tesouro a cinco anos (num montante de 3,25 mil milhões de euros) com procura forte e descida da taxa de juro relativamente as emissões anteriores (4,65%).*

Estaremos perante uma realidade ou um mito? Será marketing político do governo?

- 1. A redução do défice público nos últimos anos tem sido fortemente penalizadora quer para as famílias quer para o investimento português.*

Este rápido ajustamento tem vindo a traduzir uma autêntica reforma estrutural do Estado tornando-o mais eficiente e eliminando “gorduras” na ação do Estado? Continua ou não há haver excessivas rendas no sector da energia, nas parcerias público privadas, PPP?

Não continuam a existir numerosas fundações e instituições públicas de carácter duvidoso? Na verdade, a dita consolidação das contas públicas tem sido feita à custa sobretudo de enormes aumentos de impostos, reduções dos salários e pensões, de cortes nas ajudas sociais, enfim, à custa do empobrecimento geral (cerca de 25% das famílias portuguesas são pobres ou estão em risco de pobreza).

Existir investimento público estratégico e renegociar com a troika o programa de ajustamento em vigor (nomeadamente, em termos de prazos e juros) poderia fazer a diferença para que a economia portuguesa pudesse crescer.

O aspeto mais paradoxal, porém, é que mesmo com todo este doloroso processo de saneamento das contas públicas, a verdade é que ele não tem sido acompanhado por uma melhoria da dívida pública portuguesa. Esta passou em poucos anos de 83,7% do PIB (em 2009) para os quase insustentáveis 130% do PIB em 2013.

Como saldar essa elevada dívida se se destrói o aparelho produtivo da nação não se criando assim riqueza? Por sua vez, a emigração de jovens qualificados não tem fim à vista.

- 2. A referida emissão de títulos da dívida soberana não se verificou segundo o processo tradicional de leilões e portanto não podem ser conclusivas quanto a evolução futura das taxas de juro.*

Na verdade, a emissão foi realizada de uma forma protegida ou sindicada, isto é, criou-se um sindicato bancário que assumiu os contactos com os melhores clientes verificando assim a viabilidade da operação. Poderiam ganhar os clientes dada a expectativa da ainda elevada rentabilidade e os próprios bancos dada as comissões cobradas.

A taxa de juro de 4,65% (ainda assim elevada quando confrontada com os cerca de 4,0% e 3,5% de Espanha e Irlanda, respectivamente) deveu-se menos a melhoria real da economia portuguesa e mais ao chamado “efeito Mário Draghi” que recentemente declarou que o BCE iria garantir a estabilidade do euro nem que para tal fosse necessário comprar títulos de dívida soberana dos países em dificuldade (e se esta rede desaparecer?). Mais recentemente realizaram-se novas emissões de títulos de dívida pública a dez anos no mercado secundário (de segundas transações).

Constata-se que a taxa de juro voltou novamente a subir situando-se em 5,1%, valor considerado insustentável por conduzir a fortes pressões sobre a dívida pública, à recessão e ao desemprego. Tendo em conta as incertezas ainda existentes quanto a evolução nas economias americana e europeia não será de esperar descidas significativas das taxas de juro no futuro imediato (note-se que ainda nos situamos no patamar de “lixo” nos “ratings” das principais agências de notação financeira).

Quando o governo fala em saída “limpa” ou “à irlandesa” em tal contexto, quando ainda não se vislumbram medidas de crescimento económico efetivo em Portugal, tal afirmação só pode ser um mero artifício político.

Se nada se alterar quer a nível da política interna portuguesa quer a nível da própria União Monetária Europeia, o certo é que teremos ainda muita austeridade pela frente chame-se a isso “segundo resgate”, “programa cautelar” ou outro título qualquer.

TEXTO Nº 18

UNIÃO BANCÁRIA EUROPEIA: VANTAGENS E DIFICULDADES

Na Europa Ocidental do pós-guerra sentiu-se a necessidade de criação de uma união aduaneira estimuladora do comércio entre os países. Surge assim, a chamada Comunidade Económica Europeia (C.E.E.).

Mais tarde, avançou-se mesmo uma união económica com a formação, por um lado, de um espaço de livre circulação de bens, capitais e pessoas e, por outro de instituições supranacionais normativas e de regulação designada por União Europeia (UE).

Porém, a meta delineada mais ambiciosa dá-se só a partir dos anos 1980 com a ideia da construção nas décadas seguintes de uma União Monetária Europeia (UME), ou seja, de um espaço com uma moeda única (Euro) e com uma política monetária (e cambial) comum definida pelo Banco Central Europeu (BCE).

Com o desmembramento do bloco soviético nos anos 1990, assistiu-se ao domínio global do neoliberalismo com a liberalização total (ou quase) dos mercados, a desregulação económica, financeira e bancária e o enfraquecimento do papel do estado na economia.

É neste contexto de fundo que surge a partir de 2008 a presente crise económica, financeira e bancária originada inicialmente nos Estados Unidos com a crise do crédito hipotecário de alto risco “subprime”, com o rebentar das bolhas especulativas imobiliárias e com a proliferação de ativos “tóxicos” no sistema financeiro e bancário.

Foi inevitável a transmissão da crise financeira e bancária americana à Europa, com o agravante, nomeadamente nos chamados Países Periféricos Devedores (PPD) da zona do Euro (incluindo Portugal) de se lhe juntar as chamadas crises da dívida soberana.

Com o risco de insolvência bancária e possíveis efeitos de contágio generalizado, os governos efetuaram volumosas injeções em dinheiro para salvar os bancos nacionais. A consequência desta política foi a derrapagem acentuada dos défices e das dívidas públicas dos PPD.

Com o aumento da desconfiança dos mercados financeiros e as subidas galopantes das taxas de juro da dívida pública, os PPD tiveram que recorrer à ajuda externa (troika) contra o cumprimento de programas de ajustamento ou mais ou menos severos. Necessariamente a crise financeira e bancária transmitiu-se às economias reais dos PPD (recessão, desemprego e empobrecimento generalizado).

Face a este panorama francamente negativo as instituições da “UME” tem vindo a debater obre a necessidade premente de construção rápida de uma União Bancária Europeia “UBE”, como forma de evitar possíveis crises futuras como a que temos vindo a sentir.

Colocaremos, a propósito, três questões básicas: O que é uma União Bancária Europeia “UBE”? Quais os argumentos favoráveis? Quais as suas principais limitações?

- 1. A “UBE” define-se como o conjunto de instituições e mecanismos próprios de regulação, segurança e resolução e recapitalização bancária na zona Euro face a eventualidade de novas crises. Para isso e de acordo com o decidido em Basileia III serão obrigatoriamente reforçados os rácios de capital garante da solvabilidade bancária (nomeadamente, quanto ao nível mínimo de capital próprio de alta qualidade exigido aos bancos nacionais);***
- 2. Assim, se evitaria, por um lado, a fragmentação dos mercados bancários e, por outro, os movimentos bruscos de desalavancagem bancária, ao contrário do sucedido na presente crise. Seria, desta forma, afastado o cenário de fortes perturbações no fluxo de crédito às famílias e empresas e, conseqüentemente os efeitos nefastos das crises financeiras (e bancárias) sobre a economia real (recessão, desemprego e empobrecimento geral);***

3. Se os recursos financeiros necessários para a concretização do referido fundo de mutualização de responsabilidades e/ou dívida bancárias forem obtidos sobretudo à custa dos contribuintes europeus (nomeadamente, da classe média), então, haverá certamente resistência.

Aliás, a Alemanha tem vindo de certa forma a entrar o processo de construção da “UBE” pelo facto de normalmente ser o país com maior quota de contribuição para os fundos europeus o que provocaria uma ainda mais forte resistência dos contribuintes alemães e, claro, do governo alemão que seria naturalmente penalizado em termos eleitorais.

Por esses motivos discute-se atualmente nos fóruns europeus sobre outras fontes de recursos de modo a não sobrecarregarem os contribuintes europeus, mas que permitam um avanço mais rápida na construção da “UBE”, por exemplo, à própria banca e outras instituições financeiras em termos de tributação de transações e lucros, através de poupanças privadas e do estado, tributando especificamente as grandes fortunas...

TEXTO Nº 19

CRISE MUNDIAL: RICOS CADA VEZ MAIS RICOS E AUMENTO DA POBREZA!

A revista norte americana Forbes divulgou recentemente a sua lista dos mais ricos do mundo em 2014. Analisando-a será de realçar o facto de apesar da crise global haver mais ricos e os que já eram ricos terem ficado ainda mais ricos.

Pelo contrário, as estatísticas oficiais apontam para o aumento da pobreza no mundo. Os 1645 multimilionários mundiais listados agregam uma fortuna avaliada em 6,4 biliões de dólares (5,4 biliões em 2013). Os Estados Unidos lideram a lista, com 492 multimilionários, seguidos pela China (492) e Rússia (111).

O empresário americano Bill Gates, cofundador da Microsoft retornou ao lugar cimeiro dos mais ricos mundialmente (76 mil milhões de dólares) destronando o anterior líder o empresário mexicano Carlos Slim ligado aos negócios do mundo da comunicação social.

A crise global parece de forma paradoxal a reforçar as desigualdades sociais no mundo.

Portugal segue a tendência mundial havendo cada vez mais ricos e os antigos ricos viram aumentar as suas fortunas, pese embora, o contexto de forte crise, de excessiva austeridade e de empobrecimento crescente da maioria das famílias portuguesas em que vivemos!

Américo Amorim proprietário da Corticeira Amorim e maior acionista da Galp Energia apresenta a maior fortuna no País, subindo 46 posições no ranking dos mais ricos mundiais situando-se agora na 267ª posição com uma fortuna de 5,31 mil milhões de dólares.

Embora descendo para a 609ª posição, Alexandre Soares dos Santos (do grupo Jerónimo Martins) mantém o 2º lugar dos mais ricos no mundo com uma fortuna de 2,8 mil milhões de dólares. Em 3º lugar, está Belmiro de Azevedo (Grupo Sonae) que teve uma subida espetacular de 337 posições no citado ranking situando-se agora na 687ª posição com uma fortuna de 2,5 mil milhões de dólares.

É aceitável esta cada vez maior disparidade social? A resposta em minha opinião é claramente não.

Seguem, a propósito, algumas narrativas refletivas sobre o assunto:

1. Para os trabalhadores (em geral), a tendência atual é para a degradação das suas condições de vida e para o aumento da pobreza. A desigualdade social em Portugal que é uma das mais elevadas na União Europeia não tem deixado de parar, fruto, em grande medida, da desregulamentação do mercado do trabalho, da desresponsabilização económica e social do estado, da maior facilidade de despedimento dos trabalhadores, dos enormes aumentos de impostos, dos cortes de salários e pensões, da redução dos apoios sociais, da existência de níveis inaceitáveis de desemprego, etc.;

2. Pelo contrário, para os mais ricos a vida parece não correr nada mal. São normalmente empresários em sectores altamente lucrativos, por contraditório que seja, em tempos de crise, especificamente, o sector da grande distribuição (as grandes superfícies comerciais) e o sector da energia (os combustíveis são a parcela maior do aumento das exportações portuguesas);

3. Contrariando a lógica da “estacionaridade” a longo prazo do modo de produção capitalista preconizada no século XIX por Karl Marx e outros autores clássicos como David Ricardo e Stuart Mill, o capitalismo tem mostrado historicamente a sua capacidade de reprodução a longo prazo, pese embora, as crises cíclicas mais ou menos profundas que lhe são inerentes. Para isso, utiliza vários meios conforme os momentos históricos em concreto.

Exemplificando, a valorização do trabalho, em especial, pela criação do estado social (Europa nos anos 1950 e 1960), a expansão do comércio internacional, o alargamento dos mercados, a integração económica, a internacionalização das empresas e o aumento do investimento externo.

Quanto ao investimento externo, os “nossos” ricos tem vindo a transferir avultados capitais para novos mercados mais rentáveis (países emergentes e países onde o custo da mão de obra é ainda mais barata que a verificada em Portugal), cite-se o Leste Europeu, a América Latina e a África;

4. Os lucros dos grandes grupos económicos também se acumulam através da fuga aos impostos, quer por mudanças das suas sedes fiscais quer através de transferências para os chamados paraísos fiscais “offshores” (onde as tributações são muito mais favoráveis).

5. O funcionamento sem regras dos mercados financeiros esteve na origem da atual crise global. Porém, esses mesmos mercados continuam a ser uma das maiores fontes de lucros especulativos dos mais ricos com as suas volumosas participações nas bolsas de valores tradicionais e de futuros, nas transações sobre ações, obrigações e título de dívida soberana nos mercados primário e secundário, etc.

Em conclusão, apesar da crise global constata-se que há cada vez mais ricos e os que já eram ricos viram aumentar as suas fortunas enquanto a pobreza aumenta a nível mundial e nacional o que é uma situação profundamente imoral e comprometedor do bom funcionamento da economia e da sociedade a longo prazo.

Haja vontade política de mudança!

TEXTO Nº 20

ESTAVAM (PASSOS COELHO E SEU GOVERNO) A ESPERA DE QUÊ?

Membros do governo português (a começar por Passos Coelho) vieram recentemente à imprensa social alardear surpresa, preocupação e necessidade de se fazer alguma coisa atendendo aos níveis de pobreza inaceitáveis atingidos em Portugal. Porém, face a toda a ação governativa anterior tal reação só se entende por mero oportunismo eleitoral. É caso para interrogar: “Estavam (Passos Coelho e seu governo) a espera de quê?”

Da recente publicação do INE sobre às Condições de Vida e Rendimento dos Portugueses em 2012, destacamos:

- 1. A população em risco de pobreza aumentou para 18,7% em 2012, quase 2 milhões de portugueses (17,9% em 2011; 18,0% em 2010 e 17,9% em 2009) sendo este o valor mais alto desde 2005. Por taxa de risco de pobreza entende-se a proporção da população cujo rendimento se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto. Em 2012 a linha da pobreza se situava nos 409 euros mensais (um agravamento face ao valor de 416 euros mensais em 2011);*
- 2. Em 2013 a chamada taxa de privação material severa foi de 10,9% (superior em 2,3% ao do ano anterior). Esta taxa refere-se à proporção da população em que se verificam incapacidades, entre outras, para pagar a renda de casa, as prestações de crédito ou ter uma refeição de carne ou peixe, pelo menos de 2 em 2 dias);*
- 3. O risco de pobreza agravou-se, nomeadamente nos jovens menores de 18 anos com 24,4% (mais 2,6% do que em 2011) e nos desempregados com 40,2% (mais 1,9% do que em 2011). Também afectados embora em menor medida foram os trabalhadores empregados com 10,5% (mais 0,6% que em 2011);*

4. Pelo contrário, a taxa de pobreza para os idosos (mais de 65 anos) manteve a tendência decrescente dos últimos anos com 14,7% em 2012, o que fica a dever-se ao crescimento médio das despesas com pensões de velhice por habitante (tem sido muitos e muitos os trabalhadores principalmente da função pública a optarem pela reforma nos últimos anos);

5. Este cenário de pobreza seria muito mais dramático se em vez de considerarmos a linha da pobreza de 2012 (409 euros mensais) a referência fosse a linha da pobreza em anos anteriores com valores superiores dado que o rendimento das famílias tem vindo a degradar-se ano após ano. Por exemplo, se atendêssemos a linha da pobreza no ano de 2009 (434 euros mensais) a taxa de pobreza em 2012 seria de 24,7%;

6. Na linguagem económica o “coeficiente de Gini” é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento num país (quanto mais próximo dos 100% mais desigual é a distribuição do rendimento). Em 2012 no país houve uma ligeira melhoria na distribuição do rendimento, o valor do referido coeficiente desceu ligeiramente para 34,2% (34,5% em 2011).

Pelo contrário, um outro importante indicador da desigualdade na distribuição do rendimento que mede o afastamento de rendimento entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres agravou-se sendo de 10,7% em 2012 (10% em 2011);

7. A ligeira redução da dispersão do rendimento ficou-se a dever a progressividade dos cortes em salários (em particular, da função pública) e em pensões, ou seja, nas faixas intermédias de rendimento (da chamada classe média);

8. O aumento mais significativo do diferencial de rendimento entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres da população portuguesa (cerca de 11% em 2012) é resultado certamente da excessiva austeridade e da recessão económica que temos vindo a viver, com subida do desemprego, aumento de pessoas em risco de pobreza e degradação do indicador de privação material severa em 2013.

Parece assim não haver dúvida quanto ao aumento inaceitável da pobreza e da desigualdade em Portugal, fruto em grande medida, da austeridade excessiva e da recessão económica (traduzindo desta forma uma inversão do ciclo de diminuição da pobreza e da desigualdade a que vínhamos a assistir no país até 2009).

Esta situação é tanto mais preocupante tendo em conta o aumento consistente da pobreza entre as crianças e os jovens portugueses comprometedores do seu futuro.

TEXTO Nº 21

AO QUE CHEGAMOS! O BANCO DE INVESTIMENTO AMERICANO GOLDMAN SACHS DOMINA O MUNDO

Entre os maiores bancos de investimento internacionais destaca-se o gigantesco banco Goldman Sachs (GS) fundado nos Estados Unidos em 1868. Vêm, a propósito, as seguintes afirmações:

1. “Não são os governos que dirigem o mundo; quem governa o mundo é o Goldman Sachs” (A. Rastani, alto quadro do GS):

Na verdade o GS é visto como um dos maiores responsáveis pela atual crise financeira e económica na Europa (e no mundo) e iniciada nos EUA em 2007/2008. Não deixa de ser ilustrativo do poderio do GS o facto da justiça americana apesar da alta e inquestionável responsabilidade do banco no desencadear desta crise, não ter aberto qualquer processo contra o GS, seus dirigentes e funcionários por considerar não existir “razões sólidas”!

É que o próprio Congresso dos EUA afirmou então que a crise foi resultado de “produtos financeiros complexos de alto risco – “subprimes”, cumplicidades de interesses secretos, falha dos reguladores, das agências de notação financeira “ratings” e do envolvimento da GS em atividades ilícitas no sector imobiliário.

Na verdade o GS misturou títulos de confiança com créditos impossíveis de cumprir (o total dos produtos tóxicos atingiram cerca de 100 mil milhões de dólares), e, em pouco tempo vendeu quase todos esses produtos convencendo os seus clientes a adquiri-los com a miragem de altos lucros.

2ª. “Eu faço o trabalho de Deus” (L. Blankfein, diretor executivo do GS):

Esta frase sintetiza bem a sede de poder do GS, banco de investimento internacional que comanda o mundo no maior secretismo. Mas poderá mesmo mandar no mundo? A resposta é “sim”. De que forma?

A crise financeira e económica atirou o GS para todos os noticiários a nível mundial, o GS encontra-se omnipresente, na falência do fundo de investimento americano Lehman Brothers, na crise na Grécia (o GS vendeu o produto financeiro conhecido por “swaps” e com o qual as autoridades gregas e o GS esconderam a real situação das contas gregas), no risco que tem vindo a incidir sobre o Euro, na resistência do poder financeiro a qualquer tipo de regulação financeira, no financiamento dos défices orçamentais e nas crises das dívidas soberanas (nomeadamente nos países da Europa do Sul).

A promiscuidade entre o GS e a política pode ser retratada, desde logo, com Mário Draghi, presidente do BCE e um defensor da austeridade excessiva e que foi vice-presidente do GS para a Europa entre 2002 e 2005, Mário Monti, ex-primeiro ministro italiano não eleito foi conselheiro do GS, o ex-primeiro ministro grego Lukas Papademos também foi representante do mesmo banco. Luís de Guindos, ministro espanhol da Economia tinha sido presidente do GS para a península ibérica.

Quanto à Portugal é exemplo paradigmático, António Borges que foi dirigente do GS entre 2000 e 2008 e diretor do FMI, em 2010, com missões de supervisionamento sobre os empréstimos do FMI a países europeus em dificuldades, José Luís Arnault quadro dirigente do PSD e antigo membro governamental passou a ocupar um alto cargo no GS e o anterior ministro das finanças Vítor Gaspar que será empossado em breve como diretor do FMI.

O polvo GS estende os seus tentáculos mundialmente dominando povos, governos, empresas e outras instituições. Ao que chegamos! Que lições tirar desse facto?

O GS se tornou demasiado poderoso uma vez que influencia a política, a economia e a cultura à escala global. Dispõe de um exército de antigos funcionários colocados em cargos políticos e económicos mais sensíveis no mundo. Também se verifica o contrário, a angariação de novos colaboradores para o GS faz-se muitas das vezes com pessoas que desempenharam cargos políticos chave em muitos países.

Sendo assim, para alguns o GS é visto como a encarnação do que de pior têm os banqueiros de Wall Street, aliás, com uma força cada vez maior no seio do governo americano. Milhões de dólares são gastos pelo GS para colocar políticos e mais políticos em postos no poder e, desta forma, servirem religiosamente os interesses financeiros do banco.

Segundo Matt Taibbi o GS assemelha-se a “um vampiro que se alimenta da humanidade com um apetite sanguinário implacável por tudo o que envolve dinheiro”.

Alterar este estado de coisas não será certamente uma tarefa fácil nem rápida, mas poderá suceder se à medida que os povos tomarem consciência desta realidade se empenharem no sentido da mudança quer pela via eleitoral quer pela mobilização de movimentos políticos e sociais de protesto à escala nacional e mundial.

TEXTO Nº 22

“SAÍDA LIMPA”! NÃO BRINQUEM COM A GENTE...

Em termos triunfais Passos Coelho e o seu governo anunciou a opção por uma “saída limpa” com o término do programa de ajustamento financeiro da Troika (a que não deve ser alheio o ciclo eleitoral que se avizinha!).

Ou seja, sem recurso a um programa cautelar garante, por um lado, de taxas de juro mais baixas por empréstimos contraídos por meio de eventuais intervenções do BCE na compra de títulos da dívida pública portuguesa (apesar destas ainda serem vistas como “lixo” pelas agências de notação financeira “ratings”) e, por outro, de recursos financeiros em condições vantajosas através do Mecanismo Europeu de Estabilização (MEE). A contrapartida seria uma maior exigência e controlo externo da economia e das finanças públicas.

“Saída limpa” ou na verdade continuação da “sujidade” que tem vindo a ser imposta aos portugueses?

Vejamos então:

1. O programa de ajustamento financeiro teve muito menos de reformas estruturais e de crescimento económico e muito mais de ressarcimento de credores externos implicando com isso elevados custos económicos e sociais aos portugueses:

(a) Redução da riqueza nacional;

(b) “Enormes” subidas de impostos;

(c) Cortes e mais cortes de salários e pensões;

(d) Aumento inaceitável do desemprego (cerca de 16% da população ativa, não sendo ainda maior dado o elevado fluxo emigratório e ao aumento continuado dos chamados “desencorajados”);

(e) Crescimento da pobreza agora a um nível de 18,7% (cerca de 2 milhões de portugueses);

(f) Explosão da dívida pública que passou de 94% do PIB em 2011 para os insustentáveis 129% do PIB em 2013, pese embora, as sucessivas e abruptas reduções do défice público;

(g) Regresso aos mercados financeiros que ficou a dever-se menos ao desempenho da economia e das finanças públicas e mais a fatores externos como a atual política expansionista do BCE (com taxas de juro historicamente baixas na área do euro) e o excesso de liquidez mundial.

Porém, tal regresso é muito “frágil” e perfeitamente revertível de um momento para outro o que traria novos problemas à Portugal e a um eventual novo pedido de resgate!

2. *Infelizmente o país não está pronto para “caminhar pelas suas próprias posses e meios” usando as palavras de Passos Coelho. A não ser que haja alterações profundas de políticas quer a nível interno quer no plano europeu é expectável a continuação da gravosa austeridade sobre os portugueses e a manutenção do controlo dos credores externos sobre a nossa economia e finanças públicas:*

(a) Os impostos continuarão a aumentar desde logo com o agravamento do IVA em 0,25% (passando para 23,25%) conforme o Documento de Estratégia Orçamental para 2014-2018 (DEO): um imposto sobre o consumo profundamente injusto que atinge em igual medida ricos e pobres, é redutor da procura interna e um entrave ao crescimento económico;

(b) Reduções dos salários reais (salários nominais corrigidos pela inflação acumulada): a prevista reposição salarial na função pública de 20% durante cinco anos é ilusória atendendo a que falamos de meros valores nominais não permitindo assim a recuperação do poder de compra perdido pelos funcionários públicos.

Além disso, em maior ou menor medida tal reposição é neutralizada pelo aumento da TSU sobre o trabalho para 11,2%, pela imposição de uma tabela remuneratória única no estado tendo por referência os salários mais baixos desde 2011;

(c) Diminuição da despesa com salários na função pública onde o objetivo do governo é atingir em finais de 2015 os 9% do PIB (contra os 12,2% no final de 2010), o que só podem ser conseguidos com mais despedimentos e rescisões; (d) criação da chamada contribuição de sustentabilidade (2,5% a 3,5% na maioria dos casos) sobre os pensionistas é um novo imposto sobre os mais velhos (constitucionalmente as anteriores contribuições extraordinárias de solidariedade deveriam ser isso mesmo transitórias);

(e) FMI exige que a “saída limpa” seja acompanhada por uma “carta de intenções” ainda não muito clara não se sabendo que mais medidas onerosas poderão aparecer após as eleições europeias de 25 de maio (o governo diz que não, mas por experiência passada nunca é de fiar!);

(f) “Tratado Orçamental” do euro em vigor é um autêntico garrote à soberania nacional exigindo-se um défice público estrutural (ou seja, sem incluir factores cíclicos) que não ultrapasse os 0,5% do PIB! que a dívida pública a médio prazo não exceda os 60% do PIB! Para isso o controlo externo sobre o nosso país se manterá com fortes exigências e ainda por muito e muito tempo;

(g) Prosseguimento da política de ressarcimento de credores externos continua a ser um entrave fundamental ao crescimento económico, única forma de Portugal criar riqueza, gerar emprego e assim poder inclusive solver os seus compromissos externos;

(h) Em caso de alterações negativas nos mercados financeiros (nos níveis de confiança dos investidores, na liquidez internacional, na mudança da política monetária quer do BCE quer da Reserva Federal americana, na crise na Ucrânia, etc.) as taxas de juros nos mercados financeiros externos poderão começar novamente a subir e um novo resgate não será de excluir.

Caso se mantenha as mesmas políticas de austeridade financeira (de ressarcimento dos credores externos) e de ausência (ou quase) de crescimento económico e de criação de emprego, falar em “saída limpa”, maior autonomia e menor austeridade é uma pura e enganosa “ilusão” que se pretende impingir aos portugueses.

TEXTO Nº 23

POUPANÇA PODE FAZER BEM À ECONOMIA: ENTÃO, PORQUÊ ESTAMOS A POUPAR MENOS!

Nas escolas de economia ensina-se, o que tem a sua lógica, que no curto prazo tanto o consumo como a poupança das famílias dependem antes de tudo do rendimento disponível (isto é, do que sobra dos rendimentos auferidos após dedução dos impostos).

Se o rendimento disponível aumentar maior será o consumo das famílias (ou consumo privado) a fim de melhorar o seu padrão de vida, mas também, aumentaria a poupança por motivos de precaução (para enfrentar uma doença, para salvaguardar a velhice, para pôr um filho a estudar, para enfrentar enfim os imprevistos da vida) e vice-versa.

Mas o que nos diz a realidade? Ora, houveram economistas que verificaram que nos anos 1980 de crescimento económico e elevação dos rendimentos, que as famílias em vez de pouparem mais faziam exatamente o oposto passando a elevar o consumo, mas, à custa da redução da poupança (e, para isso, muitas vezes se endividando, assim, em 2013 o endividamento das famílias se situava nos 132% do PIB!).

Este tipo de comportamento das famílias se poderá replicar a partir da crise de 2007/2008 embora num sentido contrário ao visto anteriormente.

Assim, em Portugal e até inícios do segundo semestre de 2013 as famílias passaram a consumir menos, é verdade, mas também, fizeram um maior esforço de poupança, essencialmente por “motivos de precaução”, num contexto de forte recessão económica, elevado desemprego e redução de rendimentos.

Desta forma, a taxa de poupança das famílias portuguesas (em % do rendimento disponível) que tinha atingido um mínimo histórico de 5,7% em 2008, o valor mais baixo desde 1999 e justificado pelo nível das contribuições sociais, da convergência de níveis de vida com a Europa e das menores restrições no acesso ao crédito, passou a partir daí a inverter a sua tendência com um claro aumento da taxa de poupança que já se situava nos 11,6% em 2012.

O que explicará este comportamento “contraditório” na poupança das famílias, isto é, que ao reduzir o rendimento disponível passarem a poupar mais? A explicação essencial está no choque das expectativas (ou nos “níveis de confiança”) das famílias fruto da crise e das medidas de austeridade que se seguiram a “ajuda” externa, nomeadamente os “enormes aumentos de impostos” e os cortes em salários, pensões e outras prestações sociais (as expectativas são uma componente altamente volátil na compreensão das alterações do comportamento das famílias mesmo no curto prazo).

Neste “contexto de incerteza elevada” é entendível, por um lado, que o consumo das famílias passe a se acomodar mais ao nível de seu rendimento permanente e não tanto do seu rendimento total, e, por outro, que a taxa de poupança das famílias aumente por motivos de precaução.

O aumento na taxa de poupança das famílias se acelerou ainda mais com a entrada em vigor do “programa de resgate” tendo atingido um pico de 13,6% em junho de 2013 contra os 13,4% no 1º trimestre do mesmo ano e o maior valor desde 1999.

Isto como resultado de uma redução acentuada no consumo que mais do que compensou a redução de rendimento (tendo o consumo descido duas vezes mais do que o rendimento disponível). Para alguns analistas a redução do consumo e o aumento da poupança das famílias num contexto de crise foi considerada como virtuosa: menos consumo, menos importações, melhoria das contas externas e mais recursos internos para financiar o investimento.

Ao invés, para outros, foi viciosa: menos consumo, menor procura interna e agravamento da crise.

Contudo, a partir do 3º trimestre de 2013 assistiu-se a uma nítida inversão da tendência passando a poupança das famílias a baixarem de forma continuada, 13,3% no 3º trimestre de 2013 e 12,6% no último trimestre do mesmo ano.

Esta evolução de menor da poupança tem vindo a manter-se nos dois primeiros trimestres de 2014. Assim, em fevereiro de 2014 a poupança das famílias já tinha recuado pelo sétimo trimestre consecutivo.

Porquê as famílias portuguesas estão no presente a pouparem menos?

Porque estão a consumir mais, voltando o consumo privado a terreno positivo (o que não sucedia desde inícios de 2011) e como efeito da melhoria das suas expectativas (ou dos seus “níveis de confiança”) quanto a evolução da economia: algum crescimento económico, alguma redução do desemprego, o regresso aos mercados financeiros externos e baixa das taxas de juro, etc.). Por consequência estão a poupar menos por motivos de precaução (consumindo mais embora com menos rendimento disponível).

É necessário, contudo, ter muita cautela dado que tais indicadores económicos são ainda muito frágeis, voláteis e, por isso, francamente revertíveis.

Assim, qualquer pequena alteração daquelas percepções pelas famílias poderão rapidamente fazer alterar as suas expectativas e, assim, o seu comportamento quanto ao consumo e a poupança. O rendimento disponível das famílias continua a diminuir, a dívida pública mantém-se elevada e, por fim, o fantasma da crise e do desemprego continuam frescos e a pairar no espírito dos portugueses...

Poupar é benéfico para a economia quer por gerar uma almofada financeira para enfrentar períodos económicos menos bons, quer por ser uma fonte de recursos financeiros internos destinado a financiar o investimento produtivo condição necessária para um crescimento económico sustentado (o chamado “ciclo virtuoso da poupança”).

Em suma: a poupança das famílias é benéfica como fonte interna de recursos para financiar o investimento produtivo e, assim, tornando a economia menos dependente do exterior, mas, será altamente perniciosa caso seja exagerada, por estrangular o consumo das famílias, a procura internas e o crescimento económico.

TEXTO Nº 24

SOCIEDADE CAPITALISTA GERA DESIGUALDADE SOCIAL: UMA EVIDÊNCIA HISTÓRICA

O debate político e económico sobre o tema foi relançado nos Estados Unidos (EUA) e na Europa com a recente publicação da obra do economista francês Thomas Piketty intitulado “O Capital no Século XXI”. A conclusão principal a retirar do estudo é a evidência histórica da tendência a longo prazo para a sociedade capitalista gerar desigualdade social com o aumento do fosso entre ricos e pobres.

Já no século XIX, Karl Marx na sua obra-prima “O Capital” apontava para as contradições do modo de produção capitalista, nomeadamente entre o trabalho e o capital.

Em síntese:

(1) O valor dos bens seria dado pelo seu valor-trabalho, ou seja, pela quantidade de trabalho que, em média, seria necessária para a produzir;

(2) A competição capitalista induzia à acumulação, concentração e centralização do capital;

(3) A acumulação do capital resultaria da exploração da força de trabalho através da criação de excedentes de produção de bens ou mais-valias (lucros), isto é, do valor dos bens produzidos para além do necessário para a subsistência dos trabalhadores. Quanto mais comprimido fosse o salário maior seria a mais-valia (maximizando os lucros);

(4) A economia capitalista seria inerentemente instável, funcionando em “ciclos económicos”, onde às fases de expansão seguiam-se fases de crise económica mais ou menos profunda devidas a sobre produção de bens por deficiência ou insuficiência da procura global (sobretudo por perda relativa dos salários dos trabalhadores);

(5) O sistema capitalista seria insustentável a longo prazo devido a deterioração progressiva das condições de vida dos trabalhadores como resultado da procura por maiores lucros pelo capital. Para isso, se intensificou a utilização do factor capital (“maquinaria”) à custa de numa menor utilização do factor trabalho;

(6) Este processo levou, por um lado, a pauperização relativa dos trabalhadores e, por outro, a redução dos lucros do capital a longo prazo dado que a fonte por excelência de captação de mais-valias (a força de trabalho) perdia continuamente peso relativo na atividade produtiva;

(7) Por fim, o sistema capitalista tenderia necessariamente para o seu declínio e colapso.

Em consequência de tais contradições, Marx apontava, para a inevitável passagem revolucionária a um “novo e superior modo de produção”, o socialismo e o comunismo (este visto como um estágio final e utópico). Marx, porém, não definiu um modelo concreto de sociedade socialista, deixando tudo em aberto: “não é Marx certamente o responsável pelos erros do chamado ‘socialismo real’ que vigorou nos antigos países soviéticos”.

Quanto a recente obra de Piketty “O Capital no Século XIX” o autor é em especial severo quando analisa os últimos 30 anos nos EUA onde até a crise de 2007/2008 seguiram-se políticas de redução de impostos para as classes mais ricas em nome do investimento e do crescimento económico mas que teve como resultado essencial o agravamento da desigualdade social, entre ricos (desde os multimilionários aos simples detentores de títulos financeiros rentáveis) e pobres (com o empobrecimento relativo das pessoas que viviam do seu rendimento do trabalho).

Infere ainda com base em dados estatísticos que considera fiáveis a nível mundial e para uma série muito longa que a desigualdade social nas sociedades capitalistas tem vindo e continuará (se não houver entretanto nenhuma intervenção externa e.g., pelo estado) a agravar-se no futuro.

Isto não significa que não tenha havido fases históricas onde a desigualdade se tenha reduzido, mas estas que deverão ser vistas como exceções a regra geral de tendência a longo prazo para o aumento da desigualdade social nas sociedades capitalistas. São, assim, exceções períodos tais como:

(1) Da adoção da Nova Política Económica “New Deal” pelo presidente Roosevelt nos EUA na Grande Depressão de 1929 a 1933;

(2) De situações de guerra;

(3) De aplicação do Plano Marshall na Europa no pós-2ª Grande Guerra e de maior intervencionismo do estado na economia com objetivos de estabilidade e crescimento e de redistribuição de rendimentos – e.g., o estado social europeu (os chamados anos dourados das décadas de 1950 e 1960).

A ideia central de Piketty é, assim, a evidência empírica da tendência a longo prazo nas sociedades capitalistas para que a taxa de retorno (o que se obtém de lucro em % do capital investido) tenha vindo, em geral, a superar a taxa de crescimento económico.

Desta forma, se não houver nenhuma intervenção externa (e.g., do estado) os rendimentos do trabalho se tornarão cada vez menores em termos relativos na distribuição dos rendimentos entre o trabalho e o capital.

Sem tal intervenção haverá uma cada vez maior acumulação e concentração da riqueza e a sociedade capitalista tenderá a caminhar para uma sociedade de herdeiros, onde o capital será substituído pelo património, e, desta assim, a iniciativa, a criatividade e a meritocracia individual e coletiva serão relegados afetando de forma negativa quer um crescimento económico sustentado quer o combate à injustiça social.

O que preconiza então Piketty como forma de ultrapassar tal situação? Sobretudo o uso adequado da política fiscal, por duas vias:

(1) O imposto sobre o rendimento deveria ser ainda mais fortemente progressivo;

(2) Taxar a riqueza como um todo, adaptando-a à estrutura da riqueza atual muito baseada em carteiras financeiras (ações, obrigações, títulos de dívida pública, etc.) e tendo em conta ao aumento contínuo do peso relativo da riqueza face ao rendimento. Esta taxaçoão deveria ser feita pelos governos locais de acordo com a sua específica realidade.

Esta visão de Piketty é criticável:

(a) Um imposto tão elevado sobre o rendimento (um confisco!) e a taxaçoão da riqueza poderia ter efeitos muito adversos no investimento e na produçoão;

(b) É uma tarefa complexa o cálculo da riqueza líquida global de cada indivíduo a tributar;

(c) Outras medidas poderiam ser usadas minorando os efeitos negativos do uso exclusivo da via fiscal, tais como, adopçoão de políticas públicas de acesso à educaçoão, à saúde e à segurança social;

(d) Impostos sobre o rendimento e a riqueza tão expressivos num mundo globalizado significaria fugas de capitais do país. Só seria eficaz se fosse concretizável a nível mundial o que convenhamos é algo inviável.

Piketty não põe em causa a sociedade capitalista nem defende o seu declínio e colapso (como fez Marx). Ele critica o seu funcionamento, mormente o de gerar a tendênciã a longo prazo de aumento da desigualdade social e, assim, da eficiênciã econômicã.

A política fiscal com tributaçoões mais progressivas sobre o rendimento e a taxaçoão da riqueza no seu conjunto é para o autor a soluçoão para inverter o processo da crescente desigualdade social.

Em jeito de conclusão, deixamos a seguinte afirmação:

“A catástrofe que K. Marx (século XIX) anunciou ficou adiada é verdade, mas continua na atualidade a verificar-se o aparecimento de problemas que as crises do capitalismo exibem de forma cíclica”.

TEXTO Nº 25

NOVAS MEDIDAS MONETÁRIAS DO 'BCE': PODERÃO BENEFICIAR À ECONOMIA PORTUGUESA?

Foi anunciado recentemente pelo Banco Central Europeu (BCE) a adoção de novas medidas de política monetária na Zona Euro, visando dois objetivos principais e complementares:

(1) Travar a contínua descida da taxa de inflação (apenas 0,5% em Maio);

(2) Estimular a atividade produtiva criando emprego. Como? Por um lado, criando condições para a descida da taxa de juro do crédito bancário e, por outro, injetando liquidez (dinheiro) na Zona Euro. Isto permitiria dinamizar a procura interna (consumo e investimento), elevar o nível dos preços muito baixo para valores mais próximos dos 2% que é a meta da inflação na Zona Euro e, assim, afastar o risco de deflação e do chamado "ciclo vicioso da recessão". A queda acentuada e persistente dos preços leva a adiamentos no consumo das famílias e no investimento das empresas afetando negativamente a procura interna, a produção e o emprego.

Quais foram então as novas medidas monetárias tomadas pelo BCE?

(a) Baixar para um novo mínimo histórico a taxa de juro central do BCE (dos empréstimos feitos pelo ao BCE ao sistema bancário) para 0,15% (contra os anteriores 0,25%);

(b) Tornar negativa a taxa que remunera os depósitos feitos pelos bancos comerciais no BCE passando esta para um valor negativo de 0,10%, isto é, os bancos passarão a ter que pagar pelos depósitos que façam no BCE! A ideia é evitar o "parqueamento" de depósitos ou liquidez no BCE, levando os bancos na busca por rentabilidade a emprestarem mais dinheiro entre si e sobretudo à economia real (famílias e empresas).

(c) Avançar para uma série de empréstimos de longo prazo ao sistema bancário nos próximos quatro anos à uma taxa de 0,15%, embora, condicional à concessão de crédito apenas à economia real (famílias e empresas) sendo por isso vedada aplicações financeiras ao Estado ou na compra de títulos da dívida pública.

(d) Em 2015, e caso se justifique, aplicar o chamado “alívio quantitativo”, procedimento, aliás, praticado com relativo sucesso nos Estados Unidos no início da crise a partir de 2007/2008. Ou seja, implementar um processo de aquisições volumosas de ativos financeiros, nomeadamente títulos de empréstimos ou obrigacionistas às empresas e ao estado (em economês, uma autêntica “bazuca de liquidez”).

Serão os efeitos económicos e financeiros desejáveis de tais medidas monetárias concretizáveis neste momento na Zona Euro (e em Portugal)? Irão ainda a tempo de promover o crescimento económico e o emprego?

Deixemos algumas pistas para reflexão:

(1) Ao contrário dos Estados Unidos onde o Banco Central Americano (FED) avançou sem hesitações e logo a seguir à crise de 2007/2008 (aproveitando o “choque psicológico” positivo esperado de tais medidas naquele preciso momento), por um lado, com descidas acentuadas da sua taxa de juro de referência (para um nível perto dos 0%) e, por outro, com volumosas injeções de dinheiro à banca, ao estado e às empresas através da compra maciça de títulos financeiros de empréstimos ou obrigacionistas emitidos por estes sectores.

Na Europa o BCE adotou uma posição mais conservadora (a prioridade da política monetária na Zona do Euro é a estabilidade dos preços!) em termos de reação, mais gradual, quer na descida da taxa de juro central do BCE, quer na cedência de liquidez ou dinheiro à economia real.

Nas atuais circunstâncias com o aprofundar da crise económica e financeira e o aparecimento das crises das dívidas soberanas nos países da Europa do Sul, as expectativas dos agentes económicos tornaram-se muito mais pessimistas, sendo este um fator decisivo que poderá contrariar as medidas monetárias expansionistas agora tomadas.

(2) Desta forma, desde 2011, tem-se verificado uma descida gradual da taxa de juro central do BCE e foram ainda lançadas duas operações de injeção de liquidez (apenas) a favor dos bancos comerciais da Zona Euro. O resultado, em geral, não foi o esperado não se registando daí aumentos significativos do crédito bancário à economia real, e, com isso, comprometendo o próprio crescimento económico.

As razões para tal défice de crédito bancário podem ser vistas quer do lado da oferta, onde os bancos tornaram-se mais exigentes na concessão de empréstimos e os tornaram mais caros, quer do lado da procura, onde devido a crise e as expectativas negativas dos agentes económicos, menor foi a demanda por crédito bancário.

Por sua vez, muitos bancos preferiam depositar o seu dinheiro no BCE (por razões de segurança) ou aplicá-lo na compra de títulos da dívida pública, um negócio de baixo risco e elevado retorno.

(3) A garantia de sucesso das medidas do BCE na economia real dependerá nas atuais circunstâncias menos da baixa da taxa de juro e do aumento da liquidez bancária e mais da possível desvalorização do Euro nos mercados cambiais (o que já acontece) tornando, por um lado, as nossas exportações mais competitivas e, por outro, encarecendo as nossas importações o que faria subir a inflação (afastando o risco da deflação!).

(4) As taxas de juro nos mercados dos títulos da dívida pública poderão descer a curto prazo, porém, a médio e longo termo tudo dependerá da ação futura do BCE e do comportamento da economia europeia e portuguesa.

A propósito, um indicador altamente negativo para Portugal nesta matéria é o valor da sua atual dívida pública de 134% do PIB, valor, por muitos, considerado como insustentável e apontando por consequência para a necessidade premente de sua renegociação da dívida externa.

(5) Quanto a taxa negativa de remuneração dos depósitos da banca no BCE com o objetivo de evitar o “parqueamento” da liquidez ou dinheiro nos cofres do BCE procurando, assim, estimular a concessão de mais crédito às famílias e empresas, poderá até ter efeitos contrários aos esperados tendo em conta o cenário atual de descapitalização e baixa rentabilidade bancária.

Poderá, então, acontecer que os bancos passem a refletir tal medida em seus clientes, encarecendo o crédito e dificultando ainda mais a necessidade o fornecimento de liquidez à economia real (famílias e empresas).

TEXTO Nº 26

BRASIL: O GIGANTE ADORMECIDO DESPERTOU?

Vivendo no Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960 sempre ouvi dizer que o Brasil era como que um eterno “gigante adormecido”. Poderemos dizer que agora a antiga colónia portuguesa despertou finalmente?

Iremos opinar então sobre a realidade atual da economia e sociedade brasileiras. Em texto futuro abordaremos a questão de como Portugal, uma pequena economia aberta, poderá beneficiar e muito se expandir as suas relações económicas e comerciais com este País de dimensões continentais e com um enorme mercado interno.

Nas últimas décadas, o Brasil conseguiu obter estabilidade e crescimento económicos que tanto lhe tem faltado no passado e que tem sido transversais a várias governações:

- (1) Fernando Cardoso (FHC): instituiu a nova moeda brasileira com o Plano Real e adotou o regime de câmbios flutuantes; estabeleceu a regra da responsabilidade fiscal/disciplina orçamental aos níveis federal, estadual e municipal; definiu uma meta da inflação de 4,5% ao ano (com um desvio máximo tolerado de 2%).*

Encetou algumas privatizações, com destaque para a Companhia do Vale no sector dos minérios. Afastou, assim, o histórico de estagnação e alta inflação no país;

- (2) Lula da Silva (Lula): manteve, no essencial, as políticas macroeconómicas de FHC; prosseguiu uma política de melhorias salariais; avançou com um ambicioso plano de redistribuição do rendimento e inclusão social, nomeadamente o chamado “Bolsa Família” (atribuído às famílias mais carentes).*

E, assim, viabilizou a saída de milhões de brasileiros em situação de miséria gerando uma nova classe média no país; estimulou a concessão de crédito bancário às famílias e empresa o que fez alavancar o consumo interno, tornando-o motor principal do crescimento económico; iniciou o processo de pesquisa e exploração de petróleo no pré-sal brasileiro (no alto mar e a grandes profundidades); assistiu-se a valorização da moeda real o que contribuiu decisivamente para o controle dos preços (ao embaratecer as importações).

(3) Dilma Rousseff (Dilma): a atual presidente do Brasil prosseguiu, em geral, as políticas económicas e sociais de Lula; programou políticas de desenvolvimento económico e social procurando associar crescimento económico e justiça social, tendo para tal definido objetivos centrais: melhoria na produtividade económica e maior eficácia na prestação de serviços públicos, mormente nas áreas da educação, saúde, justiça (combate à morosidade, corrupção e burocracia) e infraestrutura (estradas, portos, aeroportos, transportes, etc.); prosseguiu o processo de exploração petrolífera no pré-sal brasileiro.

Nos últimos anos, porém, Dilma tem vindo a se confrontar com alguns sinais económicos e sociais preocupantes, como o abrandamento do crescimento económico (1% e 2,3%, em 2012 e 2013, respectivamente, valores muito longe dos alcançados em anos anteriores). Esta pioria no cenário macroeconómico brasileiro pode ser explicada:

(1) Por motivos externos, com os efeitos adversos a economia brasileira, sobretudo quanto a diminuição das exportações e saída de capitais fruto, em grande parte, da crise económica e financeira global iniciada em 2007/2008;

(2) Por motivos internos, com a subida da inflação devido, por um lado, às medidas expansionistas entretanto tomadas por Dilma visando blindar a economia brasileira do choque negativo global promovendo, assim, a descida da taxa de juro e o aumento dos gastos públicos.

E, por outro, às alterações nos mercados cambiais com uma desvalorização excessiva da moeda real. Face a esta nova situação, Dilma passou a priorizar o combate à inflação tomando medidas de política opostas as inicialmente adotadas, tais como, a subida da taxa de juro, restrição ao crediário bancário e intervenção do Banco Central Brasileiro (BCB) nos mercados cambiais tentando estabilizar o valor da moeda real.

Em suma, este gigante adormecido chamado Brasil parece ter despertado de seu longo adormecimento, mas há fragilidades e ainda muito a fazer para a consolidação dos progressos alcançados pela economia e sociedade brasileiras.

Assim, o crescimento económico do Brasil tem vindo a assentar principalmente nos seus abundantes recursos naturais, no seu estado social em formação e, mais importante, no facto de ter uma população muito jovem. Persistem, porém, como referimos, muitas fragilidades que tem vindo a impedir o Brasil de alcançar um índice de desenvolvimento humano (IDH-ONU) mais adequado à sua grandeza.

A resolução dessas carências deverá ser vital nas futuras governações brasileiras, em particular, as reduções das ainda elevadas assimetrias regionais e sociais.

Concluiremos traçando de forma resumida as principais forças e fraquezas da economia e sociedade brasileiras:

Pontos fortes:

(1) Após décadas de estagnação e alta inflação, o Brasil é agora um país de crescimento (o crescimento do PIB, em média, foi próximo dos 4% na última década); com uma inflação ainda relativamente controlada (5,8% em 2012; 6,2% em 2013);

(2) Obteve francos progressos no combate à pobreza e desigualdade social;

(3) Possui um mercado interno enorme e dinâmico;

(4) A evolução favorável na balança das exportações de matérias-primas e petróleo (recursos naturais em bruto), bem como, a tendência para a subida dos seus preços mundiais (em grande parte consequência da elevada procura das mesmas pela China);

(5) A valorização inicial do real embora trazendo perdas de competitividade externa a curto prazo, obrigou de forma positiva a que muitas empresas tivessem de inovar e elevar os seus níveis de eficiência e produtividade.

Fragilidades:

(1) A crise global tem vindo recentemente criar dificuldades à economia brasileira (menos exportações e mais saídas de capitais);

(2) Nos últimos anos apesar dos preços das matérias-primas continuarem elevados já não se registaram, contudo, subidas no valor das exportações, o que por si só, permitiria puxar novamente o crescimento económico do país;

(3) A moeda real ainda apresenta uma volatilidade indesejada;

(4) A elevada concentração das exportações brasileiras em matérias-primas (em detrimento dos produtos industriais) torna a economia brasileira mais vulnerável às crises mundiais.

Potencialidades e Riscos:

(1) Ao invés das décadas anteriores, onde as exportações de matérias-primas e a política de redistribuição do rendimento explicavam o elevado crescimento económico, agora, esgotado que o modelo, o Brasil, para crescer de forma sustentada tem de prosseguir reformas estruturais fundamentais, como sejam: melhoria da produtividade interna e da competitividade externa; eliminar o excesso de protecionismo; reforçar o combate à corrupção e à burocracia; mais eficiência na prestação de serviços públicos, nomeadamente nas áreas da educação, saúde, justiça e infraestrutura;

(2) Sendo um país jovem e com um estado social emergente urge criar condições para o financiamento do sistema de segurança social;

(3) A diversificação das exportações é crucial; (4) No sector agrícola, o Brasil possui uma estrutura tecnologicamente avançada, mas abrange apenas uma parte do território, sendo importante dar-lhe uma maior extensão.

TEXTO Nº 27

RETOMAR O INVESTIMENTO PÚBLICO NA EUROPA?

Com a crise económica e financeira global desde 2007/2008, a Europa têm estado submetida às contumazes propostas de índole neoliberal (sob a “batuta”, claro, do governo alemão de Merkel), entre as quais, destacamos a ideia de que a saída da crise europeia passaria pela adoção pelos governos de medidas de forte austeridade, programas de ajustamento orçamental acelerados, ausência de flexibilidade da política orçamental e ações visando reduzir o papel intervencionista/regulador do Estado nas esferas económica e social.

Tais medidas têm tido efeitos bastante perversos na economia real (produção e emprego), mormente nos países mais da Europa do Sul mais frágeis economicamente, Chipre, Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal. Podemos dizer que esta situação agravou-se e muito em 2010 com a “crise das dívidas públicas soberanas”, expressas por subidas in comportáveis das taxas de juro nos mercados financeiros e destinadas ao financiamento daquelas economias.

Quais, então, os efeitos mais negativos sobre aqueles países como resultado da imposição externa de forte austeridade, programas de ajustamento rápidos e inflexíveis e redução do papel do Estado?

(1) Perda de capacidade produtiva/produto potencial;

(2) Acentuada recessão económica;

(3) Aumento da pobreza e desigualdade social;

(4) Inaceitáveis níveis de desemprego (ainda agora se mantêm em 14% em Portugal e acima dos 11% na zona euro;

(5) Pese embora todos os sacrifícios exigidos às populações, as previsões continuam a apontar para um muito fraco crescimento económico nos próximos tempos (em Portugal as previsões para o crescimento real do produto/PIB são de apenas 0,9% em 2014 e de 1,6% em 2015);

(6) Risco de deflação/inflação negativa em Portugal e na zona euro o que poderia tornar crónica a recessão económica existente (à semelhança do sucedido no Japão desde os anos 1990);

(7) Aumento dos fluxos emigratórios, com destaque, para os jovens e pessoas com elevadas qualificações.

O BCE tem vindo, embora algo tardiamente a tomar medidas monetárias expansionistas visando contrariar aqueles efeitos desastrosos. Como?

(a) Baixando sucessivamente a sua taxa de juro de referência (isto é, a taxa de juro que o BCE exige para conceder empréstimos à banca comercial e que atingiu recentemente o seu mínimo histórico de 0,05%);

(2) Recorrendo a medidas monetárias não ortodoxas ao injetar moeda/liquidez no sistema bancário e com isso tentar beneficiar a própria economia. Entre elas, concedendo empréstimos em montantes avultados à banca comercial a taxas de juro muito baixas e com prazos de amortização muito mais longos do que o habitual, comprando ativos do sector privado não financeiro e adquirindo títulos de dívida hipotecária. Por fim, adquirindo mesmo, se necessário, títulos da dívida pública dos países da zona euro.

Com essas medidas o BCE procura dinamizar a procura agregada (consumo e o investimento) e, assim, promover a tão desejada retoma do crescimento económico na Europa.

Porém, ao contrário dos Estados Unidos, onde a Reserva Federal (FED) avançou logo que a crise global apareceu com fortes medidas de estímulo monetário, os chamados “alívios quantitativos”, na zona euro o BCE de forma mais conservadora (fortemente influenciado pela Alemanha) não atuou como devia de forma mais rápida. Só nos anos mais recentes é que o BCE tem vindo a ser mais ousado na implementação de medidas monetárias expansionistas.

Sendo assim, a questão fundamental que entretanto se põe em 2014 é se com o arrastar da crise, o muito baixo crescimento económico e o elevado desemprego, os agora maiores estímulos monetários avançados pelo BCE não terão perdido muito do seu “poder de fogo” e, desta forma a sua eficácia?

A resposta é muito possivelmente afirmativa. Porquê? Porque o clima de confiança e as expectativas dos agentes económicos (famílias e empresas) tornaram-se muito mais negativas do que no início da crise.

Assim, poderá ser expectável que o BCE ao baixar sucessivamente a sua taxa de juro e ao aumentar ainda mais a liquidez no sistema bancário não venha a ter o sucesso esperado em termos de efeitos positivos na economia real (produção e no emprego).

O problema é ainda mais agravado pelo risco de deflação ou descida geral dos preços na zona euro (fruto da quebra acentuada na procura agregada, persistente recessão económica e elevado desemprego). É que as famílias não consomem e as empresas não investem esperando por melhorias económicas futuras e, assim, tornando a política monetária quicá ineficaz. Os keynesianos designam esta situação por “armadilha da liquidez”.

Em suma, o combate à crise económica e financeira na Europa tem vindo a assentar na ideia de cariz neoliberal de que “a oferta gera a sua própria procura” (lei de Say ou do mercados).

Sendo assim, bastaria aos governos avançarem com reformas estruturais, entendidas aqui, por cortes salariais, perda de direitos sociais dos trabalhadores, flexibilização do mercado de trabalho, despedimentos, etc.) para que a economia tivesse uma maior capacidade produtiva e automaticamente gerasse uma maior produção e emprego (oferta agregada).

Isto está conforme à realidade? Parece-nos que não, uma vez que os governos quer por decisão própria quer por imposição externa tem vindo a aplicar duros programas de austeridade, o que tem feito, ao contrário do necessário, tudo para contrair a expansão da procura agregada (consumo e o investimento), o outro lado da moeda “económica”.

Uma consequência notória de tal política foi a redução drástica do investimento público face ao início da crise e em nome da disciplina orçamental “a todo o custo” e da redução acelerada do papel do Estado na economia.

Podemos, então questionar se existindo um clima económico, em geral, desfavorável ao investimento privado, se não deverá não ser o investimento público com o seu efeito multiplicador (sobre os consumo e procura agregada) uma variável estratégica a ter em conta para se obter o tão desejado crescimento económico na Europa?

Uma resposta afirmativa implica a necessidade de flexibilizar a política orçamental, moderar a austeridade e retomar, desta forma, o investimento público, enfim, tudo aquilo que é renegado pelo pensamento de índole liberal dominante.

Mais investimento público num contexto de forte restrição orçamental?

Sim, se houver vontade política de mudança. Para obter recursos financiadores ao investimento público, temos:

(1) Um maior esforço de poupança do Estado (cortando nas despesas públicas improdutivas, as chamadas “gorduras”, revendo negócios e parcerias altamente lesadoras do Estado nas suas relações com os privados;

(2) Negociando externamente a moderação do ajustamento orçamental e a flexibilização da política orçamental (por exemplo, em 2015, o governo português tem como meta um défice público de 2,5% do PIB, porque não 3% do PIB que é o limite definido pelo Tratado da União Europeia?);

(3) Recorrendo aos fundos comunitários de apoio, etc..

Ainda outra hipótese, defendida aliás por muitos economistas de topo mundial, passaria pela ideia de que os países da Europa do Norte ao poderem beneficiar de juros muito baixos por créditos por eles contraídos e gozando de situações orçamentais favoráveis (por exemplo, na Alemanha, o saldo orçamental tende para o equilíbrio e seu o investimento público, em % do PIB, é um dos mais baixos da zona euro), recursos financeiros que poderiam ser destinados a financiar grandes projetos de investimento público na zona euro, nomeadamente nos sectores energético, dos transportes públicos e do ambiente, o que geraria efeitos multiplicadores altamente positivos para alavancar a economia.

A retoma e mais investimento público seria assim determinante na estratégia global para alcançar o objetivo central de crescimento económico na Europa.

TEXTO Nº 28

AINDA O RECENTE AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO...

Salário nominal (do latim “salarium”, de sal) designa a quantidade de dinheiro com que os empregadores retribuem os trabalhadores por conta de outrem.

Salário mínimo, por sua vez, é o salário que a lei estabelece como retribuição mínima para qualquer trabalhador.

O papel económico e social da existência de salário mínimo e do seu aumento em fases cíclicas de recessão e desemprego, pode ser agrupada em dois grandes enfoques, a saber:

- (1) Enfoque clássico ou neoliberal: é o dominante, em geral, na atualidade. A existência de salário mínimo não é desejável pois introduziria um factor de rigidez no mercado do trabalho. Uma vez que o seu valor tenda a afastar-se para mais (e por pouco que seja) face ao que ele designa por salário nominal de equilíbrio, ou seja, do valor definido pelo livre jogo da procura e da oferta de trabalho no mercado laboral.*

Por sua vez, a existir, o aumento do salário mínimo em fases de crise económica geraria ainda mais problemas, mais recessão e desemprego: por um lado, pelo excesso previsível de oferta de trabalho (pelos trabalhadores) face a procura de trabalho (pelos empregadores), em especial, quanto aos trabalhadores menos qualificados e, por outro, pelo chamado “efeito farol”, isto é, aumentando o salário mínimo os demais níveis salariais também tenderiam a acompanhar esta subida.

Porquê?

Porque os custos de produção (laborais) dos bens e serviço também se agravariam, as expectativas dos empregadores quanto as vendas e lucros tornar-se-iam menos favoráveis. As empresas optariam então por despedir trabalhadores empregues, bem como, em não recrutar novos trabalhadores.

A solução dos neoliberais para o desemprego passariam, desta forma, pela eliminação de qualquer rigidez ou interferência externa (sindical ou estatal) no mercado laboral, liberalizando-o e flexibilizando-o totalmente, não importando se em consequência disso, o salário nominal a remunerar os trabalhadores pudesse ser baixo ou muito baixo, pouco dignificante ou injusto para o factor trabalho.

- (2) *Enfoque intervencionista ou keynesiano: Procede a crítica das teses neoliberais. Para esta linha de pensamento considera-se plenamente justificada sob os pontos de vista económico e social a existência de salário mínimo numa economia de mercado que se deseja regulada.*

Assim, por um lado, o salário mínimo protegeria a parte mais fraca nas relações laborais, aumentaria o nível de vida dos trabalhadores, reduziria a pobreza e garantiria uma maior coesão económica e social.

E, por outro, em fases de crise económica o aumento do salário mínimo (e da estrutura salarial em geral) a um nível “razoável” (que atenda a evolução dos preços, produtividade, crescimento económico e equidade social) o que permitiria elevar fazer crescer o rendimento e consumo das famílias produzindo com isso efeitos multiplicadores positivos na produção e emprego (relançando a atividade económica global).

- (3) *Embora a evidência empírica por vezes se contradiga, ela mostra que na maioria das situações que o aumento do salário mínimo num quadro económico de crise é uma estratégia governamental desejável socialmente e para o crescimento económico.*

Os exemplos históricos são mais que muitos, por exemplo, não vivemos na Europa e no pós-2ª Guerra Mundial décadas de coabitação sem problemas de prosperidade económica e existência de salário mínimo

Em suma, subir o salário mínimo num contexto de crise económica não é necessariamente mal (como defende o neoliberalismo) para a expansão da produção, emprego e bem-estar económico.

(4) Então, o que dizer do recente aumento do salário mínimo nacional em 4%: de 485 505 euros mensais, ou seja, mais 20 euros por mês (1 cafezinho por dia!)

A Troika com a sua visão neoliberal de costume veio rapidamente declarar o seu incómodo face a tal (diminuta) subida do salário mínimo nacional alegando que a mesma é contraproducente para o emprego. Para ela, a economia portuguesa sendo pouco competitiva, pouco qualificada e com muito baixo crescimento económico ao elevar o salário mínimo iria agravar os custos (laborais) de produção e isso geraria ainda mais recessão e desemprego, especialmente, nos trabalhadores menos qualificados.

Como vimos, este desenho não é consensual, é altamente criticável e não suportada na maioria dos casos pela evidência empírica.

Na verdade, o custo do fator trabalho na estrutura total de custos de produção das empresas globalmente consideradas é relativamente pequeno quando comparado com os custos resultantes da má gestão empresarial, da baixa qualificação profissional e principalmente, da dependência energética.

Assim, se no sector dos bens não transacionáveis (serviços) e em empresas de “vão de escada” a subida do salário mínimo poderá ter alguma relevância, o mesmo certamente não se passará na economia nacional, dado o peso e importância das empresas do sector de bens transacionáveis ou exportáveis, como, por exemplo, no sector industrial.

Sendo assim, podemos considerar como desejável no quadro económico em que vive o País, o recente aumento do salário mínimo nacional.

Como vimos, o aumento do salário mínimo poderá induzir a aumentos no rendimento e consumo das famílias, na produção e emprego e, como tal, relançando a debilitada economia portuguesa.

(5) Outra questão é a de saber se o recente aumento do salário mínimo nacional de apenas 4% em Outubro de 2014 (após 3 anos de congelamento) pode ser visto como um aumento “razoável”?

Parece-nos que este aumento sendo positivo não é contudo “razoável” (é sempre difícil quantificar!), ou seja, poderia ter sido algo maior. Porquê?

(a) Introduziria uma maior justiça social, pois mesmo após este pequeno aumento (após 3 anos de congelamento) continuamos a falar em valores muito baixos. Em Portugal o salário mínimo é o mais baixo da União Europeia (fora, à exceção da Eslovênia, os países de Leste do alargamento) e um dos mais baixos em termos de salário médio. Podemos dizer que muita da pobreza em Portugal respeito não só a desempregados e reformados mas também a empregados;

(b) Produziria efeitos multiplicadores positivos mais expressivos sobre a procura agregada (consumo e investimento) induzindo ao tão desejado crescimento da economia portuguesa.

TEXTO Nº 29

DIVERSIFICAR O COMÉRCIO EXTERNO PORTUGUÊS: O CASO DO BRASIL

Tradicionalmente as relações entre Portugal e Brasil têm sido muito mais históricas e afetivas do que económicas. Entretanto, registou-se uma viragem neste panorama desde a década de 1990 com o incremento significativo das relações económicas e comerciais entre os dois países.

Exemplos disso mesmo são as mais de 660 empresas portuguesas que atuam no Brasil, o investimento direto português que se tem vindo a expandir e, por fim, o incremento do intercâmbio académico, nomeadamente nas áreas da Ciência e Tecnologia.

O Brasil na última década evidenciou uma tendência relevante para o progresso económico e social resultado sobretudo: da pujança do seu comércio externo, do alargamento do seu mercado interno, do aumento do rendimento e de uma mais equitativa distribuição desse rendimento.

Pese embora as dificuldades presentes sentidas na sociedade brasileira derivadas em grande medida do impacto retardado da crise internacional com quebra acentuada das exportações (em particular, nas chamadas “commodities”, as matérias primas em geral) e saídas volumosas de capitais do País, o Brasil continua a apresentar fortes potencialidades de ultrapassadas as dificuldades atuais de reatarem a trajetória anterior de crescimento económico e de maior justiça social.

Porém, para que isso aconteça é indispensável que haja vontade política do governo brasileiro e, temos aí a recente reeleição da Presidente Dilma Roussef, em avançar para reformas estruturais prioritárias, mormente, nas áreas da educação, saúde, justiça (combate a morosidade, corrupção e burocracia) e infraestrutura (estradas, portos, aeroportos, transportes, etc.).

Não esquecendo que o Brasil possui abundantes recursos naturais, um sistema de proteção social em formação e uma população muito jovem. Com todos esses principais ingredientes, o Brasil, terá certamente as condições para a retoma da anterior trajetória de crescimento económico e de maior equidade social.

Para Portugal, o Brasil um país de dimensão continental e com um enorme mercado interno deverá ser visto cada vez mais como sendo um parceiro económico estratégico na indispensável diversificação do seu comércio externo.

É verdade que se tem vindo a assistir nos últimos anos a uma evolução francamente favorável nas relações económicas e comerciais entre Portugal e Brasil, contudo, muito ainda há ainda por fazer com vantagens mútuas, com destaque para as áreas do comércio, do investimento e da cooperação académica, da língua e cultura.

Vamos em seguimento especificar a situação atual e as potencialidades das relações comerciais entre os dois países.

Portugal como membro de pleno direito da União Europeia e integrante da zona Euro apresenta, como seria aliás de se esperar, uma forte concentração do seu comércio externo com os outros países comunitários.

Qualquer coisa como 70% do comércio externo total português, porém, com a agravante de cerca de metade desse mesmo comércio se processar com três países, o que nos torna altamente dependente deles: Espanha, França e Alemanha.

Contudo, este facto não é obstáculo, antes pelo contrário, para que Portugal procure diversificar as suas relações económicas e comerciais com outros países e regiões do mundo (com papel relevante para os países de língua portuguesa, Brasil e PALOP).

A diversificação do comércio externo fará com certeza com que nos tornemos menos vulneráveis ao advento de choques negativos europeus.

Nesta linha de pensamento, as relações económicas e comerciais de Portugal com o Brasil revestem-se de papel estratégico, quer pelos laços históricos, quer pelo atual posicionamento mundial do mercado interno brasileiro.

Entre 2009 e 2013, o Brasil passou de 11º a 10º cliente de Portugal, representando as vendas de Portugal para este mercado um valor de 744,2 milhões de euros, 1,6% do total exportado em 2013 (0,9% em 2009). Apesar de valores ainda relativamente baixos podemos dizer que, contudo, nos últimos anos um incremento relevante do comércio bilateral.

Nas exportações de bens e serviços, a estratégia fundamental a adotar pelas empresas portuguesas para penetrarem no mercado interno brasileiro passa sobretudo pelo estabelecimento de parcerias com agentes económicos locais, idóneos e fiáveis, que estejam em condições de legalmente, importar e colocar os produtos no mercado, e começar a construir a marca localmente...

É relevante sublinhar que os produtos que se encontrem legalmente no Brasil, não se deparam, em geral, com problemas de escoamento. A procura e os preços superiores praticados no Brasil são normalmente superiores aos que se encontram em Portugal.

Esse maior nível de preços explica-se fundamentalmente:

(a) Pelo crescimento económico do Brasil que se tem vindo a assistir, principalmente, na última década;

(b) Pela desvalorização acentuada no presente da moeda real, fazendo subir a inflação importada. Daí resulta que do simples alimento dos supermercados, ao produto electrónico, à viatura, ou mesmo, à habitação, se pratiquem hoje nas maiores cidades brasileiras, preços bem mais elevados aos existentes em Portugal.

A ascensão da classe média no Brasil tem feito com que dispare, por exemplo, o consumo de azeite, vinhos e muitos outros produtos, que face ao aquecimento económico e a falta de oferta interna, tem de recorrer à importação.

O potencial de crescimento económico no Brasil incidirá certamente em maiores aumentos das importações de produtos e ao recurso de mais capitais e tecnologias estrangeiras, em particular, no domínio das obras públicas e habitação, sectores onde as empresas e os investidores portugueses não deverão deixar de aproveitar.

Assim, seja via exportação ou via investimento (direto) e com a esperada retoma da economia brasileira certamente surgirão novas e importantes oportunidades de negócios para Portugal. É necessário estar no mercado do Brasil e ter oferta em qualidade, quantidade e preço.

Terminaremos, focando a estrutura por grupo de produtos das exportações portuguesas para o Brasil (valores de 2013 e dados da AICEP): produtos agrícolas, máquinas e aparelhos e os metais comuns (que representaram no seu conjunto 63 % das vendas totais de Portugal para o Brasil).

Dos restantes grupos, destacam-se ainda as exportações de minerais e minérios (9,5%), de produtos alimentares (5,6%), de veículos e outro material de transporte (5,6%) e de combustíveis minerais (4,5%).

TEXTO Nº 30

AINDA O RECENTE AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO...

Salário nominal (do latim “salarium”, de sal) designa a quantidade de dinheiro com que os empregadores retribuem os trabalhadores por conta de outrem.

Salário mínimo, por sua vez, é o salário que a lei estabelece como retribuição mínima para qualquer trabalhador.

O papel económico e social da existência de salário mínimo e do seu aumento em fases cíclicas de recessão e desemprego, pode ser agrupada em dois grandes enfoques, a saber:

- (1) Enfoque clássico ou neoliberal: é o dominante, em geral, na atualidade. A existência de salário mínimo não é desejável pois introduziria um factor de rigidez no mercado do trabalho. Uma vez que o seu valor tenda a afastar-se para mais (e por pouco que seja) face ao que ele designa por salário nominal de equilíbrio, ou seja, do valor definido pelo livre jogo da procura e da oferta de trabalho no mercado laboral.*

Por sua vez, a existir, o aumento do salário mínimo em fases de crise económica geraria ainda mais problemas, mais recessão e desemprego: por um lado, pelo excesso previsível de oferta de trabalho (pelos trabalhadores) face a procura de trabalho (pelos empregadores), em especial, quanto aos trabalhadores menos qualificados e, por outro, pelo chamado “efeito farol”, isto é, aumentando o salário mínimo os demais níveis salariais também tenderiam a acompanhar esta subida.

Porquê?

Porque os custos de produção (laborais) dos bens e serviço também se agravariam, as expectativas dos empregadores quanto as vendas e lucros tornar-se-iam menos favoráveis. As empresas optariam então por despedir trabalhadores empregues, bem como, em não recrutar novos trabalhadores.

A solução dos neoliberais para o desemprego passariam, desta forma, pela eliminação de qualquer rigidez ou interferência externa (sindical ou estatal) no mercado laboral, liberalizando-o e flexibilizando-o totalmente, não importando se em consequência disso, o salário nominal a remunerar os trabalhadores pudesse ser baixo ou muito baixo, pouco dignificante ou injusto para o factor trabalho.

- (2) *Enfoque intervencionista ou keynesiano: Procede a crítica das teses neoliberais. Para esta linha de pensamento considera-se plenamente justificada sob os pontos de vista económico e social a existência de salário mínimo numa economia de mercado que se deseja regulada.*

Assim, por um lado, o salário mínimo protegeria a parte mais fraca nas relações laborais, aumentaria o nível de vida dos trabalhadores, reduziria a pobreza e garantiria uma maior coesão económica e social.

E, por outro, em fases de crise económica o aumento do salário mínimo (e da estrutura salarial em geral) a um nível “razoável” (que atenda a evolução dos preços, produtividade, crescimento económico e equidade social) o que permitiria elevar fazer crescer o rendimento e consumo das famílias produzindo com isso efeitos multiplicadores positivos na produção e emprego (relançando a atividade económica global).

- (3) *Embora a evidência empírica por vezes se contradiga, ela mostra que na maioria das situações que o aumento do salário mínimo num quadro económico de crise é uma estratégia governamental desejável socialmente e para o crescimento económico.*

Os exemplos históricos são mais que muitos, por exemplo, não vivemos na europa e no pós-2ª Guerra Mundial décadas de coabitação sem problemas de prosperidade económica e existência de salário mínimo

Em suma, subir o salário mínimo num contexto de crise económica não é necessariamente mal (como defende o neoliberalismo) para a expansão da produção, emprego e bem-estar económico.

(4) Então, o que dizer do recente aumento do salário mínimo nacional em 4%: de 485 505 euros mensais, ou seja, mais 20 euros por mês (1 cafezinho por dia!)

A Troika com a sua visão neoliberal de costume veio rapidamente declarar o seu incómodo face a tal (diminuta) subida do salário mínimo nacional alegando que a mesma é contraproducente para o emprego. Para ela, a economia portuguesa sendo pouco competitiva, pouco qualificada e com muito baixo crescimento económico ao elevar o salário mínimo iria agravar os custos (laborais) de produção e isso geraria ainda mais recessão e desemprego, especialmente, nos trabalhadores menos qualificados.

Como vimos, este desenho não é consensual, é altamente criticável e não suportada na maioria dos casos pela evidência empírica.

Na verdade, o custo do fator trabalho na estrutura total de custos de produção das empresas globalmente consideradas é relativamente pequeno quando comparado com os custos resultantes da má gestão empresarial, da baixa qualificação profissional e principalmente, da dependência energética.

Assim, se no sector dos bens não transacionáveis (serviços) e em empresas de “vão de escada” a subida do salário mínimo poderá ter alguma relevância, o mesmo certamente não se passará na economia nacional, dado o peso e importância das empresas do sector de bens transacionáveis ou exportáveis, como, por exemplo, no sector industrial.

Sendo assim, podemos considerar como desejável no quadro económico em que vive o País, o recente aumento do salário mínimo nacional.

Como vimos, o aumento do salário mínimo poderá induzir a aumentos no rendimento e consumo das famílias, na produção e emprego e, como tal, relançando a debilitada economia portuguesa.

(5) Outra questão é a de saber se o recente aumento do salário mínimo nacional de apenas 4% em Outubro de 2014 (após 3 anos de congelamento) pode ser visto como um aumento “razoável”?

Parece-nos que este aumento sendo positivo não é contudo “razoável” (é sempre difícil quantificar!), ou seja, poderia ter sido algo maior. Porquê?

(a) Introduziria uma maior justiça social, pois mesmo após este pequeno aumento (após 3 anos de congelamento) continuamos a falar em valores muito baixos. Em Portugal o salário mínimo é o mais baixo da União Europeia (fora, à exceção da Eslovênia, os países de Leste do alargamento) e um dos mais baixos em termos de salário médio. Podemos dizer que muita da pobreza em Portugal respeito não só a desempregados e reformados mas também a empregados;

(b) Produziria efeitos multiplicadores positivos mais expressivos sobre a procura agregada (consumo e investimento) induzindo ao tão desejado crescimento da economia portuguesa.

TEXTO Nº 31

CORRUPÇÃO EM PORTUGAL: O CASO DOS VISTOS GOLD

Será Portugal um país corrupto? O que a realidade nos mostra é que o País tem convivido ao longo dos tempos com situações maiores ou menores de corrupção e de escândalos financeiros com elas conexas. Uma observação interessante é que esse cenário se tem vindo a avolumar desde o início da crise global desde 2008 (ou talvez por causa dela!).

No contexto democrático em que vivemos sempre que há eleições não faltam declarações de intenção dos agentes políticos de que uma vez eleitos colocar o máximo empenho no combate à corrupção. Contudo, em geral, uma vez instalados no poder pouco ou nada de significativo tem sido feito nesse sentido.

Essa ideia aliás é corroborada pelo chamado “indicador de percepção da corrupção”. Assim, estudos recentes apontam que a corrupção é reconhecida por 90% dos portugueses. Nos últimos anos situações de corrupção e escândalos financeiros com elas relacionadas tem vindo a acontecer a um ritmo desconcertante. Algumas já foram julgadas e outras ainda se encontram em fase de investigação pelo poder judicial.

Só para exemplificar temos os casos BPN, BPP, Submarinos Tridente, Face Oculta, Banco e Grupo BES, Tecnoforma (envolvendo o atual primeiro ministro Passos Coelho), Operação Labirinto (envolvendo o anterior primeiro ministro José Sócrates) e os Vistos *Gold* (envolvendo altos quadros da administração pública). Esses e outros casos aqui não referidos tornaram-se altamente prejudiciais para Portugal quer por abalarem fortemente a confiança dos portugueses nas suas instituições quer pelas repercussões negativas no exterior.

A propósito, refira-se que são exatamente os países da zona euro onde a crise económica e financeira tem sido mais acentuada aqueles em que a “percepção de corrupção” tem sido mais elevada. Portugal, em 2012, de acordo com o organismo Transparência Internacional, Portugal ocupava o 33º lugar num “ranking” de 176 países mundiais.

Teve uma classificação de 63 numa escala de 0 (“muito corrupto”) a 100 (“muito limpo”). Por sua vez, se considerarmos apenas os países da UE-28, Portugal surge em 15º lugar sendo apenas ultrapassado por alguns países da Europa de Leste, Grécia, Itália e Malta. Para o mesmo organismo os governos, em geral, não tem vindo a mostrar empenho suficiente e as suas ações tem vindo a pautar-se pela ineficácia no combate ao abuso do poder.

Os *Vistos Gold* introduzidos no Portugal em 2012 e que permitiu ao Estado português amealhar mais de mil milhões de euros caracteriza-se, no essencial, pelo facto do Estado poder conceder residência a estrangeiros (que podem assim beneficiar de livre circulação no espaço da União Europeia) desde que invistam em empresas ou transfiram capitais em pelo menos um milhão de euros, ou em alternativa, 500 mil no ramo imobiliário.

Contudo, constata-se que houve uma notória perversão nessa figura sendo quase irrelevantes as parcelas de dinheiro externo dirigidas às empresas ou em transferências de capital (o que seria, aliás, o mais importante para o crescimento de nossa débil economia). Pelo contrário, tem vindo a existir um elevado grau de concentração de vinda de dinheiro externo (principalmente da China) para a aquisição de imóveis no País.

É verdade que isso tem beneficiado o ramo imobiliário ao gerar receitas adicionais, porém, não tem um efeito multiplicador significativo sobre toda a economia, em parte porque os grandes beneficiários desses negócios são sobretudo os intermediários imobiliários. Ao mesmo tempo inflaciona os preços dos imóveis (desvalorizados no mercado interno com a crise), tornando-os de mais difícil acesso aos residentes nacionais.

Os defensores do atual desenho dos *Vistos Gold* argumentam:

- (1) É praticada por outros países europeus;
- (2) Em um país em crise é uma fonte de recursos financeiros escassos provenientes do exterior e onde há uma intensa concorrência;

3) Portugal importa mais do que exporta em bens e serviços e tais entradas de dinheiro torna-se importante para colmatar pelo menos em parte esse déficit na balança de mercadorias;

(4) podem trazer consigo métodos e processos inovadores de produção.

Serão esses argumentos suficientemente sólidos para validar a existência ou pelo menos, tal como existe dos *Vistos Gold*? Por exemplo, tem trazido métodos e processos inovadores de produção? Ou mantendo-os não será necessário proceder a profundas reformas visando uma maior regulação e transparência de processos?

Alguns pensam que se deveria suprimir essa figura pura e simplesmente, porquê: maior regulação não resolve o problema e poderá induzir pela existência de mais burocracia e de mais pessoas envolvidas num aumento da possibilidade de corrupção; os *Vistos Gold* como forma de atração de dinheiro é intrinsecamente vulnerável à corrupção de funcionários do Estado, nomeadamente de altos quadros; possibilita a lavagem de dinheiro “sujo”; é iníquo ao discriminar pessoas que podem ser residentes por terem dinheiro e os outros, os pobres sem capacidade de acesso a essa mesma residência (a democracia faz-se com base na cidadania e não com discriminações em termos de riqueza).

Embora a visão anterior seja talvez a ideal pelas razões expostas, parecem-nos, porém, que a melhor solução neste momento é a da urgente e profunda reforma da figura dos *Vistos Gold*, tendo em conta dois aspectos essenciais:

(1) A atual circunstância em que vive o País, nomeadamente a premente necessidade de dinheiro externo financiador da economia;

(2) É uma figura de atração de dinheiro externo adotada por muitos países europeus (e não só) em forte em clima de competição.

Em suma, a urgente e profunda reforma da figura dos *Vistos Gold* deverá visar: (1) maior regulação e transparência de processos que diminuam de forma significativa a possibilidade de corrupção; (2) maior ênfase no destino do dinheiro externo para as empresas e transferências de capital e menos para o ramo imobiliário.

TEXTO Nº 32

TRATADO ORÇAMENTAL: MAIS AUSTRERIDADE E MENOS CRESCIMENTO ECONÓMICO

Com a fundação da União Económica e Monetária Europeia (UEM) pelo Tratado da União Europeia (TUE, 1992), a condução das políticas orçamentais, ao contrário das políticas monetária e cambial definidas pelo Banco Central Europeu (BCE), é de competência dos governos nacionais.

Contudo, para salvaguardar a possibilidade de eventuais derrapagens nos défice e dívida pública dos seus Estados Membros (EM) que pudessem pôr em causa a estabilidade financeira da zona euro e a estabilidade da moeda única, foram impostas aos governos nacionais algumas normas limitadoras em termos das políticas orçamentais.

Mais tarde, estes princípios foram reforçados pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC, 1997), ao estabelecer objetivos para a dimensão do défice orçamental (abaixo de 3% do PIB) e da dívida pública (inferior a 60% do PIB), bem como pesadas sanções em caso de incumprimento daquelas metas. Mais, foi definido um objetivo de médio prazo em que os EM deveriam alcançar situações orçamentais próximas do equilíbrio ou excedentárias.

Por consequência, delineou-se os procedimentos a seguir em situações de défice e dívida pública excessivas e apontou-se para a necessidade da coordenação das políticas orçamentais. O cumprimento deste objetivo de médio prazo permitiria aos EM responder às flutuações cíclicas normais sem que o saldo orçamental global (independente das suas origens) ultrapassasse os 3% do PIB e a dívida pública os 60% do PIB.

Assinale-se que o TUE estabeleceu algumas exceções ao cumprimento daqueles objetivos em caso de conjunturas de maior ou menor crise económica.

Seja com for, a imposição de sérias imitações à adoção de políticas orçamentais pelos EM tem sido altamente redutor da soberania nacional e da possibilidade do uso da política orçamental expansionista como instrumento utilizável na recuperação económica e na criação de emprego.

Com a recente crise financeira e económica global em 2008 e mais tarde com a crise da dívida pública soberana, mormente nos países da Europa do Sul, as exigências de ajustamento orçamental não tem vindo a cessar com todos os seus efeitos nefastos tão bem conhecidos: recessão e muito fraco crescimento económico, desemprego elevado, reduções acentuadas dos direitos sociais dos trabalhadores, maior risco de ruptura da coesão social, etc.

Exemplo desse crescendo de exigências (a começar pela Alemanha) aos países em dificuldades são:

(1) Reforço das condições definidas pelo PEC 1997 em que o saldo orçamental global deverá situar-se em equilíbrio ou mesmo com excedente a um prazo mais ou menos curto (para Portugal, por exemplo, em 2015 o défice orçamental global deverá ser de 2,5% do PIB);

(2) Cumprimento também do recente “Tratado Orçamental” ou “Regra de Ouro” que apontam para ainda um mais duro processo de redução do défice público. Agora o ajustamento também se processa face ao chamado défice orçamental estrutural que deverá se situar em 0,5% do PIB em 2017.

De igual forma a dívida pública deverá ser inferior a 60% do PIB a médio prazo. O não cumprimento desta disposição poderá conduzir a sanções pecuniárias significativas. Entende-se por saldo orçamental estrutural, o saldo que se obtém eliminando os fatores cíclicos e as medidas temporárias do saldo orçamental global de forma a se realçar as políticas orçamentais pró-ativas (consumo e investimento público). Para a sua determinação considera-se o hiato entre o produto potencial (ou de pleno emprego) e o produto efetivo.

Assim, por exemplo, se uma economia estiver em recessão (desvio negativo do produto efetivo face ao produto potencial e aumento do desemprego) automaticamente diminuem as receitas de impostos e aumentam as despesas sociais agravando a componente cíclica das contas públicas. O mesmo sucede com sinal contrário no caso da expansão económica.

O saldo orçamental estrutural, passou a ser o indicador mais relevante na UEM para se inferir da consolidação orçamental e, se for o caso, para impor mais austeridade aos países “prevaricadores”. Na verdade, um País pode estar a conseguir reduzir o seu défice orçamental global mas o mesmo não acontecer com o seu défice estrutural a que se seguirá mais exigências de austeridade.

Porém, mais austeridade torna ainda mais difícil o recurso ao investimento público como motor de arranque da economia. Há aqui claramente mais do que razões económicas para esta imposição uma agenda ideológica neoliberal em curso de menos Estado regulador e intervencionista.

Contudo, o indicador “saldo orçamental estrutural” é limitado e não tem a robustez suficiente para ser um bom aferidor da intensidade de austeridade. Por exemplo, se as estimativas do “hiato do produto” não estiverem corretas e, muitas vezes não estão, esta opção pelo saldo estrutural falha e por isso tem merecido fortes críticas.

O problema central é que o cálculo daquela distância entre o produto efetivo e o produto potencial não é facilmente obtido dependendo muito da metodologia utilizada e das muitas hipóteses envolventes. Se tais hipóteses variarem isso pode ter efeitos muito relevantes na determinação do saldo estrutural.

Enfim, o saldo orçamental estrutural varia com a instituição que a estima e para a mesma instituição ao longo do tempo, o que torna o torna este indicador pouco fiável para definir a intensidade da austeridade para os países atingirem a meta principal de um saldo estrutural de 0,5% do PIB em 2017.

Vejamos o exemplo português e consideremos os seguintes indicadores:

(a) Os valores estimados por distintas instituições (que, aliás, tem sido objeto de várias revisões ao longo do tempo) do saldo estrutural em 2015 em % do PIB;

(b) O diferencial em % do PIB para atingir a meta de 0,5% do PIB em 2017;

(c) O valor em euros necessário para a redução do défice estrutural até 2017.

Conforme a instituição estimadora temos: FMI: 1,5%, 1.0% e 1670 milhões; OCDE: 0,9%, 0,4% e 680 milhões; Comissão Europeia: 1,7%, 1,2% e 1990 milhões; Governo: 1,2%, 0,7% e 1190 milhões. Se repararmos é exatamente a Comissão Europeia a instituição que aponta para uma maior a necessidade de austeridade para o País no futuro.

Para terminar refira-se que o “Tratado Orçamental” ou “Regra de Ouro” é, mais uma vez, mais do mesmo, ou seja, uma forma de penalizar os países devedores com a ideia enviesada de que para serem economias sadias é necessário aplicar travagens duras ao défice e a dívida. Este facto é contrariado pela realidade que nos mostra os principais efeitos dessas medidas altamente restritivas, nomeadamente economias deprimidas ou anêmicas e desemprego elevado.

Torna-se necessário e premente que se faça ouvir as opiniões críticas à aplicação do “Tratado Orçamental” ou “Regra de Ouro” que apenas irá agravar ainda mais as débeis condições económicas e sociais dos países em dificuldade.

TEXTO Nº 33

BEM-ESTAR ECONÓMICO EM PORTUGAL É UM DOS PIORES DA ÁREA DO EURO

Produto Interno Bruto (PIB) é o valor dos bens e serviços gerados (ou dos rendimentos distribuídos aos fatores produtivos que os produziram) por uma economia num dado período de tempo (usualmente, o ano). Mas será o agregado PIB uma medida correta para se aferir do bem-estar económico de um país?

A resposta é não, porque tudo vai depender da maior ou menor população do país. Por exemplo, para um igual PIB um país com maior população terá um menor produto (ou rendimento) por habitante (“per capita”) e vice-versa.

Deste modo, para medir o bem-estar económico será mais adequado utilizar o valor do PIB por habitante. Mas será esse indicador económico suficiente quanto baste? A resposta continua a ser negativa, porque a evolução dos preços ou inflação pode variar de país para país e isso faz a diferença.

Por exemplo, para um mesmo nível de produto (rendimento) por habitante, o bem-estar económico de um país será tanto maior quanto menor for a sua inflação face a evolução dos preços dos outros países analisados (o país em causa terá um nível de vida ou poder de compra maior) e vice-versa.

Em suma, o indicador que normalmente se utiliza por expressar mais fielmente o bem-estar económico de um país é o chamado Produto Interno Bruto por habitante e expresso em paridades de poder de compra: PIB por habitante em “PPP”, que se obtém do PIB por habitante eliminando os efeitos das diferenças nos níveis de preços entre os países analisados.

Feita esta breve introdução podemos agora levantar a seguinte questão: Com vai o nível de bem-estar económico em Portugal? A resposta é claramente não muito bem.

Há é verdade países na União Europeia alargada (UE-28) em situação ainda mais precária em termos de nível de vida (mormente, a maioria dos países de Leste dos últimos alargamentos da UE). Se nos restringirmos à zona Euro então o cenário piora pois somos um dos países com mais baixo nível de bem-estar económico!

Em 1985, um ano antes da nossa adesão à Comunidade, o PIB por habitante em “PPP” português era de apenas 59,6% da média da UE-15, tendo a partir daí a registar-se melhorias no nosso nível de vida. Porém, com o Euro (desde 1999) e mais recentemente com a crise financeira e económica (2008) e da dívida pública soberana (2011), Portugal assiste a um desempenho menos favorável do seu nível de bem-estar, tendo havido mesmo períodos de retrocesso.

Em 2013, conforme recente informe do Instituto Nacional de Estatística (INE) o PIB por habitante em “PPP” português quedou-se pelos 79,0% da média da UE-28 (índice 100) o que traduziu apesar de tudo numa ligeira melhoria face ao ano anterior (2012: 76.0%).

Porém, e mais importante ainda do que esse facto é que o nível de bem-estar económico do País comparativamente com os demais países parceiros da UE-28 não se alterou. Refira-se, a propósito, que na UE-28 e para o mesmo ano o país com maior nível de bem-estar económico foi o Luxemburgo (257,0%) e o mais baixo foi a Bulgária (45,0%). Para Espanha o indicador foi de 94,0%.

Por sua vez, se limitarmos a análise do nível de vida à zona Euro, Portugal mantém a muito pouco cômoda posição no fim da tabela sendo apenas ultrapassado pela Eslováquia, Grécia, Estónia e Letónia.

A que se deve então a ligeira melhoria do bem-estar económico no País registado em 2013 face ao ano anterior (embora continuemos bem longe da média da zona Euro)?

(1) Terá havido alguma melhoria do nível relativo dos preços, porventura por uma descida menos acentuada dos preços externos face aos preços internos;

(2) Terá aumentado ligeiramente o nosso PIB por habitante, mas, em preços correntes, com o aumento ainda que baixo da inflação (2011: 3,7%; 2012: 2,8%; 2013: 0,3%) e não como resultado do aumento do PIB em volume dado o crescimento económico negativo da economia portuguesa (2011: - 1.3%; 2012: -3.2% e 2013: - 1.4%;

(3) Porém, o factor mais relevante a nosso ver explicativo da ligeira melhoria do PIB por habitante em “PPP” português foi (e tem sido) a constante diminuição da nossa população residente devido: (a) a redução da taxa de natalidade; (b) aos milhares de imigrantes que tem saído do País; (c) a sangria ano a ano de milhares de portugueses (com relevo para os jovens e qualificados) que se veem obrigados a emigrar em busca de trabalho e sustento.

TEXTO Nº 34

COMBATE ÀS GRAVES ASSIMETRIAS REGIONAIS EM PORTUGAL: MAIS UMA OPORTUNIDADE PERDIDA?

Sempre ouvimos dizer que um dos problemas estruturais da economia portuguesa tem sido as graves assimetrias e desigualdades regionais, mormente entre o litoral mais produtivo, mais populoso e mais rico e o interior menos produtivo, desertificado e mais pobre.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou muito recentemente os dados preliminares relativos às contas regionais 2000 e 2013, que só vieram confirmar tal realidade. Da leitura dessa publicação podemos concluir que a aplicação do programa de austeridade no País para além de criar um persistente quadro recessivo e de elevado desemprego, também agravou as assimetrias e desigualdades regionais existentes. Normalmente são utilizados dois principais indicadores para se aferir da evolução das assimetrias e desigualdades regionais:

- (I) Produto Interno Bruto (PIB) real ou em volume (total dos bens e serviços produzidos num dado período e ajustado ou corrigido da inflação) por Regiões Nacionais; (b) PIB real ou em volume por habitante (PIB “per capita”) regional que mede a chamada a Coesão Regional.*

Em 2013, o PIB real ou em volume em Portugal que define, como vimos, a riqueza produzida no País, atingiu um valor de 171 211 milhões de euros. Esses números traduzem uma redução da riqueza nacional de 1,4% (face ao ano anterior). E o que dizer da evolução dos indicadores regionais para o mesmo ano?

A nível das “Grandes Regiões Nacionais”, Lisboa foi a região que produziu uma maior riqueza no valor de 63 902 milhões de euros (37,3% do total nacional), o que exprime um decréscimo do PIB real ou em volume da região na linha do verificado com o País (- 1,4%). Todas as outras regiões produziram uma riqueza inferior a verificada na Região de Lisboa.

Consideremos agora os seguintes valores colocados pela seguinte ordem (a) PIB real ou em volume; (b) Percentagem do total do País; (c) Taxa de crescimento da riqueza.

Temos, então: Região Norte (48 668; 28,4; - 1,2); Região Centro (32 123; 18,8; - 1,1); Região do Alentejo (11 275; 6,6; - 2,2); Região do Algarve (7 310; 4,3; - 1,4); R.A. Madeira (4 071; 2,4; - 1,2) e R.A. Açores (3 694; 2,2; - 1,8).

Assim, as grandes regiões nacionais onde a redução da riqueza apresentam valores superiores à verificada no todo nacional (-1,4%) foram a Região do Alentejo (-2,2%) devido basicamente à diminuição verificada na atividade produtiva da indústria, energia, água e saneamento e a R.A. da Madeira com um decréscimo de 1,8% explicada pela contração da atividade produtiva das empresas que operam a partir do Centro Internacional de Negócios da Madeira e, acima de tudo, aos sectores da construção e das atividades financeiras e de seguros.

(II) As assimetrias e desigualdades regionais medidas pelo indicador PIB por habitante (PIB “per capita”) que se obtém relacionando o PIB real ou em volume com a população residente, permite saber do estado de maior ou menor equivalência em termos de desenvolvimento económico e social entre as regiões nacionais, a chamada Coesão Regional. O PIB por habitante é determinado, em geral, por números índices de disparidade regional em relação à média nacional (Portugal = 100).

As principais observações a fazer quanto aos indicadores regionais vistos atrás são:

(1) Tendo por base o NUTS III, ou seja, as Regiões Nacionais mais desagregadas) temos: as assimetrias e disparidades regionais tiveram um agravamento no quadro do programa de austeridade em curso; como região mais rica mantém-se a Região de Lisboa com um índice de 164,8, seguida das Regiões do Alentejo Litoral (129,9) e do Pinhal Litoral (101,6); quanto às regiões mais pobres do País aparecem a Serra da Estrela (51,9), o Tâmega (58,2) e a Cova da Beira (66,7).

(2) Se considerarmos apenas as “Grandes Regiões Nacionais” (com base no NUTS II) o cenário das assimetrias e disparidades regionais continua, a saber Portugal = 100): Lisboa (138,8); R.A. Madeira (94,8); Algarve (110,7); Alentejo (92,3); R.A. Açores (91,29; Centro (85,79 e Norte (81,3).

Em suma, os recentes dados do INE sobre as contas regionais indicam para o agravamento das assimetrias e disparidades regionais existentes em Portugal devido:

A política de austeridade recessiva e injusta que vem sendo seguida desde 2011 afetando sobretudo as classes médias e baixas da população e, em particular, as populações das regiões menos favorecidas, mas também porque está a provocar numerosas falências de empresas que lançam milhares de trabalhadores no desemprego, como é exemplar o caso dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), em regiões onde não existem praticamente geração de emprego e ao encerramento economicista em muitos casos de muitos serviços públicos, tais como, centros de saúde e hospitais, escolas, tribunais, serviços de finanças, correios, etc.

Este cenário, que já é muito grave, poderá ser ainda mais grave caso se concretizem as intenções que tem vindo a ser expressas pelo governo de maioria PSD/CDS de dar prioridade na aplicação dos 26 mil milhões de euros do próximo Programa Comunitário 2014-2020 ao financiamento de grandes empresas e empresas exportadoras, ao aumento da competitividade e internacionalização, e não ao combate às assimetrias e disparidades regionais, ao crescimento económico equilibrado e sustentado, e à criação de emprego.

TEXTO Nº 35

EVENTUAL VITÓRIA ELEITORAL DO “SYRIZA”: UMA ESPERANÇA DE MUDANÇA NA EUROPA?

“Dia de chuva na cidade triste como não haver liberdade”. Não, esta frase não é minha, mas sim do grande poeta chileno já falecido e prémio Nobel da Literatura em 1971, Pablo Neruda. Liberdade não significa apenas ausência de ditadura, falta de expressão livre, exercício de cidadania, etc., mas também garantia dos direitos humanos básicos: emprego, salário justo, prestação de serviços públicos essenciais, em particular na segurança social, educação e saúde.

A Europa de nossos dias é uma Europa dos programas de austeridade, de clima económico recessivo, de elevado desemprego, de aumento da pobreza e miséria extrema, de demissão do papel central do Estado como regulador e interventor na economia de mercado. Na Europa do presente o futuro é incerto, nada é seguro, as pessoas sentem-se constrangidas e tristes.

Será uma eventual vitória eleitoral do Syriza (coligação de esquerda radical) na Grécia uma esperança de mudança na Europa? Como sabemos, na Europa em geral, mas com maior intensidade nos países da Europa do Sul (Grécia, Espanha, Itália e Portugal) as crises financeira e económica global de 2008 e das dívidas públicas soberanas de 2011, tem conduzido a imposição externa de programas severos de austeridade a que se seguem outros programas do mesmo tipo, trazendo consigo dificuldades económicas significativas e uma muito grave degradação das condições de vida das populações.

Na Grécia onde o problema é mais severo se tem verificado uma contínua instabilidade política, social e económica. Vejamos, tendo por referência o ano 2010, do início dos programas de austeridade, que a produção interna grega quebrou em 20%, o desemprego disparou para os 25%, mais grave ainda o desemprego juvenil está nos 50% e, por fim, a pobreza e miséria extrema aumentaram dramaticamente.

Nesse quadro, e muito recentemente o Parlamento grego avalizou a realização de eleições antecipadas, em 25 de janeiro próximo. Ora, o fenómeno mais relevante dessas eleições será claramente uma eventual vitória eleitoral do Syriza, com base nas sondagens até então realizadas.

Como seria de esperar os mercados financeiros e os países dominantes da União Europeia (desde logo, a Alemanha) tem vindo a reagir negativamente a tal possibilidade dada a incógnita quanto aos seus efeitos tanto na Grécia como na Europa.

Deste modo, as pressões/chantagens feitas pelos meios mais conservadores sobre o eleitorado grego tem vindo a fazer-se sentir e cada vez com mais intensidade tentando criar um cenário de medo na população grega. Proclamam que se forem postas em prática as promessas eleitorais do Syriza isso significaria a impossibilidade de permanência da Grécia no euro, o que conduziria segundo eles a uma situação futura de bancarrota.

Contudo, mais recentemente tem vindo a aparecer cada vez mais vozes dissonantes, mesmo na coligação governamental alemã, como é o caso do líder do SPD, ao perfilhar a ideia de ser admissível e desejável negociar com a Grécia em condições adequadas porque entendem que se um dia um qualquer país participante na zona euro sair, então é muito credível que, “termine de vez a confiança no projeto europeu”.

Diga-se ainda que as mais recentes sondagens mostram que a grande maioria dos gregos desejam continuar no Euro, porém, que haja mudanças estratégicas e que se pare com as severas políticas de austeridade que lhe foram, são e continuarão a ser são impostas se nada se alterar.

Mas se justificará todo esse alarido em caso de uma eventual vitória eleitoral do Syriza? Vejamos que é o próprio líder do Syriza, Alexis Tsipras que contraria os argumentos mais conservadores ao considerarem como uma hipótese muito remota a intenção de saída da Grécia do euro, o chamado “Grexit”, afirmando que, “o Syriza não pretende o colapso, mas a salvação do euro”.

Mais, para salvar o euro é necessário evitar a desagregação política, social e económica da União Europeia e dos seus Estados Membros o que passa por resolver de imediato a questão das dívidas insustentáveis ou fora de controlo através de negociações justas entre as instâncias de governação europeia e os Estados Membros com mais dificuldades, viabilizando, deste modo, o crescimento económico e a criação de emprego quer a nível daqueles países quer da própria União Europeia.

Enfim, para o Syriza é necessária uma urgente renegociação da dívida pública externa para quebrar o ciclo recessivo e de elevado desemprego. Para isso, deverão ser feitas reformas estruturais do Estado, relançar o investimento, onde o investimento público na atual conjuntura é fundamental para estimular a procura interna, a produção e o emprego. Nesse sentido a vitória eleitoral do Syriza seria uma promessa de mudança de políticas europeias. Para Tsipras “o problema da dívida não é apenas da Grécia, mas também da Europa”.

Nas próximas eleições gregas releva mais o travar a austeridade e a resolução da crise humanitária (mais de 2300 mil famílias gregas vivem abaixo da linha da pobreza) e menos da ideologia.

Será o programa do Syriza algo original? Claro que não, então em outras situações históricas de grave crise não se recorreu ao investimento público e a renegociações da dívida pública? Exemplificando: na Grande Depressão de 1929-1933 nos Estados Unidos o Presidente Roosevelt não aplicou a sua nova política económica “New Deal”, relançando a economia através de avultados investimentos públicos? e a Alemanha não foi um dos países que mais beneficiou com isso quando em 1953 as potências vitoriosas da 2ª Grande Guerra e lideradas pelos Estados Unidos perdoaram a enorme dívida alemã (derivada em grande parte das indenizações de guerra) o que permitiu que a Alemanha se tornasse na potência económica que é hoje?

TEXTO Nº 36

NÃO É O MEXILHÃO QUE PAGA A CRISE!

Antecipando o período carnavalesco que se avizinhava Passos Coelho disse aos órgãos de comunicação social que em Portugal e, cito, não é o mexilhão que paga a crise! Então vejamos a realidade bem diferente do “conto de criança” do primeiro-ministro português, relevando entre outros, dois aspectos, a pobreza (1) e a desigualdade (2) no País:

(1) Pobreza: entende-se por limiar ou linha de pobreza o rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza, o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente do país e por taxa de risco de pobreza a medida da proporção da população que auferir um rendimento inferior ao valor do limiar ou linha de pobreza.

Assim, e de acordo com recente informe sobre o inquérito ao rendimento e condições de vida dos portugueses publicado pelo Instituto Nacional de Estatística de Lisboa (INE), em Portugal e para o ano de 2013 o valor monetário do limiar ou linha de pobreza relativa em termos anuais situava-se nos 4 937 euros (face a 4 906 euros em 2012), isto é, passou de 409 euros para 411 euros mensais.

Em suma, em 2013, as pessoas que auferiram um rendimento mensal inferior a 411 euros estavam em risco de pobreza. A taxa de risco da pobreza foi em Portugal, ano de 2013, de 19,5% da população (2 milhões de indivíduos), mais 0,7% do que em 2012 e mais 1,4% do que em 2010 (antes do programa de austeridade).

Caso não considerássemos os apoios sociais ainda existentes o cenário seria ainda mais negro com 47,8% da população portuguesa em risco de pobreza. Podemos então verificar que em Portugal o risco de pobreza e de exclusão social regrediu para níveis existentes há 10 anos atrás terminando o anterior processo de melhoria nas condições de vida das pessoas verificado até 2009!

O aumento do risco de pobreza no País foi transversal a todas as faixas etárias, tendo sido maior no caso das crianças (menores de 18 anos), tendo-se passado de 24,4% em 2012 para 25,6% em 2013! Também para a população idosa a taxa de risco de pobreza agravou-se passando de 14,6% em 2012 para 15,1% em 2013.

De igual forma, o risco de pobreza foi de 40,5% da população desempregada (40,3% em 2012 e 36,0% em 2010) e, mesmo entre as pessoas que trabalharam, 10,7% encontravam-se em risco de pobreza (um aumento de 0,3% face a 2012), quer dizer, o facto de se ter um posto de trabalho não tem sido uma garantia de ausência de pobreza.

Mais grave ainda, aumentou novamente a insuficiência de recursos das famílias em risco pobreza, a chamada taxa de intensidade da pobreza, que foi de 30,3% em 2013 (contra 27,4% e 7,1% em 2012 e 2010, respectivamente). Este indicador retrata a existência de uma das seguintes situações em que vivem os indivíduos: não ter conseguido obter uma refeição de carne ou de peixe pelo menos de dois em dois dias, não ter conseguido fazer face a uma despesa imprevista no valor mensal do limiar da pobreza ou ter existido atraso no pagamento de rendas, prestações de crédito ou despesas correntes num determinado ano).

Reparemos que se se alargássemos a análise, o panorama seria ainda mais desolador uma vez que Portugal é um dos países da União Europeia (UE-28) onde a taxa de risco de pobreza é mais elevada.

(2) Desigualdade: tem-se verificado uma tendência para o aumento da desigualdade em Portugal, o que desmente mais uma vez a afirmação do primeiro-ministro português. Assim, em 2013, e ainda de acordo com o documento do INE, os indicadores usados para medir o grau de desigualdade social apontavam para a degradação constante da distribuição dos rendimentos no País.

O indicador S80/S20 que compara a proporção do rendimento total recebido pelos 20% mais ricos com os 20% mais pobres foi de 6,2 (6,0 em 2012 e 5,7 em 2010). A situação torna-se ainda mais grave se considerássemos o indicador S90/S10 que compara a proporção do rendimento total recebido pelos 10% mais ricos face aos 10% mais pobres.

(3) Nesse caso, os 10% mais ricos auferiram 11,1 vezes mais rendimentos que os 10% mais pobres (10,7 em 2012 e 9,4 em 2010).

Finalizando, em Portugal, até 2009 a pobreza e a desigualdade tinham vindo a diminuir muito à custa das políticas sociais implementadas no pós-25 de Abril, em particular, às que se dirigiram ao combate da pobreza e exclusão social, como sejam, o Complemento Solidário para Idosos (CSI), o Rendimento Social de Inserção (RSI) e as pensões sociais.

Contudo, a partir de 2010, com as duras políticas de austeridade impostas aos portugueses, com o aumento do desemprego, com os cortes “cegos” nas pensões e outros apoios sociais e com os “enormes” aumentos de impostos, a situação da pobreza e exclusão social em Portugal só tem vindo a aumentar.

É de crer que este panorama desfavorável da pobreza e desigualdade não tenha vindo a melhorar nos anos mais recentes tendo em conta, entre outros aspectos, a continuidade no fundamental das políticas de austeridade e os sucessivos escândalos financeiros que tem vindo à luz do dia e que mostram à sociedade a corrupção, evasão e fraude fiscal que continuam a acontecer no País.

Este cenário negativo quanto a evolução da pobreza e da desigualdade social não é um problema apenas português, ele é também extensível à Europa. A mudança da situação exige alterações profundas das políticas internas, bem como, da necessidade de um novo desenho da União Monetária, que permitam criar esperança e confiança num novo projeto europeu.

A mudança na Europa, exige essencialmente uma alteração do paradigma de austeridade (dominante) a favor de uma maior aposta no crescimento económico, na criação de emprego e na inclusão social.

TEXTO Nº 37

ANGOLA: A CRISE DO PETRÓLEO E O FUTURO DAS RELAÇÕES COM PORTUGAL

Das ex-colónias portuguesas em África, Angola é certamente a que tem tido ao longo do tempo uma maior afinidade e proximidade histórica, económica, cultural e de empatia com Portugal. Muitos motivos existem para que assim seja, tais como, ter sido a colónia portuguesa onde o fluxo emigratório originário da “metrópole” foi mais intenso durante o período colonial; onde se verificou apesar das condicionantes da guerra, um maior clima de dinamismo e de modernidade; ter sido ainda a ex-colónia onde se verificou uma maior miscigenação entre portugueses e angolanos e, por fim, o facto de muitos dos líderes da guerra de libertação e dos atuais dirigentes angolanos terem tido a sua formação académica, cultural e de tomada de consciência da situação colonial em Portugal.

Com o crescimento acelerado da economia angolana na última década intensificou-se as relações comerciais e económicas entre Portugal e Angola. Assim, a Angola tornou-se no parceiro líder das exportações portuguesas fora da União Europeia, concentrando 6% do total das exportações portuguesas, ou seja, 1,4 mil milhões de euros (dados entre julho e setembro de 2014). Por sua vez, as exportações portuguesas para Angola traduzem 2,5% do PIB e do emprego em Portugal.

As principais exportações portuguesas para Angola são: produtos alimentares, bebidas, equipamentos industriais e viaturas. As importações angolanas à Portugal, expressam, desta forma, uma quota de mercado de 14,7% do total, o que faz com que Portugal seja o primeiro fornecedor externo à Angola.

Quanto as importações portuguesas de mercadorias angolanas também têm vindo a registar um acréscimo significativo na última década, sendo Portugal o 11º destino das exportações angolanas (o que traduz uma quota de mercado de 2,4% do total). Angola importa de Portugal principalmente matérias-primas, minérios e petróleo refinado.

Por sua vez, e, de igual forma, se intensificaram os movimentos de investimento direto em ambos os sentidos num processo de internacionalização das empresas dos dois países. Atualmente existem cerca de 8 800 empresas a operar em Angola. O fluxo emigratório de portugueses para solo angolano de forma semelhante tem vindo a aumentar estimando-se que se encontrem no presente uns 200 000 nacionais portugueses a trabalhar em Angola.

Porém, a recente queda do preço do petróleo nos mercados mundiais tem tido efeitos perversos na economia angolana. A quebra significativa de receitas do Estado poderá fazer disparar o défice orçamental angolano para 14% do PIB em 2015, ou seja, quase o dobro do previsto inicialmente. Isto, devido, no essencial, a quebra acentuada das receitas petrolíferas – em cerca de 59%, tendo em conta uma nova referência do preço do petróleo de 40 dólares o barril contra a estimativa inicial de 81 dólares. Assim, o espectro da recessão, desemprego, alta inflação e subida das taxas de juro, se instalou em Angola.

A menor venda de petróleo no exterior, os esperados menores gastos públicos e a contração do mercado interno tem conduzido a sucessivas revisões em baixa do PIB angolano para 2015, de 9,7% inicial previsto para 7,6% do PIB (OGE-2015) e finalmente para os 6,6% (OGE-2015 Retificado). Contudo, a agência de notação financeira Fitch vai ainda mais longe apontando para um crescimento de apenas 3% naquele ano. Este facto é resultado em grande medida da forte dependência de Angola das exportações de petróleo, sendo Angola o 2º maior produtor da África subsariana.

Na verdade, a produção do petróleo e atividades conexas constituem a grande fonte de financiamento da economia angolana, representando quase 45% do PIB, mais de 98% das exportações e cerca de 76% das receitas fiscais.

Paradoxalmente, este cenário adverso até poderá trazer algumas vantagens para Angola se dele resultarem uma maior diversificação produtiva, em particular, nos sectores da agro-indústria e alimentação, indústria extrativa, tratamento de petróleo e gás natural, serviços, energia e águas, transporte e logística, tornando Angola menos dependente do petróleo. Mais investimento em infraestruturas e uma política social mais inclusiva também serão positivas para Angola.

A crise do petróleo em Angola irá com certeza afectar negativamente muitas empresas portuguesas dado ser expectável: quebras nas exportações de produtos portugueses; cancelamento de muitas empreitadas públicas; tornar-se mais oneroso o envio de salários e lucros para Portugal, etc.

Tudo isso, não são boas notícias para a débil economia portuguesa, uma vez que irá contrariar, e muito, as possíveis vantagens da descida do preço do petróleo sobre os custos de produção e os ganhos de competitividade, ou seja, “o petróleo barato vai custar caro a Portugal”.

As medidas de política económica que o governo angolano intenta adotar a fim de minorar os efeitos da redução acentuada das receitas de venda de petróleo e a menor entrada de divisas no país, estão expressos no “Orçamento Geral de Estado de Angola – 2015-Retificado”. Como vimos, todas elas de uma forma direta ou indireta terão efeitos negativos sobre as empresas e trabalhadores portugueses relacionados com Angola, destacamos:

(a) O corte de um terço do total da despesa pública com a conseqüente travagem do investimento público o que afetará adversamente a dinamização da economia angolana;

(b) O estabelecimento de quotas de importação para vários produtos alimentares e bebidas;

(c) A criação de um imposto especial sobre todas as operações cambiais para o exterior, deixando de fora apenas as que se encontrem relacionadas com o pagamento de importações de mercadorias (segundo o Expansão o maior jornal económico de Angola tal tributo especial deverá situar-se entre os 15 e 18%). As transferências privadas e de salários de Angola para Portugal que já entre janeiro e novembro de 2014 tiveram uma baixa de 14,3% face a igual período de 2013, deverão continuar com a tendência de baixa.

Concluindo, a crise do petróleo e o impacto negativo esperado na economia angolana em 2015 terá certamente efeitos adversos na própria economia portuguesa, a saber:

- 1. Nas empresas exportadoras quer pelo estabelecimento de quotas de importação para vários produtos alimentares e bebidas, quer pelo imposto especial criado sobre as transferências de divisas (do capital e do trabalho);***
- 2. Nas empresas localmente instaladas quer pelas menores vendas resultantes da contração do mercado interno angolano quer pelo maior custo de repatriamento de capitais.***
- 3. Nos trabalhadores quer pelas menores necessidades de emprego, quer pelo maior custo do envio dos salários para Portugal.***

Porém, e, mais importante, esta é uma crise cíclica, como outras. Angola com todas as suas potencialidades geográficas, de recursos naturais e de recursos humanos irá com certeza em tempo mais ou menos breve superar tal situação e poderá inclusive sair mais robustecida tornando-se uma das mais fortes economias africanas.

Também, as relações privilegiadas comerciais, económicas, culturais e de empatia entre portugueses e angolanos que sempre existiram poderão ser sempre ainda mais reforçadas. Como se costuma dizer, “o que é bom para Angola é bom para Portugal e vice-versa”.

TEXTO Nº 38

MAIS “CONTOS DE CRIANÇA”...

O governo português tem vindo a alardear, por um lado, a “saída limpa” do programa de ajustamento em que temos vivido e, por outro, que a política de austeridade em Portugal foi um caso de sucesso! Será mesmo assim? Pensamos que não, parafraseando o Primeiro- Ministro Passos Coelho estas afirmações não deixam de ser meros “contos de crianças”. E porquê? Devido aos resultados efetivos da política de austeridade adotada em Portugal, entre eles, destacamos:

- (a) Recessão económica com quebras continuadas da produção nos últimos três anos;*
- (b) Expectativas muito frágeis quanto a recuperação económica a partir de 2015;*
- (c) Existência de níveis inaceitáveis de desemprego;*
- (d) Aumento dos fluxos de emigração, nomeadamente de jovens qualificados;*
- (e) Crescimento da pobreza e da carência económica e social;*
- (f) Nível manifestamente insuficiente de investimento produtivo;*
- (g) Disparidade económica e social cada vez maior (ou seja, o diferencial de rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres);*
- (h) Aumento sucessivo da dívida pública, ao contrário do que seria de esperar tendo em conta a política de aperto orçamental que se tem prosseguido nos últimos anos.*

No presente, apenas dois pontos poderão ser vistos “a partida” como algo favoráveis à Portugal: primeiro, o grande aumento de liquidez (dinheiro) na Zona Euro, a chamada “bazuca monetária”, resultado da nova política monetária expansionista do Banco Central Europeu (BCE), nomeadamente através da compra de títulos da dívida pública soberana dos países periféricos nos mercados secundários.

Este facto tem conduzido a descidas para mínimos históricos das taxas de juro na Zona Euro, tornando o financiamento externo de Portugal (e outros Estados-Membros) e o crédito interno mais acessível; segundo: em consequência do aumento da oferta de euros e a relativa debilidade da economia europeia assiste-se a uma significativa desvalorização cambial do euro, em particular, face ao dólar americano, fazendo com que os produtos europeus (e portugueses) se tornem, mais competitivos no comércio mundial.

Porém, tudo isso tem de ser analisado com a devida prudência: primeiro, porque, por um lado, apesar das descidas das taxas de juro em vigor, nada garante que o crédito interno aumente devido as baixas expectativas de consumidores e produtores e, por outro, a verdade é que apesar dessas descidas e paradoxalmente a dívida pública portuguesa tem continuado a sua trajetória de aumento; segundo, essas descidas das taxas de juro, como vimos, tem sido resultado não de uma melhoria sólida da economia portuguesa, que não existe, mas sim, da atual política monetária expansionista do BCE; terceiro, cerca de 80% do comércio externo da economia portuguesa faz-se com seus parceiros da Zona Euro tirando assim grande parte da relevância da desvalorização cambial.

Mais, muito recentemente outro acontecimento vai nessa mesma direção, mostrando que Portugal ao contrário do que o governo diz, nem se livrou da vigilância externa, nem da possibilidade de lhe ameaçarem porventura com novas medidas de austeridade...

Aliás, o elo mais fraco da cadeia dos países com maiores dificuldades na zona Euro depois da Grécia é precisamente Portugal, que assim poderá voltar a ver-se “intervencionado”.

Não será caso para dizer que deveríamos de ser mais solidários com os gregos e não tanto subservientes à Alemanha.

Portugal continua, desta forma, a estar submetido ao “protetorado” externo. Vejamos, a título exemplificativo, o que se passa com o Orçamento Geral do Estado para 2015 (OGE 2015), em que o governo aponta para um défice orçamental de 2,7% do PIB, o que se acomodava às regras definidas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (Tratado da União Europeia, 1992; Conselho Europeu, 1997) vigente na zona Euro, uma vez que se encontraria abaixo da fasquia de 3% do PIB exigido e escapando assim aos chamados “procedimentos por défice excessivo”.

Não é esta contudo a percepção dos Ministros das Finanças da Zona Euro ao virem apontar para um défice orçamental português “excessivo” de 3,2% naquele ano, segundo eles em razão das previsões de aumento da dívida pública e do fraco crescimento económico em Portugal.

Assim, o Conselho Europeu passou a ameaçar de novo Portugal com a aplicação de “procedimentos por défice excessivo”, quer dizer, de mais austeridade (situação que seria extensível também a França, Itália, Croácia e Bulgária).

Portugal seria, então, de novo colocado sob apertada vigilância do Conselho Europeu, não se excluindo, bem pelo contrário, a imposição de mais medidas de austeridade.

A própria Ministra das Finanças portuguesa, Maria Luís Albuquerque como vem sendo seu costume, vem dar uma “no cravo e outra na ferradura” ao afirmar da sua certeza no cumprimento da meta orçamental dos 2,7%, mas adiantando que “ajustará a estratégia orçamental se for necessário”, eufemismo que quer dizer mais austeridade.

Ora, em jeito de conclusão e por todos os motivos explanados anteriormente consideramos:

(1) A política de austeridade excessiva imposta pela “troika” (FMI, BCE e Comissão Europeia) e seguida com extremo zelo pelo governo PSD/CDS-PP, aponta para o seu fracasso.

(2) Portugal tem estado e, se nada se alterar, continuará a estar sob um permanente “escrutínio externo”, podendo sempre sofrer ameaças de mais austeridade. Aliás, têm sido aprovadas medidas de reforço do poder da Comissão Europeia quanto à sua intervenção nas políticas económicas dos países participantes no Euro, uma forma clara de limitar ainda mais as soberanias nacionais e de potencializar um registo de austeridade permanente.

Na verdade, se após o escrutínio da Comissão quanto às políticas económicas adotadas pelos governos, ela concluir que são indispensáveis a tomada de novas ações preventivas ou corretivas, poderá propor ao Conselho Europeu que proceda a recomendações aos países “faltosos”, nomeadamente no que se refere a adoção de novos programas de ajustamento, ou seja, de mais austeridade!

TEXTO Nº 39

GLOBALIZAÇÃO, PORTUGAL E VISÃO ALTERNATIVA

Tenho o hábito de muitas vezes reler livros abordando assuntos que considero de particular interesse. Foi o que sucedeu com a obra de autoria do professor e amigo Carlos Pimenta intitulada “Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição” (Campo da Comunicação, Lisboa, 2004). Apesar de lançada há alguns anos a sua visão alternativa na explicação da globalização atual continua a ser atualíssima.

Mais, traz-nos as razões de acontecimentos mais recentes como a “crise financeira e económica global de 2008” e, os seus reflexos em Portugal.

A globalização é um processo complexo onde uma infinidade de eventos e agentes se interagem sem que nenhum é independente ou autónomo dos restantes, ação e retroação recíprocas, o todo (contexto histórico, formas de organização, usos, costumes, etc.) integrado em cada uma das suas partes (num evento, num comportamento) e estas sendo mais que elas próprias uma construção do todo.

A teoria das probabilidades diz-nos que variações infinitesimais nas partes sempre se possam refletir fortemente na situação global, induzindo o surgir de novas configurações.

Porém, para se entender a globalização para além do superficial é essencial a noção de “valor”, ele próprio um conceito “errante” e multifacetado. No “valor” das coisas achamos a importância que lhe atribuímos através da sua utilidade, na satisfação que proporcionam, nos sentimentos que nos despertam e por vezes nos sacrifícios que nos exigem.

A “globalização” e os “valores” devem ser vistos como elementos dessa totalidade em transformação cujos resultados finais estão em aberto. Não é possível da análise isolada daqueles conceitos extrair conclusões sobre o processo histórico em que vivemos.

Como refere o autor citado: “À luz de novos conhecimentos científicos, as velhas problemáticas da relação Homem-Sociedade, estrutura-conjuntura, determinismo-livre arbítrio, massas-elites, renascem na apreciação do processo de que somos todos assistentes, atores, encenadores e escritores”.

Em suma, podemos inferir que se a “globalização” é o que diremos ser, se os “valores” são o que consideramos serem, então, encontram-se em rota de colisão. É o que a História nos mostra e, desta forma, poderão existir desvios de trajetória de um ou outro, poderá existir manobras muito diversas de mudança de rumo ou poderá existir choque frontal e, com isso, “o rumo da globalização no futuro continuará em aberto...”

Quais então as principais características da globalização atual?

- (1) A globalização é uma fase do capitalismo, onde a produção de mercadorias (ou seja, de bens cuja finalidade é a troca, e não, como em fases históricas anteriores, o seu consumo por quem as produziu). Com a globalização essa mercantilização alcançou valores nunca antes verificados.**

A quantidade e velocidade de bens produzidos e trocados e o espaço geográfico-social em que tal sucede aumentaram de forma muito significativa. Muitos bens tradicionalmente vistos como coletivos, públicos, sociais – com acesso tendencialmente gratuito aos cidadãos, privatizaram-se, tornando-se de acesso restrito e integrando-se na categoria de mercadorias;

- (2) A propriedade privada dos ativos de produção, fortemente associado à característica anterior não só manteve a ideologia da propriedade privada como a alargou substancialmente, nomeadamente com a ampliação da informação, a maior extensão do espaço geográfico da sua difusão e uma crescente quantidade e diversidade de mercadorias inerentes à inovação tecnológica associada a concorrência mundial.**

Contudo, esta maior liberdade de escolha também traz consigo manifestações contrárias à globalização, quer pelos impactos sobre o emprego, quer pela alteração da correlação de forças económicas-sociais, quer pela standardização, quer ainda pelo agravamento das desigualdades na distribuição do rendimento;

(3) A apropriação privada dos ativos de produção implica que grande parte dos indivíduos tenha de exercer uma atividade gerida por outrem, auferindo por contrapartida uma remuneração, um salário. Passamos a ter um “mercado de trabalho”, a obrigatoriedade de “vender a força de trabalho” e a existência de mão-de-obra/capital humano.

Com a globalização aconteceram profundas mudanças no funcionamento desse “mercado de trabalho” e nas relações contratuais entre “patrões” e “trabalhadores” mantendo-se contudo no essencial a relação social do capitalismo.

Quanto maiores forem os salários, maior será o consumo e o mercado de muitas empresas. Sendo, à partida, útil para o capitalismo a existência de salários altos, porém, tal não sucede como regra porque se as empresas remuneram melhor, então, uma maior parte do valor acrescentado/rendimento retido por elas será entregue aos seus trabalhadores, ficando menos lucros para os empresários.

Ou seja, ao capital prevalece o interesse de salários baixos e o sistema é caracterizado pela luta pela “desvalorização” dos salários: preconiza a baixa salarial, a existência de taxa de desemprego relativamente elevada que tornem mais fácil a rotação de trabalhadores e uma maior “disciplina” no trabalho.

De igual forma, temos salários inferiores para as mulheres exercendo iguais funções, utilização de emigrantes, “flexibilização” da legislação laboral, aposta no enfraquecimento sindical, etc.

Passemos agora a abordar o aspecto central da globalização atual que é o da “financiarização” da economia mundial e nacional, ou seja, da cada vez maior dependência seja da política seja da economia face ao poder financeiro mundial.

De uma maneira geral, entendemos por atividades financeiras todas as que se relacionem direta ou indiretamente com o crédito. Como a maior parte da moeda em circulação na atualidade é criada através das operações de crédito “moeda bancária”, as atividades monetárias são muitas vezes incluídas nas ditas atividades financeiras, tornando muito abrangente a diversidade de operações catalogadas como atividades financeiras.

A globalização tem conduzido a uma extrema mobilidade de capitais o que tem feito com que se dilua a diferenciação entre capital financeiro nacional e capital financeiro mundial, criando-se mesmo um verdadeiro “mercado financeiro mundial” ao mesmo tempo que se acelera a circulação da informação e a realização das operações financeiras (onde o papel dos sistemas informáticos é vital).

De igual forma, tem feito diminuir o rácio entre os capitais próprios garantia de solvabilidade (para fazer face a qualquer eventualidade) e o volume de empréstimos e outras aplicações bancárias. Ora, foi a redução desse rácio de “solvabilidade” no sistema bancário que gerou um acentuado desequilíbrio entre dinheiro imobilizado e crédito movimentado que deu origem a “crise financeira e económica global” de 2008” e cujos efeitos ainda são sentidos mais ou menos à escala planetária.

Portanto, a globalização trouxe a aceleração do processo de mundialização que tem vindo a fazer-se pela conjugação, quase unificação, dos mercados financeiros e pelos efeitos que estes têm sobre a economia real/produtiva. Essa globalização traduzida pela “financiarização” da economia mundial só é assim porquê é altamente lucrativo para o grande capital internacional.

Mas, apresenta contradições dado ser o sector financeiro um sector improdutivo no sentido de que não cria real riqueza, valor novo ou valor acrescentado e rendimento, de mais-valia. Sendo lucrativo mas não sendo produtivo; apropriando-se do rendimento sem o criar; apropriar mais-valia sem gerá-la, conduzirá necessariamente a crises financeiras e económicas cíclicas à escala global.

E quanto a Portugal? Não será tudo o que foi explanado anteriormente aplicável ao país nos últimos anos? O que traduz na verdade a imposição externa e do governo de “programas de ajustamento/austeridade” aos portugueses?

Não se tem registado políticas centrais de “desvalorização” do trabalho, tais como, cortes sobre cortes de salários e pensões, altas taxas de desemprego, ataques aos direitos sociais, “flexibilização” da legislação laboral, enfraquecimento sindical, emigração elevada (mormente de jovens qualificados), surgimentos de sucessivos escândalos financeiros e bancários, impunidade, etc.

Qual será, então, a evolução futura da globalização? A resposta é difícil de dar. O que podemos dizer é que tudo dependerá da agudização das contradições inerentes à globalização e “financerização” da economia mundial e do choque com os “valores” éticos, económicos e sociais à medida que aumente a tomada de consciência da situação por parte das populações. Tudo isso deverá ser global e levará certamente o seu tempo.

TEXTO Nº 40

POR FALAR EM DIREITOS HUMANOS...

A taxa de desemprego é a taxa que mede a relação entre a população desempregada e a população ativa. Por população desempregada entende-se todos os indivíduos com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos (a população ativa) que, para um dado período de referência (mês, trimestre, ano): não tinha trabalho remunerado ou outro; tinha procurado ativamente um trabalho, remunerado ou não, no período de referência ou nas três semanas anteriores; estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

Em Portugal as últimas estimativas oficiais (INE-Lisboa) registam para fevereiro/2015, uma taxa de desemprego de 14,1% (719,6 mil pessoas).

Será oportuno, a propósito, apontar desde logo dois pontos, por um lado, há uma interrupção da tendência de descida (embora ligeira) da taxa de desemprego desde novembro de 2014 (14,9%), uma redução de 0,8% e, por outro, há um aumento da taxa de desemprego face ao mês anterior (13,8%), mais 0,3%.

Mais preocupante, contudo, em fevereiro/2015, a taxa de desemprego dos jovens (entre os 15 e os 24 anos) ascendeu aos 35%, uma subida de 0,5% face ao mês anterior e uma das taxas mais elevadas na Zona Euro.

Por população empregada entende-se o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência:

(a) Tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora mediante o pagamento de uma remuneração;

(b) Tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço;

(c) Tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica e (d) estava em situação de pré-reforma a trabalhar.

Em Portugal, para fevereiro/2015 tínhamos uma população empregada na ordem das 4 399,9 mil pessoas, o que significa uma redução de 0,3% face ao mês anterior (menos 11,1 mil pessoas).

Além disso, o número de empregos em Portugal (4,4 milhões) é inferior ao número de empregos registado antes de 2011 (acima de 5 milhões).

O que nos pode mostrar esta evolução recente do desemprego na economia portuguesa? Mais, continuando a ser uma taxa de desemprego oficial (14,1%) inaceitável, porque é que o problema assume contornos mais dramáticos se considerarmos a realidade tal como ela é?

Duas observações principais:

(1) Em primeiro lugar, devemos atender que o tipo de desemprego não é todo igual. Duas categorias de desemprego são fundamentais:

(a) Desemprego cíclico, o que deriva do efeito de uma recessão económica, é involuntário e acontece quando a economia está a funcionar abaixo do produto potencial (de pleno-emprego), ou seja, o desemprego efetivo é superior ao desemprego natural (de pleno emprego). Pelo contrário, em fases de expansão económica reduz o desemprego cíclico, dado que a produção efetiva é superior ao produto potencial (de pleno-emprego), ou seja, o desemprego efetivo é inferior ao desemprego natural (de pleno emprego);

(b) Desemprego estrutural, o que resulta dos desfasamentos entre os tipos de procura e o da oferta de trabalho. Este tipo de desemprego pela sua maior persistência cíclica é o mais preocupante, exigindo no seu combate vontade política de mudança com a adoção de medidas de política económica de carácter estrutural, visando o aumento da qualificação profissional, o estancamento da “sangria” da emigração (em particular, dos jovens licenciados), o aumento da produtividade da economia, a maior eficiência na gestão das empresas, a desburocratização e

melhor organização do estado e, por último, mas não menos importante, apostando na educação, investigação e conhecimento e na prossecução de projetos de investimento estratégicos (públicos e privados) tendo em vista o crescimento económico sustentado (a longo prazo).

Assim, a anunciada recuperação da economia portuguesa merece alguns reparos, por um lado, por continuar a estar muito dependente da evolução (ainda muito incerta) da conjuntura económica mundial e, por outro, porque as previsões de crescimento económico ainda são muito anémicas para qualquer visão muito otimista.

É verdade que este crescimento económico ligeiro poderá atenuar em pequena medida o desemprego cíclico, mas, tal não acontece com o problema maior da economia portuguesa que é o elevado nível do desemprego estrutural (atualmente nos 10%) e, em grande medida, fruto da política de austeridade excessiva e sucessiva que tem vindo a ser adotadas no País nos últimos anos.

(2) Em segundo lugar, a explicação para a mudança na tendência de descida ligeira da taxa de desemprego oficial desde novembro de 2014 deve-se, em grande parte, ao facto de estar a findar as medidas governamentais tomadas em plena crise de aposta em estágios e cursos de formação e alguns outros programas do género.

Também será relevante considerar a redução da emigração para Angola devido a “crise do petróleo” naquele país, o que tem obrigado ao regresso ou a não renovações de vistos de entrada para milhares de trabalhadores portugueses. Para além disso, como vimos, a fraca evolução da economia portuguesa em 2013 e 2014, justifica que o aumento do emprego tenha estado muito aquém do desejado, tendo sofrido mesmo uma redução de 0,3%, em fevereiro/2015.

Porém, podemos afirmar que a realidade do desemprego em Portugal apresenta contornos muito mais dramáticos do que os revelados pelas estatísticas oficiais. Porquê?

Porque são cada vez mais:

(a) Os “subempregados involuntários”, ou seja, as pessoas que trabalham poucas horas mas querem trabalhar a tempo integral, de que é exemplo, os programas de estágio remunerado ou não, mas sempre precário, muito ao gosto do governo. Diga-se, a propósito, que em Portugal em dez novos postos de trabalho seis deles são meros estágios;

(b) Os “desempregados desencorajados”, isto é, os desempregados de longa duração (a mais de um ano) que desistem de fazer diligências para encontrar emprego; (c) os “novos emigrantes” que se vem forçados a emigrar por falta de trabalho no País.

Ora, de acordo com recente informe do Observatório das Crises e Alternativas os valores do desemprego na prática, efetivo ou não oficial no País excederam largamente os números do desemprego oficial. A taxa de desemprego na prática, efetiva ou não oficial em Portugal segundo aquele Observatório das Crises situar-se-ia nos 29% da população ativa!

Ora, a Declaração dos Direitos do Homem (ONU) refere como um direito humano fundamental, o direito ao emprego e a condições de vida dignas para os trabalhadores. Será isto o que sucede em Portugal?

TEXTO Nº 41

PROPOSTAS DO GOVERNO (PSD/CDS) E DO PARTIDO SOCIALISTA (PS): DIFERENTES OU NÃO TANTO?

O governo de maioria PSD/PP e o seu Programa de Estabilidade (2016-2019) vem de novo atingir os elos mais frágeis da sociedade de mercado em que vivemos, os trabalhadores em geral e os reformados e pensionistas, em particular. Argumenta para isso com a necessidade, por um lado, de redução dos custos laborais (e pretensa melhoria da competitividade externa da economia) e, por outro, de garantir a sustentabilidade do sistema de Segurança Social.

Sendo assim, quem “pagaria” a fatura de uma maior e mais acelerada “consolidação orçamental”, ou seja, redução dos défice e despesas públicas, não seriam certamente as empresas (capital), mas sim e, mais do mesmo, os trabalhadores quer estejam no ativo ou não. Em relação a estes últimos (reformados e pensionistas) depois de uma vida inteira de trabalho e de descontos para a Segurança Social e almejando expectativas de uma velhice mais segura e tranquila.

Assim, o governo de Passos Coelho voltou a carga defendendo a descida da TSU (Taxa Social Única) das empresas (atualmente em 23,75%) em 7 pontos percentuais. Acerca disso e não só, deixamos ficar agora alguns pontos para reflexão:

Primeiro, após a tentativa falhada anteriormente, devido a forte oposição popular (grandes manifestações de rua em finais de 2012) e o risco de “chumbo” no Tribunal Constitucional, de descida da TSU das empresas feita à custa de igual aumento da TSU dos trabalhadores (atualmente em 11%), o governo PSD/PP vem, como referimos, retomar a ideia da descida da TSU das empresas. Será que tal redução é central para a melhoria da competitividade externa através da redução dos custos do trabalho?

Ora, a verdade é que a TSU representa apenas cerca de 4% dos custos laborais das empresas, um valor muito pouco significativo, sendo muito mais relevante na formação dos custos de produção das empresas outros factores, tais como, a qualificação profissional dos trabalhadores, a eficiência da gestão das empresas, a burocracia estatal e os custos com a energia.

Segundo, podemos considerar injusto e economicamente inadequado a proposta do governo, quer de devoluções graduais dos salários nominais da função pública (20% ao ano, até 2019), quer a proposta de descida também gradual da sobretaxa do IRS sobre as famílias (apenas 0,875% por ano, até 2019), isto quando, pelo contrário, intenta, por um lado, avançar com uma enorme descida das contribuições do sector energético (em 50%, deixando mesmo de existir em 2018) e, por outro, aliviar as tributações das transações de imóveis (IMT) e sobre o lucro das empresas, IRC (21% atuais para 17% em 2019).

Terceiro, o corte de 600 milhões de euros nas pensões, na verdade, se destinaria não tanto para garantir a sustentabilidade do sistema da Segurança Social, mas sim, para financiar a redução do TSU das empresas, contrariando, a ideia do governo de que o aumento esperado do produto (e do emprego), traria os fundos suficientes para compensar àquela redução da TSU das empresas.

Contudo, para que tal suceda, e como sabem os estudantes de Economia há uma regra económica geral e aproximada que relaciona o mercado de trabalho com o mercado dos produtos finais e que leva o nome do seu autor, a “Lei de Okun”, que diz que para se baixar a taxa de desemprego em 1% seria necessário que o PIB efetivo crescesse na ordem dos 2 a 3%!

Quarto, quer se atenda as condições externas: apesar de alguma retoma mundial ela ainda é muito débil e os juros tenderão a aumentar mais cedo ou mais tarde, quer se considere as atuais condições internas: ainda fraco crescimento económico, impacto negativo na economia de uma possível subida das taxas de juro no futuro e a elevada quebra e ainda débil recuperação recente do investimento produtivo.

É, assim, ainda pouco seguro afirmar que estão criadas as condições para a breve trecho existir um ambiente favorável ao crescimento económico sustentado (e do emprego).

Concluindo, se assim for, se o crescimento económico for insuficiente então o corte nas pensões irão certamente “pagar” a descida da TSU das empresas proposta pelo governo.

Quinto, paradoxalmente, o primeiro-ministro Passos Coelho referiu há pouco tempo, e passamos a citar: “precisamos como de pão para a boca de aumentar o investimento e criar o emprego”, não seria então de perguntar porque o seu governo efetuou um corte de 700 milhões de euros de investimento público e isso apenas para o ano de 2014.

Mais recentemente, o Partido Socialista (PS) publicitou um estudo sobre as políticas económicas que julga adequadas e o consequente cenário macroeconómico esperado para o futuro. Pretende ser uma proposta diferenciadora e alternativa à proposta do governo de mais austeridade para os próximos tempos. Em traços gerais, a proposta do PS pretende:

- (a) Uma recuperação mais rápida dos rendimentos das famílias subtraídos nos anos de austeridade, através da reposição mais acelerada dos salários da função pública, da eliminação mais rápida da sobretaxa do IRS até 2017 (em vez de 2019, do governo) e do corte da TSU dos trabalhadores (gradual, em 4% até 2018 e, apenas para trabalhadores com menos de 60 anos).*

Procurar-se-ia, assim, estimular a procura interna, nomeadamente o consumo das famílias permitindo um crescimento económico mais intenso até 2019 (face à proposta do governo). Porém, e uma reserva, nada aparentemente é dito quanto ao investimento público, componente estratégica de um projeto de recuperação económica;

- (b) Reforçar a competitividade e apostar mais nas exportações. Isso se faria, sobretudo, pela descida do TSU (em 4%) das empresas apenas para os trabalhadores com contratações sem termo, apesar de congelar o IRC (imposto sobre os lucros das empresas) nos atuais 21%;*

(c) Uma maior justiça social (Portugal é um dos países onde a população em risco de pobreza mais aumentou, dados de 2014) e, para tal, propõe-se um crédito fiscal para trabalhadores com salários muito reduzidos e o reforço ou reposição de benefícios sociais, RSI, CSI e abono de família.

Desta forma, o PS aponta para um cenário macroeconómico mais otimista (do que o da proposta do governo), gerador de um ciclo virtuoso onde se dá prioridade ao crescimento económico (e a descida do desemprego) mais rápido e sustentável. Para isso, seria menor o ritmo do ajustamento do défice e dívida pública. Sendo uma proposta mais arrojada não deixa de comportar alguns riscos:

(1) Pelo facto da alavanca da recuperação económica ser, prioritariamente, via estímulo da procura interna (consumo das famílias) o que poderá gerar no futuro desequilíbrios económicos, em particular, nas contas externas do País (via maiores importações de bens e serviços);

(2) Às reduções da TSU põem problemas de uma ainda maior “descaracterização” do sistema de Segurança Social e do seu financiamento. É que as receitas compensatórias estabelecidas pela proposta do PS para o sistema de Segurança Social, deixarem de ser autónomas, específicas, como até aqui e, por outro, por se estar a trocar o certo pelo incerto, dado que essas receitas compensatórias dependerão de muitas variáveis, tais como, do ritmo do crescimento económico, da cativação em 1% por ano do IRC das empresas, da criação de um novo imposto sobre as grandes heranças e da penalização sobre as empresas com rotação excessiva de trabalhadores (com maior precariedade laboral);

(3) Torna a Segurança Social muito dependente do Orçamento Geral do Estado; (4) descida da TSU dos trabalhadores podem induzir reduções das pensões dos trabalhadores agora ativos no futuro para garantia da sustentabilidade financeira do Sistema de Segurança Social!

Concluindo, temos duas propostas com medidas bem diferentes, porém, nota-se alguns aspectos onde há mais semelhanças do que divergência. Assim, pontos como a reposição dos salários da função pública ou a eliminação da sobretaxa de IRS diferem apenas pelo ritmo da medida do que da medida em si (mais rápido no caso do PS).

Também, a reposição de alguns benefícios sociais ou as alterações no imposto municipal sobre transações (IMT) embora diferentes não assumem rupturas evidentes.

Quanto aos aspectos mais diferenciadores da proposta do PS face à proposta do governo, estão o seu carácter mais social, a lógica de menos austeridade e de uma maior ambição em termos de crescimento económico e descida do desemprego, a redução do IRC prevista no programa do governo e que o PS pretende travar e, por fim, a descida da TSU que no governo é mais abrangente e com “enormes” custos em termos de cortes das pensões atuais (600 milhões de euros, já em 2016), enquanto o projeto do PS pretende uma redução temporária da TSU dos trabalhadores (4% até 2018 e apenas para trabalhadores com menos de 60 anos), mas, com restauração gradual da TSU ao longo do tempo da taxa atual (recuperando os atuais 11%), porém, essa redução da TSU dos trabalhadores na poderá levar a uma redução das pensões futuras dos trabalhadores no ativo.

Por sua vez, a descida TSU das empresas (4% até 2018) proposta pelo PS é apenas aplicável no caso dos trabalhadores com contratos permanentes.

Em ambos as propostas (governo e PS) é criticável a nosso ver em termos de sustentabilidade do sistema de Seguranças Social, porque a mexida da TSU quer dos trabalhadores quer das empresas retiram autonomia e especificidade a essas receitas como e as receitas alternativas propostas não serem controláveis e incertas por natureza.

Em suma, a proposta do governo PSD/PP aponta para mais rápida “consolidação orçamental” à custa de um menor de crescimento económico (e descida do desemprego), enquanto, a proposta do PS prioriza o crescimento económico (e a descida do desemprego) mas à custa do ajustamento orçamental. Contudo, em ambos os casos, segue-se as regras “excessivas” do Tratado Orçamental da União Europeia e nada é referido quanto à necessidade de reestruturação da dívida de Portugal.

TEXTO Nº 42

BOM ANO NOVO NA ECONOMIA PORTUGUESA?

Talvez, Caso:

- Portugal não venha a precisar de um segundo resgate ou de um qualquer programa cauteloso. Porém, se isso for inevitável, que ao contrário do sucedido até aqui, as autoridades portuguesas tenham vontade política de negociar as ajudas externas destinadas ao financiamento da economia em condições mais vantajosas para o País (nomeadamente quanto aos juros e prazos). Ou seja, que não ponha em causa a urgente necessidade de haver um crescimento económico sustentado (a médio e longo prazo), gerador de riqueza e emprego e que possibilite ao mesmo tempo o pagamento dos encargos da dívida pública no futuro sem comprometer as gerações mais novas.

- Portugal que tem estado sujeito a um austero programa de ajustamento venha a beneficiar da criação de títulos obrigacionistas emitidos e garantidos pela União Monetária Europeia (UME), os chamados “eurobonds”, o que permitiria um acesso mais facilitado ao crédito externo e mais baixas taxas de juro (por eventuais intervenções do BCE no mercado secundário obrigacionista).

- Prevaleça a ideia de que a austeridade “excessiva” não funciona nem para reduzir a dívida externa nem para a recuperação económica.

Assim, apesar das recentes previsões favoráveis na produção e no desemprego no País, elas mostram, contudo, limitações sérias. Por um lado,

porque traduz uma retoma pífia devido fundamentalmente a um melhor desempenho das nossas exportações que, contudo, são uma

componente da despesa que o País não controla. Pelo contrário, o mesmo não se pode falar da procura interna que tem vindo a evoluir de

forma negativa quer quanto ao consumo das famílias quer quanto ao investimento produtivo. Por outro lado, a redução da taxa de

desemprego ficou-se a dever, e muito, a intensa vaga de emigração nos últimos anos (em particular, de jovens muitos deles com elevadas

qualificações). Em consequência, o quadro económico português tem vindo a degradar-se com uma notória perda de capital humano

e de recursos produtivos, com efeitos negativos significativos no produto potencial português.

- Se trave desvalorização do trabalho inicialmente com um aumento do salário mínimo nacional nos termos acordados em sede de concertação

social. Se a isso juntarmos algum alívio nos IRS e IRC certamente que se criará condições para crescimento do poder de compra interno e

estímulo à produção nacional.

- Se avance para uma união bancária na área do euro de forma a regular a actividade do sector e garantir a necessária solvabilidade,

estabilidade e confiança no sistema bancário e financeiro.

- Haja determinação a nível europeu para se redesenhar a UME tornando-a mais voltada para a geração de emprego e para o crescimento

económico sustentado no conjunto da área do euro.

- A Alemanha se consciencialize que tem vindo a ser a principal beneficiária do euro:

(1) Porque a moeda única foi feita à imagem e semelhança do antigo marco alemão (moeda forte e estabilidade dos preços como meta prioritária de política económica);

(2) Como fruto da aplicação após a reunificação alemã de políticas de desvalorização interna, nomeadamente da redução dos custos salariais, o que permitiu o

aumento da competitividade externa alemã;

(3) Pelo facto dos bancos alemães terem inundado de liquidez o sistema bancário na área do euro (beneficiando-se assim de elevados lucros).

Esta facilidade de crédito na área do euro (Portugal incluído) levou ao aumento das exportações alemãs por maior poder de compra dos outros países europeus ao mesmo tempo que se verificava um forte

endividamento de famílias, estado e empresas. Os superávites comerciais da Alemanha foram assim necessariamente feitos à custa dos persistentes défices da balança de pagamentos dos outros países, mormente

dos países periféricos (Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda, etc.)

A propósito, deste aparente paradoxo citamos o economista americano Joseph Stiglitz: “não podem ter todos excedentes, por definição”.

- As recentes medidas do Banco Central Europeu (BCE), em particular, um novo programa de compra títulos de dívida pública soberana de

países em dificuldades quanto a sua dívida externa conhecido pela sigla OMT (Outright Monetary Transactions) continue a funcionar no

futuro de forma a que as expectativas dos mercados financeiros sejam no sentido de que os países do euro teriam no BCE um escudo

protector e, por consequência, países em dificuldade, como Portugal, poderiam financiar a sua dívida directamente junto ao BCE e isso levaria

a uma redução das taxas de juro exigidas pelos financiadores externos.

TEXTO Nº 43

KEYNES: NÃO À AUSTERIDADE, SIM AO CRESCIMENTO ECONÓMICO

A “Grande Depressão de 1929/1933” iniciada nos Estados Unidos com o colapso bolsista, falências de empresas e famílias em série, quebra acentuada do produto “PIB” (20%), elevação do desemprego (25%) e depois propagada à escala mundial, tornou-se num marco histórico, pois, até então, dominava na economia as teses “clássicas ou liberais”, que defendiam as “virtudes” da economia de mercado livre (sem intervenção do Estado) ao permitir automaticamente o equilíbrio económico e o crescimento económico estável.

Para os “clássicos ou liberais”, o livre jogo da oferta e da procura no mercado garantiria o pleno ajustamento entre quantidades oferecidas e quantidades procuradas de bens no mercado. Funcionaria o que designam por “sistema de preços” (a “mão invisível” de Adam Smith): se a oferta fosse maior que a procura, o preço baixaria e a quantidade transacionada aumentaria.

Pelo contrário, se houvesse escassez da oferta face a procura, o preço subiria e a quantidade transacionada diminuiria. Ao Estado competiria exercer apenas funções mínimas, necessárias a reprodução do sistema: defesa nacional, polícia, bombeiros, justiça, etc.

Esta perspectiva “clássica ou liberal” foi, porém, fortemente posta em causa à luz da “Grande Depressão”, na medida em que não se assistiu ao funcionamento dos “mecanismos de reequilíbrio automático do mercado”, mas, pelo contrário, o que se verificou foi que as economias tanto dos Estados Unidos, como Mundiais se afundavam cada vez mais.

É em tal contexto, que surge o economista inglês John Maynard Keynes, cuja abordagem económica seria determinante na ultrapassagem da “Grande Depressão” e que influenciará decisivamente toda a teoria e política económica até aos dias de hoje.

Keynes analisou criticamente os “clássicos ou liberais”, apontando, desde logo, para o facto da economia de mercado livre não garantir, à partida, nem o equilíbrio económico, nem o crescimento económico estável.

Ao invés, defende que a economia de mercado livre conduziria necessariamente ao desequilíbrio económico e ao crescimento económico instável (sob a forma de flutuações ou ciclos económicos). Ainda, para Keynes, às fases de expansão económica se seguiriam fases de recessão económica mais ou menos graves, com todo o seu rol de negatividades: quebra do produto “PIB”, elevação do desemprego, extensão da miséria, aumento da violência doméstica, da toxicodependência, da criminalidade, etc.

Foram, assim, as receitas económicas preconizadas por Keynes que permitiram aos Estados Unidos (e, mais tarde mundialmente) sair da “Grande Depressão”, através da aplicação do Novo Programa Económico “New Deal”, do Presidente Roosevelt, que apostou na realização de avultados projetos de investimento público: barragens, estradas, ferrovias, portos, pontes, etc.

Após à IIª Grande Guerra, o seguimento das teses inspiradas em Keynes permitiram obter, nomeadamente na Europa, estabilidade e progresso económico e social (as “décadas douradas, anos 50 e 60 do século XX).

Contudo, tudo se alterou com o regresso em força das teses “clássicas ou liberais” (“neoliberalismo”) defensoras da globalização financeira e da desregulação dos mercados, devido, em grande parte, ao aparecimento dos “choques petrolíferos” (1973 e 1979), que originaram uma profunda recessão económica e elevada inflação mundial (estagflação).

Em suma, Keynes foi um crítico dos “clássicos ou liberais”, defendeu, que em períodos de crise económica, o Estado deveria ter um papel central na recuperação económica e na geração do emprego, intervindo na economia do lado da procura interna, em particular, via investimento público.

Este investimento de arranque provocaria efeitos multiplicadores no próprio sector de bens de consumo, o que induziria mesmo a mais investimento privado. Tudo isso possibilitaria a saída da crise económica, ao relançamento económico e a criação de emprego e, assim, alguns autores falam de uma verdadeira “revolução keynesiana”.

Porém, tal só deve ser entendida como ruptura com as teses “clássicas ou liberais”, nomeadamente quanto ao papel do Estado na estabilização económica.

É bom de ver que Keynes nunca deixou de ser um apologista da economia de mercado, capitalista, ao considerar que os mecanismos de mercado poderiam por si só reconduzir ao reequilíbrio económico face a choques adversos, mas isso, poderia levar o seu tempo, agravando os efeitos nefastos das crises económicas.

Quer dizer, a sua teoria de intervencionismo do Estado seria “valiosa” para evitar a possibilidade de eclosão de revoluções sociais e anticapitalistas. Citemos, a propósito, o historiador austríaco Stefan Zweig que refere: “Keynes quis ser o médico do capitalismo, Marx (Karl Marx) quis ser o seu coveiro”.

Keynes também não preconizou a existência de défices orçamentais “permanentes”, para ele, na fase expansionista do ciclo económico gerar-se-ia espontaneamente “excedentes orçamentais” por aumentos das receitas de impostos e redução das despesas públicas (sociais).

Esta “poupança do Estado” serviria, então, para financiar mais tarde, o “défice orçamental” necessário para a saída da fase de recessão económica.

Vem tudo isso, a propósito do recente lançamento em Portugal do livro de P. Temin e D. Vines com o título “Keynes: Uma Teoria Útil à Economia Mundial” (D. Quixote, 2015), onde se procede a uma narrativa interessante sobre a opinião crítica do pensamento de Keynes quanto a política de austeridade e, bem como, as medidas de política económica alternativas que proporia.

Ora, no quadro da crise económica e financeira mundial iniciada em 2008, a resposta europeia à chamada “crise das dívidas públicas soberanas” (2010), provocada, desde logo, pelo financiamento público à recapitalização da banca, tem consistido numa estratégia dual, combinando uma política agressiva de austeridade e disciplina orçamental com uma política de “desvalorização interna”, leia-se, agravamento das condições de vida dos trabalhadores no mercado de trabalho, na segurança social e na negociação coletiva!

Em alternativa à política de austeridade excessiva, em particular, nos países da Europa do Sul, como Portugal, com fracas taxas de crescimento económico, elevados níveis de desemprego, cortes de salários e pensões, reduções da despesa pública em sectores básicos (educação, saúde, etc.), Keynes, apontaria como alavanca para a recuperação económica, a expansão da procura interna, mormente, do investimento público em substituição do investimento privado, dado que este devido às fracas condições do mercado e aos níveis muito baixos de confiança não se encontram em condições de exercer aquele papel dinamizador da economia e do emprego (L. Summers, economista americano, Fórum Anual do BCE, Sintra, 2015).

Atendendo aos fortes constrangimentos orçamentais, uma hipótese plausível, poderia passar pela realização de avultados projetos de investimento em obras públicas transeuropeias e financiadas por fundos europeus específicos.

De igual forma, dever-se-ia contrariar a “recomendação” europeia, sobretudo alemã, para que os países deficitários e devedores europeus centralizassem os seus esforços na dinamização das exportações, em detrimento da expansão da procura agregada interna, considerando que eventuais ganhos de competitividade, leia-se, mais e mais desvalorização do trabalho, os tornariam em economias exportadoras (com limitação de importações).

Ora vejamos, é exatamente a Alemanha que ano após ano (à custa dos países periféricos e devedores da Europa do Sul e grandes importadores da Alemanha), tem vindo a registar sucessivos saldos positivos da sua conta externas. Então, levanta-se a questão de como conseguir o equilíbrio económico global, se todos os países se tornassem exportadores e com contas externas superavitárias. Seria uma situação manifestamente impossível.

Daqui resulta, na lógica de Keynes, que a estratégia primordial para a saída da crise não pode ficar a dever-se no essencial às exportações, mas sim, a expansão da procura interna (consumo e investimento).

Concluindo, é tão prejudicial à estabilidade da Zona Euro, com moeda única e sem os Estados-membros terem uma política cambial autónoma, existirem países a “viverem acima das suas possibilidades” (Europa do Sul, Portugal inclusive), como de países a “viverem abaixo das suas possibilidades” (Alemanha, por exemplo).

Porquê? Porque os primeiros tornar-se-iam em economias deficitárias e devedoras crónicas e os segundos, porque tornar-se-iam economias superavitárias e credoras permanentes.

Assim, o relançamento da economia e o reforço da solidariedade europeia apontaram não por uma política agressiva de austeridade, mais sim, para uma opção pelo crescimento económico sustentado.

Mais, os países da Europa do Sul, deveriam ter uma “ajuda” dos países mais desenvolvidos, que deveriam adotar políticas de “valorização interna” (aumentos salariais, mais apoios sociais, mais investimento interno) e, desta forma, aumentando o seu poder de compra passar a “viver mais de acordo com as suas possibilidades”, o que traria efeitos benéficos no equilíbrio global europeu graças aos aumentos das exportações dos países deficitários e devedores e redução do saldo positivo das contas externas dos países superavitários ou credores”.

TEXTO Nº 44

A CRISE DESDE 2008: QUE LIÇÕES TIRAR PARA O FUTURO?

A propósito da grave crise económica e financeira global iniciada em 2008, o economista heterodoxo americano H. Minsky, citado por Martin Wolf, articulista renomado do Financial Times (“As Mudanças e os Choques”, Clube do Autor, 2015), diz, com toda a propriedade, que “a estabilidade desestabiliza”.

O que significa isso? Apenas que a aparente estabilidade do sistema bancário e financeiro global se “desmoronou” de forma inesperada em 2008.

Mais, à crise de 2008 se veio juntar em 2010, nomeadamente nos países da Europa do Sul, caso de Portugal, a chamada “crise das dívidas públicas soberanas”, em grande parte, fruto da intensa especulação nos mercados financeiros mundiais e, que teve efeitos dramáticos, ainda hoje sentidos, como resultado da imposição externa (dos credores) aos países deficitários e devedores, por um lado, de políticas agressivas de austeridade e disciplina orçamental e, por outro, de políticas de “desvalorização interna”, leia-se, mais competitividade externa feita à custa e de que maneira do fator trabalho.

Assim, nos últimos quatro anos as principais recomendações da “governança” europeia tiveram uma nefasta incidência nos países deficitários e devedores da Europa do Sul, forçados à recorrer à assistência financeira externa. Embora com ligeiras variâncias, tais recomendações visavam:

(1) A desvalorização salarial (e.g., precarização laboral, redução do rendimento salarial líquido dos trabalhadores do sector público e privado, restrições aos apoios sociais);

(2) A desvalorização da legislação social (e.g., erosão da negociação coletiva na formação dos salários). Assim, para atingirem esses objetivos Assim esses países deveriam:

(a) A indexar e baixar os custos com pensões e cuidados de saúde, em nome da sustentabilidade e da racionalização;

(b) A alterar os sistemas de formação dos salários, erodindo os regimes de contratação coletiva, subordinando mais fortemente o fator trabalho aos imperativos do mercado e da competitividade;

(c) A reduzir os custos salariais nominais e reais, através, do uso de vários meios com o argumento (falacioso!) da promoção do emprego;

(d) A flexibilizar os despedimentos coletivos e individuais face a segmentação do mercado de trabalho e o aumento do emprego;

(e) A restringir os benefícios sociais porventura desincentivadores da procura de trabalho;

(f) A privatizar, em muitos casos em sectores estratégicos da economia nacional (EDP, REN, PT, TAP?, etc.), obedecendo esta atuação a uma agenda ideológica prévia de reforço da economia neoliberal: privatizações e redução do papel do Estado na economia.

Tudo isso tem vindo a subtrair cada vez mais à autonomia de decisões dos Estados-membros da União Europeia e que anteriormente eram da sua exclusiva competência.

Que explicações e ilações tirar então da crise económica e financeira global profunda desde 2008?

O que fazer para impedir que no futuro tais situações não aconteçam ou que sejam pelo menos previsíveis? Desde logo será de reter que em 2007, com a completa (ou quase) desregulação dos mercados bancário e financeiro criaram-se as condições potenciais para a emergência da crise em 2008. Interessante ainda de referir é o relacionamento da crise global com a crise da própria democracia parlamentar “liberal” vigente, que por ações errôneas ou omissões permitiu toda essa confusão económica e financeira.

Será que a democracia parlamentar “liberal” estava e, ainda está, em perigo por ameaças do comunismo, do socialismo, da militância sindical, da alta inflação ou da quebra acentuada na rentabilidade, tal como sucedeu nos anos 1970?

Claro que não, os verdadeiros perigos são exatamente aqueles que motivaram a grave crise em 2008 e, que, diga-se, a bem da verdade, continuam a existir, a saber: instabilidade económica e financeira; desemprego elevado; crescente pobreza e aumento da desigualdade social.

Atualmente há um desafio importante a travar que é a de encontrar alternativas aos modelos de cariz neoliberal dominantes, ou seja, modelos voltados para a promoção do crescimento económico e geração de emprego. Pensamos, que um modelo económico e social alternativo passaria pelos seguintes pontos:

(1) Considerar que as razões causadoras da crise económica e financeira global desde 2008, foram, no essencial, o triunfo da ideologia do mercado livre (desregulado), a bolha especulativa imobiliária, os produtos mais ou menos complexos vendidos as pessoas e famílias que muitas vezes não sabiam o que estavam a adquirir, o crédito excessivo e com riscos pouco calculados e, os incentivos fiscais e outros irrealistas;

(2) Consciencialização de que não voltaremos a realidade do mercado livre do século XIX, de que a doutrina liberal do Estado mínimo não é aceitável nas democracias parlamentares “liberais” com eleições livres e universais no mundo globalizado atual, de que o fornecimento de segurança social, de coesão económica e social e de despesa pública produtiva (consumo e investimento público) é legitimamente do domínio do Estado.

Em suma, conhecidos os motivos geradores da crise económica e financeira global desde 2008, pensamos ser imperativo no presente que as autoridades nacionais e supranacionais (e.g. União Europeia):

(1) Evitem a repetição dos erros entretanto cometidos devido ao funcionamento desregulado da economia de mercado livre;

(2) Que se reconheça o papel central do Estado na estabilização económica, no crescimento económico, na criação de emprego e na promoção da equidade social.

Uma última observação: aparentemente não tem sido esta a via que tem vindo a ser prosseguida pelos governos, retomando-se mais uma vez “velhos” argumentos liberais. Se assim for, não tenhamos dúvidas que negras nuvens negras se vislumbram no horizonte nacional e internacional.

TEXTO Nº 45

MODELO DE SOCIEDADE MAIS JUSTO É NECESSÁRIO

Como tenho dito em textos anteriores, com a crise económica e financeira global iniciada em 2008, houve um agravamento (e muito) das contradições inerentes as sociedade e economia de mercado. Desta forma, analisando o que se tem passado na Europa, em particular, na União Monetária Europeia ou Zona Euro (UME), podemos concluir que devido à existência de uma moeda única (euro), de políticas monetária e cambial comuns e de fortes constrangimentos à utilização da política orçamental enquanto instrumento importante de estabilização económica e de redistribuição do rendimento, os efeitos da crise têm sido intensos, em particular, nos países da Europa do Sul, Portugal incluído.

E porquê? Porque a UME está longe de ser aquilo que os economistas designam por “Área Monetária Ótima”, dado estarmos a falar em países membros da UME com níveis de desenvolvimento económico muito assimétricos, desiguais. Por sua vez, à crise económica e financeira global veio mais tarde se juntar as chamadas “crises da dívida soberana”, mormente nos países da Europa do Sul, em razão, no essencial, de movimentos especulativos internacionais.

A partir daí, seguiu-se a imposição às populações desses países de fortes programas de ajustamento, quer dizer, de medidas de austeridade excessiva, entre elas, cortes de salários e pensões, “enormes” aumentos de impostos, subidas inaceitáveis do desemprego, degradação dos serviços públicos básicos (afetando mais as pessoas com menores rendimentos: saúde, educação, etc.) e restrições cada vez maiores de acesso aos subsídios sociais seja aos trabalhadores desempregados seja às famílias mais carenciadas.

Ainda hoje, a bem da verdade, se sentem os efeitos altamente negativos na vida das populações do agudizar da crise da economia de mercado, capitalista após 2008, tais como, níveis de dívida das famílias (e empresas) elevados, níveis de desemprego elevados (tanto mais grave

quanto consideremos os desemprego juvenil e de longa duração) e mais pobreza e exclusão social.

Será bom de referir, a propósito, documentos divulgados há pouco tempo quer do INE (Lisboa) quer da Cáritas e o seu “Relatório da Crise da Cáritas Europa 2015”, onde se dá conta claramente do agravar da pobreza, exclusão social e desigualdade quer para Portugal quer para a Europa. No caso português, apesar das recentes previsões de recuperação económica, muito modesta diga-se (0,9% em 2014 e 1,6% em 2015), a verdade é que continua a aumentar a taxa de risco da pobreza e de exclusão social.

Esse aumento atingiu mesmo o seu maior valor em 2014, com um aumento em Portugal de 2,1%, seguido da Grécia com 1,1%. A taxa de risco de pobreza e de exclusão social no País era de 19,5% em 2013 (dois milhões de portugueses!). Pior ainda, caso não se considere as “Transferências Sociais do Estado” (subsídios de desemprego e outros apoios sociais), pois em tal caso, o indicador da pobreza subiria para 47,8% da população. Isso mostra certamente a importância do papel do estado na regulação económica e na redistribuição do rendimento! Não deixa isso de ser paradoxal com a visão (neoliberal) do governo consubstanciada na tomada de sucessivas medidas de ataque ao papel fundamental do Estado enquanto garante da coesão económica e social de um país. Registe-se que recentes estatísticas (2014 e 2015) mostram continuar a tendência de agravamento dos indicadores de pobreza e exclusão social.

De igual forma, acentua-se a desigualdade social em Portugal. Somos o segundo país da UE-28 com mais elevada desigualdade social e, ainda, segundo o INE, em 2013, os 25% mais ricos possuíam uma riqueza equivalente a 10% do PIB! Para o aumento da pobreza e da exclusão social muito tem feito tanto a intensificação das dificuldades financeiras das famílias como o número crescente desempregados sem qualquer apoio social (mais de 40% de desempregados).

Por fim, merecedor de séria reflexão é o facto de apesar de todos os enormes sacrifícios exigidos à população, Portugal continuar a possuir a segunda maior dívida pública externa na UE-28 (128% do PIB), logo a seguir da Grécia (175%). Este cenário pouco favorável é extensível à própria Europa, assim, de acordo com o documento da Cáritas, existiam na Europa, em 2013, 25 milhões de desempregados (mais 8,4 milhões do que em 2008) e 122,5 milhões em risco de pobreza (25% da população europeia)!

Pensamos, assim, ser necessário que se avance para a construção de um “modelo social mais justo”, que tente dar uma solução face à crise atual. Para tal fim, deveriam ser tomadas medidas visando, por um lado, a garantia de um rendimento mínimo para todas as famílias e que as permitam “viver com dignidade” e, por outro, que as políticas económicas governamentais deixem o foco central na austeridade e se centralizem no crescimento económico e na geração de emprego.

Também, é fundamental que a riqueza criada no futuro seja distribuída “de uma forma justa”, que se combata com as fraude e evasão fiscais, que os impostos tenham “taxas justas e equilibradas”, que os sacrifícios, se necessários, sejam, ao contrário do verificado até aqui, equitativamente repartidos pela sociedade e, finalmente, que se dê mais atenção e apoio às famílias mais carenciadas e aos grupos sociais mais vulneráveis.

Ainda outra questão importante a reter sobre este assunto é o da qualidade dos empregos disponíveis, onde se deve tornar o emprego tendencialmente permanente, combatendo o flagelo da cada vez maior precariedade laboral, incluindo a atual proliferação de estágios profissionais financiados por fundos europeus (e muito querido pelo governo português), mas que mascaram o volume de desemprego efetivo e possuem efeitos práticos quase nulos na criação de autênticos empregos.

Quer dizer, na construção de um “modelo social mais justo” dever-se-ia ter em conta os seguintes aspectos:

(1) Que uma economia de mercado livre (capitalismo neoliberal) apresenta, como a história nos tem revelado, ineficiências e falhas. Ineficiências, por um lado, porque a lógica das necessidades da sociedade quase sempre contradizem a mera lógica do lucro privado e, por outro porque a economia de mercado (capitalista) não garante por si só um crescimento económico estável, mas sim, com flutuações cíclicas, e, logo, com fases de recessão económica mais ou menos graves e que trazem consigo todo um cotejo de efeitos perversos: miséria, desemprego, criminalidade e toxicodependência, etc.; Falhas, porque a economia de mercado, capitalista, tende a gera situações de injustiça social ou desigualdade na distribuição do rendimento, de degradação do meio ambiente, etc.;

(2) Que o Estado deve ter um papel intervencionista e regulador fundamental atuando na estabilização económica e na redistribuição do rendimento, combatendo a desigualdade, a pobreza e a generalização da precariedade laboral;

(3) Que se fortaleça os sistemas de proteção social de forma a dar dignidade as famílias mais carenciadas e grupos mais vulneráveis da sociedade;

(4) Que haja vontade política objetivando a estabilidade do emprego e, assim, combatendo a disseminação da precarização laboral e do trabalho temporário;

(5) Que haja alteração no atual desenho da UEM, tornando-a mais flexível de forma a se obter a tão imprescindível convergência real entre as economias dos seus Estados Membros;

(6) Que é fundamental para a recuperação económica na Europa a prossecução de grandes projetos de investimento (à escala europeia) financiados basicamente por fundos de origem comunitária;

(7) Que haja uma mudança fundamental das políticas económicas e sociais internas, tornando-as políticas de “não austeridade”, mais sim, de “crescimento económico e geradora de emprego”;

(8) Que seja premente o apoio à economia social (terceiro sector).

Encerramos a nossa narrativa citando Bruto da Costa e outros (“Um Olhar sobre a Pobreza”, Gradiva, 2008): “Houve sempre quem considerasse a pobreza como uma fatalidade nas sociedades humanas. Entre os que assim pensam existiu sempre de igual forma quem considerasse que, embora inevitável, deveria ser aliviada.

E existiu também sempre quem pensasse que podia ser evitada. Para impedir os efeitos dramáticos pobreza extrema foram criadas, ao longo dos tempos, várias formas de providência ou de apoio social, de iniciativa de associações de solidariedade, de igrejas ou de outras instituições (públicas e privadas).

Ao mesmo tempo movimentos sociais têm vindo a protagonizar confrontos interessantes, desde a luta contra a escravatura até aos movimentos operários e populares modernos, de contestação a desigualdade e a pobreza”.

TEXTO Nº 46

MUDANÇA, POIS CLARO

A economia enquanto ciência social difere das ciências exatas por não ter regras e leis fixas, assim, o entendimento do funcionamento económico global pode ser divergente. Vamos referir as duas grandes doutrinas económicas em confronto no presente: A Doutrina Ortodoxa/Neoliberal (dominante) e a Doutrina Heterodoxa/Alternativa.

(1) Doutrina Ortodoxa/Neoliberal, em geral, conotada com a direita política e defensora da economia de mercado livre, onde: Há neutralidade da moeda, desta forma, a política monetária é ineficaz na estabilização económica não afetando a economia real (produção e emprego) e, ao invés, produzindo inflação; Há automatismos (via sistema de preços) que garantem o equilíbrio económico com pleno emprego. Uma das leis básicas do neoliberalismo é a “lei de Say ou dos Mercados”, segundo a qual “toda a oferta gera a sua própria procura” garantindo, à partida, o equilíbrio macroeconómico entre oferta e procura; Não é desejável qualquer intervenção do Estado na economia, defendendo que um país pode crescer de forma sustentada desde que controle a inflação, se necessário, pelo uso de medidas orçamental e monetária restritiva (redução dos gastos públicos e/ou controlo da quantidade de moeda em circulação); Se o mercado funcionar livremente não é de esperar que surjam crises económicas cíclicas e persistentes. Com explicar então a evidência histórica de que as economias de mercado são estruturalmente afetadas por crises económicas cíclicas mais ou menos graves, de que são exemplos, a Grande Depressão de 1929/1933 e a atual crise económica e financeira global desde 2008? Com certeza que as teses liberais apresentam falhas na sua fundamentação teórica quando em confronto com a realidade.

(2) Doutrina Heterodoxia/Alternativa, em geral, associada à esquerda política, que ao mesmo tempo que procede a crítica do neoliberalismo dominante apresenta uma visão teórica e prática alternativa sobre o funcionamento global da economia e a inerência das crises económicas cíclicas nas economias de mercado, onde: A economia

de mercado livre, não garante de forma automática o equilíbrio económico com pleno emprego; Aponta, então, para a necessidade central da regulação e intervenção do Estado na estabilidade económica e equidade social; Em suma, em fases recessivas e de elevado desemprego como aquela em que temos vindo a viver, a doutrina ortodoxa/neoliberal preconiza, no essencial, a tomada de medidas do lado da oferta agregada, leia-se, austeridade excessiva, desvalorização do trabalho (cortes e mais cortes nos salários e prestações sociais), maior flexibilidade do mercado laboral, em particular, com legislação facilitadora do despedimento e “fundamentalismo orçamental” traduzido por aumentos brutais de impostos. O resultado de tal receita é do conhecimento geral, recessão e mais recessão, altos níveis de desemprego, muito anémicas taxas de crescimento em anos mais recentes, elevação da dívida pública e aumento significativo da pobreza e desigualdade social. Pelo contrário, a doutrina Heterodoxa/Alternativa aponta, no essencial, como medidas fundamentais para a ultrapassagem da crise e para o crescimento económico sustentável, a adoção pelo Estado de políticas económicas expansionistas (do lado da procura agregada), no consumo e investimento, nomeadamente pelas vias: Orçamental, com aumento do investimento público indutor de efeitos multiplicadores positivos na procura, produção e emprego (mesmo do sector privado); Monetária, com o aumento da liquidez (dinheiro) na economia e baixa na taxa de juro - e controlando a inflação, quando necessário, através da regulação dos preços, salários, contratos e câmbio. A desregulação dos mercados e a omissão do papel interventor do Estado conduziu a uma profunda, persistente e global crise económica e financeira desde 2008. Estaremos perante o esgotamento do modelo neoliberal dominante (que teve um notável impulso com a implosão do antigo bloco soviético)? Talvez seja realmente o momento da mudança no modelo económico, com a economia de mercado passando a ser efetivamente regulada e onde o Estado intervenha como estabilizador económico e promotor da justiça social. Um exemplo claro desta situação é o que tem sucedido em Portugal com as falências no sistema bancário e financeiro. Certamente que se não houver vontade política de mudança ainda nos esperam pesados sacrifícios para a maioria dos

cidadãos nacionais. A previsibilidade do modelo ortodoxo/neoliberal baseada em comportamentos padrão/racional dos agentes económicos falhou. A realidade mostra que cada vez mais nos movemos em contextos de elevada incerteza onde prevalece, nos comportamentos mais do que o racional, a intuição e a emoção (António Damásio).

Concluimos citando o prestigiado economista brasileiro Bresser- Pereira, Professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (Revista Económica, Niterói, v.14, nº 1, p. 31): “O obstáculo fundamental com que se defrontam os economistas heterodoxos ou alternativos para se tornarem dominantes é de natureza interna e política. Geralmente os economistas heterodoxos são, em certa medida de esquerda. Quanto mais forem de esquerda, maior será a dificuldade que enfrentam para dizer coisas que façam sentido para as elites políticas e empresariais, das quais dependerá a aplicação das políticas que propõem... O novo pensamento dominante deve se comprometer com o pleno emprego, com o crescimento com estabilidade financeira e de preços, e com a redução da desigualdade económica. Mas esses objetivos terão de ser perseguidos com prudência e com responsabilidade fiscal e cambial”.

AF

TEXTO Nº 47

PORTUGAL E O FUTURO (PÓS TROIKA)

O fim do período de vigência do programa de ajustamento acordado entre Portugal e a Troika (FMI, CE e BCE) em 2011 é meramente formal, não significa, longe disso, que o País se tenha livrado das suas “garras”, situação que se manterá por ainda muitos anos, se entretanto nada se alterar, até que o País reembolse a maioria da sua dívida, ou seja, 75% dos empréstimos contraídos. Outro aspeto a reter é que não houve qualquer “saída limpa” para a grande maioria dos portugueses tendo como únicos beneficiados os mercados financeiros e os mais ricos).

A Troika recentemente regressou à Portugal para efetuar a primeira revisão sobre a evolução da economia portuguesa e o cumprimento da meta “negociada” do défice orçamental para o próximo ano. Estamos, assim, perante um novo programa permanente de ajustamento e austeridade, com esta e outras mais monitorizações que se seguirão em cada semestre. Sem grandes novidades e como de costume vem, no fundamental, impor à Portugal mais um pacote de austeridade garante, segundo ela, da sustentabilidade da dívida pública e ao mesmo tempo verificar que o governo português se manterá como um bom aluno. A Comissão Europeia (CE) ela própria nos visitará semestralmente, pelo menos, até 2035!

Baseada no Orçamento Geral do Estado 2015 (OGE2015) a Troika aparece mais uma vez a disparar em todos os sentidos procurando travar aquilo que entende por desvios de percurso do ajustamento orçamental, nomeadamente as hipotéticas derrapagem do défice público e desaceleração das reformas estruturais em curso.

Quais são as principais críticas “troikistas” face a previsível situação económica e financeira portuguesa em 2015:

(1) O crescimento económico previsto (muito fraco, diga-se, 1,5% ou talvez menos) será feito à semelhança do ano passado muito à custa do consumo privado interno e nem tanto das exportações o que não seria desejável e sustentável;

(2) O ritmo das reformas estruturais continuaria a estar em desaceleração e, em alguns casos mesmo, terão regredido. Entenda-se que para a “Troika” por reformas estruturais são, no essencial, maiores facilidades de despedimento dos trabalhadores pelas empresas, maiores limitações ao estabelecimento de contratos coletivos de trabalho, mais cortes nos salários e pensões, etc., tudo isso se traduziria em ganhos de competitividade da economia;

(3) A última previsão da CE para 2015 aponta para um défice orçamental de 3,3% do PIB ao invés dos 2,7% do PIB previsto no OGE (2015) e ainda mais distante dos 2,5% do PIB inicialmente negociado. Mais grave ainda, segundo ela, o défice orçamental estrutural (défice que se obtém eliminando os fatores cíclicos) e definido pelo Tratado Orçamental Europeu que deveria descer 0,5% no próximo ano, ao invés, irá agravar-se em 0,4%;

(4) Quanto a ideia de retrocesso de algumas reformas estruturais destaca o exemplo do recente aumento do salário mínimo nacional (mais 20 euros por mês!) por poderia tornar ainda mais difícil a manutenção dos trabalhadores empregues e a contratação de novos trabalhadores, mormente dos menos qualificados no mercado de trabalho!

O que concluir de tudo isso? Desde logo que o Portugal se manterá por muitos e muitos anos dependente dos seus credores externos e, por consequência, conduzir a mais dívida pública, mais desemprego (real) e mais pobreza (em Portugal em 2013 o risco de pobreza atingiu quase os 20% da população residente).

Pensamos que o caminho traçado pela Troika e seguido de forma passiva pelos países intervencionados, como Portugal, não é o caminho mais correto como aliás, nos mostra o que aconteceu noutros países intervencionados pelo FMI ao longo dos tempos (recessão, desemprego, dívida pública insustentável...).

A imposição aos países devedores da Europa do Sul de uma austeridade excessiva, de um muito rápido período de ajustamento orçamental tem tido efeitos nefastos na economia e sociedade daqueles países.

Passamos a elencar algumas críticas que julgamos pertinentes a posição da Troika:

(1) Redução de salários, pensões e outras prestações sociais provoca quebras mais ou menos acentuadas nas compras (consumo interno) realizadas no próprio País, de produtos fabricados no próprio País, e assim a economia vai-se abaixo aumentando o desemprego. Uma política de rendimentos de valorização do trabalho permitiria obter uma estrutura produtiva mais dinâmica e indutora de maiores exportações e de uma melhor competitividade. Mais importante, porém, com a economia a crescer a ritmos mais elevados seria permitido ao País pagar a dívida pública no futuro por se criar riqueza.

(2) Rigidez no pagamento da dívida pública cria um ciclo vicioso de recessão/baixo crescimento e aumento da dívida pública. Então, a questão central não é deixar de pagar a dívida, é a de se prolongar os prazos criando, desta forma, margem de manobra que permita aos países devedores prosseguirem políticas de investimento e de crescimento económico. Note-se que isso não é novidade nenhuma na Europa, a própria Alemanha beneficiou disso mesmo a seguir a 2ª Grande Guerra quando detinha uma dívida brutal para com a Europa e lhe foi concedida um alargamento do período de pagamento da dívida por 50 anos!

(3) Inflexibilidade orçamental é limitadora da urgente adoção de uma estratégia de investimento público a nível europeu. Se em vez de reduções aceleradas nos défices orçamentais houvesse uma maior gradualismo, os países poderiam criar uma nova onda de investimento e assim defender as suas economias do risco de deflação ou inflação negativa e da estagnação do mercado interno. Pelo contrário, uma adequada flexibilidade orçamental permitiria que os governos pudessem:

(a) Estimular o investimento público (e por arrastamento o investimento privado);

(b) Alcançar o tão desejado crescimento económico condição, aliás, indispensável para que se torne a dívida pública e o estado social sustentável a longo prazo.

Importante referir que as reformas estruturais internas não são suficientes para a saída da crise europeia sendo premente modificações substanciais no desenho da União Europeia e do Euro.

Entre essas alterações, destacamos:

- (I) Reestruturação negociada da dívida;
- (II) Construção de uma autêntica União Bancária Europeia com funções de supervisão efetiva da atividade dos bancos e de resolução das crises bancárias;
- (III) Adoção de políticas monetárias mais agressivas por parte do BCE;
- (IV) Flexibilização da política orçamental permitindo promover o investimento público e o crescimento económico; (d) criação sob alguma forma de um orçamento europeu (como acontece com os Estados Unidos) com funções de estabilização e redistribuição; (e) redução das fortes assimetrias ainda existentes entre as diversas economias a nível europeu (aliás, o grande pecado original na criação do Euro!).

Por último mas não menos importante é necessário introduzir mais democracia na UEM e no Euro significando com isso que a governação europeia seja eleita pelos povos que defendam os seus interesses e não meros burocratas nomeados por Bruxelas.